



10^a JGESPORTE

**Jornada Internacional
sobre Gestão do Esporte**


Tema:

Gestão e marketing
do esporte e do lazer -
a nova realidade global

ANAIS

27 e 28 de novembro de 2020

Brasília, Brasil



Anais da

10ª Jornada Internacional sobre Gestão do Esporte

Tema

**“Gestão e marketing
do esporte e do lazer –
a nova realidade global”**

Evento *on-line* em www.gesporte.net

Brasília – DF, 27 e 28 de novembro de 2020

Sumário

Expediente.....	5
Comitê Organizador.....	6
Palestrantes.....	8
Apresentação do evento.....	9
Programa do Evento.....	11
Sobre as categorias de trabalhos submetidas à JGESPORTE.....	12
Comunicações Orais.....	13
<i>Construção e validação de um instrumento de monitoramento de programas desportivos de lazer.....</i>	<i>14</i>
<i>A gestão da educação física escolar nos currículos de graduação em educação física das universidades brasileiras.....</i>	<i>25</i>
<i>Dopagem na indústria do futebol e indicadores socioeconômicos globais.....</i>	<i>37</i>
<i>Proposta de um modelo de análise de uma política de estado de esporte.....</i>	<i>48</i>
<i>A gestão do lazer nos programas de pós-graduação em educação física no Brasil.....</i>	<i>63</i>
<i>Existe conversão de seguidores nas redes sociais dos clubes com o público pagante e as receitas em bilheteria dos clubes do Distrito Federal?.....</i>	<i>77</i>
<i>Gestão do esporte universitário paulista: um estudo preliminar.....</i>	<i>88</i>
<i>Os jogos escolares brasileiros e as manifestações do esporte: uma revisão.....</i>	<i>102</i>
<i>Tipos, potenciais alvos e condições de suscetibilidade para a manipulação de resultados no futebol brasileiro.....</i>	<i>110</i>
Pôsteres.....	123
<i>A gestão das atividades esportivas relacionadas aos Jogos do Instituto Federal do Paraná no período de 2010 à 2020.....</i>	<i>124</i>
<i>A prática do voluntariado nos eventos desportivos: fatores motivacionais.....</i>	<i>125</i>
<i>Comparação dos níveis de satisfação de sócios-torcedores com serviços ofertados pelos clubes pernambucanos das séries “b” e “c” do campeonato brasileiro de 2019.....</i>	<i>126</i>
<i>Análise das federações esportivas baianas na ótica da gestão do conhecimento.....</i>	<i>127</i>
<i>Desafios dos clubes sociorrecreativos em época de pandemia COVID-19.....</i>	<i>128</i>
<i>Motivação e comportamento de consumo nos e-sports: uma revisão sistemática.....</i>	<i>129</i>
<i>Dupla carreira esportiva: diagnóstico sobre barreiras e facilitadores encontrados pelos estudante-atletas de elite da Universidade de Brasília.....</i>	<i>130</i>

<i>Estilos de Liderança em Gestão do Desporto: Estudo do impacto na motivação dos técnicos superiores de desporto dos municípios portugueses.....</i>	<i>131</i>
<i>Análise da gestão do esporte de alto rendimento para a dupla carreira nas Universidades Públicas Federais Brasileiras.....</i>	<i>132</i>
<i>Gestão escolar: entendimento da equipe de gestão das escolas estaduais do Paraná a respeito da educação física escolar.....</i>	<i>133</i>
<i>O papel da atmosfera dos estádios e do preço dos ingressos sobre as intenções comportamentais de torcedores de futebol: uma revisão sistemática.....</i>	<i>134</i>
<i>Turismo de Aventura em Morretes-PR: Gestão do Lazer e do Risco.....</i>	<i>135</i>
<i>Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola (UAARE): modelo de gestão e impactos nas carreiras duais.....</i>	<i>136</i>

Anais
10ª Jornada Internacional sobre Gestão do Esporte – JGESPORTE

Expediente

Editor

Paulo Henrique Azevêdo – CREF 000280-G/DF

Equipe editorial

Déborah Igreja do Prado – CREF 009243-G/DF

Rubens Eduardo Nascimento Spessoto – CREF 004937-G/DF

Francielly Martins Prado – CREF 012124-G/DF

ISSN (International Standard Serial Number)

O ISSN – Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas é o identificador aceito internacionalmente para individualizar o título de uma publicação seriada, tornando-o único e definitivo. Seu uso é definido pela norma técnica internacional da International Standards Organization ISO 3297.

O ISSN é operacionalizado por uma rede internacional, e no Brasil o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT atua como Centro Nacional dessa rede.

O ISSN identifica o título de uma publicação seriada (jornais, revistas, anuários, relatórios, monografias seriadas, etc) em circulação futura (pré-publicação) e encerradas em qualquer idioma ou suporte física utilizado (impresso, online, CD-ROM etc).

O ISSN é composto por oito dígitos, incluindo o dígito verificador, e é representado em dois grupos de quatro dígitos cada um, ligados por hífen, precedido sempre por um espaço e sigla ISSN. Exemplo: ISSN: 236-5052.

Ficha Catalográfica

X Jornada Internacional sobre Gestão do Esporte – JGESPORTE

(1.:2020: Brasília, DF)

Anais da 10ª Jornada Internacional sobre Gestão do Esporte / Universidade de Brasília – Faculdade de Educação Física – Laboratório de Pesquisa sobre Gestão do Esporte – GESPORTE. Brasília: GESPORTE-DF, 2020.

Material bibliográfico em digital.

JGESPORTE: “Gestão e marketing do esporte e do lazer – a nova realidade global” – Brasília, DF, 27 e 28 de novembro de 2020.

1. Educação Física. 2. Congressos I. Laboratório de Pesquisa sobre Gestão do Esporte – GESPORTE Universidade de Brasília – UnB. III. Título.

Comitê Organizador

Presidente

Prof. Dr. Paulo Henrique Azevêdo

Comissão Técnica

Membros	Antonio Carlos Bramante	Gabriella Corrêa
	Nicolas Caballero Lois	Gisele Kede Flor Ocampo
	Akemi de Oliveira Hanazumi	Henrique de Oliveira Castro
	Amanda Regina R. Soeira Medeiros	Jéssica Caroline da Silva Borges
	Braulio Paes Marques	Leonardo Peixoto Arêas da Silva
	Christian Pinheiro da Costa	Maicon Sherman Ferreira da Fonseca
	Daniel De Boni Lima	Natália Liggeri
	Déborah Igreja do Prado	Orlando Ferraccioli Filho
	Diana Mendes de Oliveira	Rubens Eduardo Nascimento Spessoto
	Felipe Camargo Rosas Carneiro	Thaty Porto Curado
	Francielly Martins Prado	

Comissão Científica

Presidente	Mário Rui Coelho Teixeira	
	Dr. Henrique de Oliveira Castro	
Coordenação	Ms. Déborah Igreja do Prado	
	Profª. Francielly Martins Prado	
Membros	Alberto Reinaldo Reppold Filho	Giselle Helena Tavares
	Aldo Antonio de Azevedo	Jordi Segui Urbaneja
	Alessandra Dias Mendes	Leandro Carlos Mazzei
	Ana Paula Evaristo Guizarde Teodoro	Luciano Flávio da Silva Leonídio
	Antonio Carlos Bramante	Marcos Ruiz da Silva
	Carlos Augusto Mulatinho Pedroso	Nicolas Caballero Lois
	Christian Pinheiro da Costa	Raquel Rodrigues de Amorim
	Flávia da Cunha Bastos	Thiago de Oliveira Santos
	Gilmar Eduardo Costa do Couto	Vilde Gomes de Menezes

Realização



Laboratório de Pesquisa sobre Gestão do Esporte – GESPORTE

Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Educação Física – FEF

<http://www.gesporte.net/> – <http://gesporte.blogspot.com>

Parceiro técnico-científico



Instituto de Desenvolvimento do Esporte

Palestrantes

Antonio Carlos Bramante

Bruno Miguel Bastos da Silva

Christian Pinheiro da Costa

Flávia da Cunha Bastos

Henrique de Oliveira Castro

Hubert Gustavo Cristian Krause

Javier Sánchez Sánchez

José Carlos Brunoro

José Pedro Sarmiento de Rebocho Lopes

Laércio Elias Pereira

Lamartine Pereira DaCosta

Luciano Flávio da Silva Leonídio

Marina Tranchitella

Mário Rui Coelho Teixeira

Nicolas Caballero Lois

Olga Luísa Parente Correia

Orlando Ferraccioli Filho

Roberto José Marinho Falcão

Vilde Gomes de Menezes

Apresentação do evento

Inicialmente é relevante saudar e agradecer aos Palestrantes, aos avaliadores dos trabalhos científicos, aos pesquisadores que submeteram os seus trabalhos na etapa científica, aos participantes da 10ª JGESPORTE, aos parceiros Instituto de Desenvolvimento do Esporte – iGesporte, Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região – CREF7, e Centro Esportivo Virtual – CEV.



É importante falar sobre como foi o ano do GESPORTE.

Fomos surpreendidos pela Pandemia do novo coronavírus. Em março, o 10º Congresso Internacional do Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região, idealizado e organizado pelo GESPORTE, já estava praticamente pronto para ser organizado presencialmente, como sempre havia ocorrido. Surgiram dúvidas quanto à sua realização neste ano. A minha proposta de enfrentar o desafio e organizar o primeiro evento técnico-científico na área de Educação Física do Brasil, realizado integralmente de maneira remota foi aceita pelos parceiros. Isso exigiu a criação do 10ª ConCREF7 a partir de todas as suas etapas. O evento atingiu plenamente os objetivos e atendeu a 1.719 profissionais, com 499 participantes oficialmente certificados pelo ConCREF7.

Continuando o processo de oferta de conhecimento por especialistas na área de gestão do esporte, foram realizadas seis palestras acadêmicas de maneira remota, que atenderam mais de 200 pessoas, entre discentes e profissionais.

A Jornada Internacional sobre Gestão do Esporte, a JGESPORTE, em sua décima edição, fortalece a mensagem de que o GESPORTE realiza projetos de grande longevidade e oferece acesso universal e gratuito ao conhecimento, proporcionado por grandes nomes da gestão do esporte do mundo.

Somos o único grupo de pesquisa em nossa área a realizar sistematicamente um evento internacional sobre gestão do esporte no Brasil. Isso acontece desde 2008.

Até a sua nona edição, a JGESPORTE certificou 1.608 participantes e recebeu

mais do dobro de profissionais e acadêmicos que estiveram presentes em momentos específicos dos eventos.

Em 2018, na 9ª edição, iniciamos a etapa científica do evento e, a partir da atual edição, teremos certificação dos anais do evento com o ISSN, que é o número internacional normalizado para publicações seriadas, sendo um código aceito internacionalmente para individualizar o título de publicação seriada. Com isso, avançamos mais um degrau de qualidade em nosso evento.

Desde 2011, o GESPORTE condecora as personalidades mais importantes da gestão do esporte do Brasil e do mundo. Naquele ano foi instituído o **Mérito GESPORTE**, cuja galeria é composta, até o presente, pelos Prof. Mário Ribeiro Cantarino Filho, Prof. Gustavo Pires (Portugal), Prof. Manuel Sérgio (Portugal), Prof. Célio Renê Trindade; Senhor José Roberto Sfair Macedo, Prof. Antonio Carlos Bramante, e Prof. Orlando Ferraccioli Filho.

Em 2020, dois nomes foram submetidos, analisados e aprovados por aclamação e agora compõem esse seleto grupo de profissionais que têm reconhecidos os seus nomes como referências no desenvolvimento do esporte.

O Professor José Carlos Brunoro possui destacada atuação ligada ao ambiente empresarial do esporte, onde influencia gerações nas boas práticas que repercutem no sucesso esportivo, com reflexos em nossa sociedade.

O Professor Laércio Elias Pereira é uma das poucas unanimidades na Educação Física, quando tratamos de criatividade e trabalho em prol da disseminação do conhecimento em nossa área.

Parabéns aos dois mais recentes merecedores do Mérito GESPORTE.

Por fim, e o mais importante, registro agradecimento especial a cada integrante do Comitê Organizador, que foi fundamental e vital para a consecução deste projeto.

Paulo Henrique Azevêdo

Presidente do Comitê Organizador da 10ª JGESPORTE

Coordenador do GESPORTE/UnB

Programa do Evento

27 de novembro (sexta-feira)

14h00 – 19h00 Apresentação de Pôsteres e Comunicações Orais

Solenidade de abertura

Presidente da Jornada Internacional sobre Gestão do Esporte - JGESPORTE, Paulo Henrique Azevêdo

Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região - CREF7, Patrick Novaes Aguiar

19h00 – 19h15 Diretor da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília - FEF/UnB, Fernando Mascarenhas Alves.

Representante do Centro Esportivo Virtual - CEV, Rafael Moreno Castellani.

Presidente do Instituto de Desenvolvimento do Esporte – iGesporte, Pedro Henrique de Oliveira Azevêdo.

Reitora da Universidade de Brasília - UnB, Márcia Abrahão Moura.

19h15 – 20h25 Cerimônia de homenagem ao Prof. José Carlos Brunoro e ao Prof. Laércio Elias Pereira.

20h25 – 20h40 Intervalo

Mesa Redonda: **“Gestão e marketing do esporte – a nova realidade global”** | Participantes: Prof. Dr.

20h40 – 22h30 Lamartine Pereira DaCosta (RJ); Prof. Dr. José Pedro Sarmiento de Rebocho Lopes (Portugal); José Carlos Brunoro (SP).

28 de novembro (sábado)

Mesa Redonda: **“A gestão do lazer como pressuposto para o sucesso na vida”** | Palestrantes: Prof.

09h00 – 11h00 Orlando Ferraccioli Filho (DF) – *“O lazer nas políticas públicas federais: o que falta?”*; Dr. Vilde Gomes de Menezes (PE) – *“Políticas públicas estaduais de lazer: elas deram certo?”*; Ms. Hubert Gustavo Cristian Krause (SP) – *“O 'negócio do ócio': pressupostos de gestão e marketing”*; Dr. Antonio Carlos Bramante (SP) – *“A gestão do lazer nos municípios: onde tudo começa?”*.

11h00 – 11h15 Intervalo

Mesa Redonda: **“O futuro do match day”** | Palestrantes: Ms. Roberto José Marinho Falcão (RJ) – *“As*

11h15 – 13h15 *operações de mídias esportivas no pós-pandemia”*; Prof. Bruno Miguel Bastos da Silva (Portugal) – *“O retorno do esporte de alto rendimento em Portugal”*; Ms. Marina Tranchitella (RS) – *“Estratégias para a retomada do Campeonato Brasileiro de Futebol”*; Dr. Nicolas Caballero Lois (DF) – *“Os patrocinadores e o novo match day”*.

13h15 – 15h00 Intervalo para almoço

Mesa Redonda: **“As tendências na gestão e práticas profissionais do esporte: perspectivas**

15h00 – 17h00 **internacionais”** | Palestrantes: Dr. Luciano da Silva Leonídio (PB – Brasil) – *“As tendências no Brasil”*; Dr. Mário Rui Coelho Teixeira (Portugal) – *“As tendências em Portugal”*; Dr. Javier Sánchez Sánchez (Espanha) – *“As tendências na Espanha”*; Ms. Olga Luísa Parente Correia (Inglaterra) – *“As tendências no Reino Unido”*

17h00 – 17h15 Intervalo

Mesa Redonda: **“O perfil dos gestores esportivos na nova realidade”** (Palestrantes: Dr. Christian

17h15 – 19h15 *Pinheiro da Costa (PA) – “O novo perfil do profissional de Educação Física que realiza gestão de eventos esportivos na escola”*; Dr. Laércio Elias Pereira (AL) – *“O gestor do conhecimento do esporte e a nova realidade – o caso do CEV”*; Drª. Flávia da Cunha Bastos (SP) – *“A formação do novo gestor do esporte”*; Dr. Henrique de Oliveira Castro (DF) – *“A nova realidade do gestor de empresas esportivas”*

19h15 – 19h30 Encerramento

Laboratório de Pesquisa sobre Gestão do Esporte – GESPORTE

Sobre as categorias de trabalhos submetidas à JGESPORTE

Comunicações orais são relatórios de trabalhos concluídos e submetidos de maneira completa.

Pôsteres são resumos de pesquisas em andamento ou concluídas, com, no mínimo, introdução, referencial teórico e delineamento da pesquisa já concretizados.

Comunicações Orais

Construção e validação de um instrumento de monitoramento de programas desportivos de lazer

Temática: Gestão de políticas públicas para o esporte e do lazer - Comunicação oral

Renata Christiane Salgues Lucena Borges; José Pedro Sarmiento de Rebocho Lopes; Alan de Carvalho Dias Ferreira
(Universidade do Porto)

Resumo

Com o processo de descentralização das políticas públicas e uma maior pressão social, cresce cada vez mais a necessidade da construção de instrumentos que monitorem e auxiliem sua avaliação. O estudo tem o objetivo de construir um instrumento de monitoramento de programas de esporte e lazer. A construção foi conduzida em duas etapas. A primeira consistiu numa pesquisa bibliográfica e documental para identificar os principais elementos utilizados nos processos de monitoramento e avaliação contidos na literatura. Também foi realizada uma pesquisa de campo, baseada na experiência da assessoria pedagógica do Geraldão, na Prefeitura do Recife (2009 - 2012), onde foi realizado o levantamento dos principais elementos do Programa de Esporte e Lazer da Cidade (PELC), a partir dos gestores. A conclusão desta etapa foi a construção de uma pré-matriz do instrumento de monitoramento. A segunda etapa da pesquisa consistiu na validação da pré-matriz por gestores e especialistas, na qual foi utilizada a abordagem quantitativa a partir da validade de conteúdo de Lawshe (1975). A validação permitiu a construção de um instrumento final para o monitoramento de programas desportivos e de lazer. O caminho foi traçado a partir do processo histórico das políticas públicas no Brasil; os fatores intervenientes na prática desportiva e os métodos e modelos de avaliação de política pública de esporte e lazer. O resultado foi um instrumento de monitoramento contendo dimensões, categorias, variáveis e indicadores de eficácia, eficiência e efetividade com base no objetivo geral e específicos do programa. As dimensões permitem categorizar o programa em sua fase de planejamento e execução, criando variáveis para a construção de uma base de dados. Essa base de dados são elementos essenciais para a quantificação dos indicadores. Foi validado com um grau elevado de concordância entre os especialistas, havendo consenso dos indicadores de eficiência e efetividade. Concluímos assim, que a construção do instrumento de monitoramento possibilita orientar os gestores para o planejamento e implementação dos programas desportivos e de lazer, a partir de dados reais, fundamentando a avaliação, apontando os “fatores facilitadores e os obstáculos que operam ao longo da implementação” (DRAIBE, 2001, p. 30), facilitando assim o processo de tomada de decisão.

Palavras-chave: monitoramento, avaliação, políticas públicas, esporte, lazer.

Abstract

With the process of decentralization of public policies and greater social pressure, the need for the construction of instruments to monitor and assist their evaluation is growing. The study aims to build a model for monitoring sports and leisure programs. The construction was carried out in two stages. The first step consisted of a bibliographic and documentary search to identify the main elements used in the monitoring and evaluation processes contained in the literature. A field research was also carried out, based on the experience of the pedagogical assistance of Geraldão, in the City Hall of Recife (2009 - 2012), where the survey of the main elements of the PELC was carried out, from the managers. The conclusion of this stage was the construction of a pre-matrix of the monitoring instrument. The second stage of the research consisted of the validation of the pre-matrix by managers and specialists. For this step, Lawshe's (1975) content validity approach was used. The validation allowed the construction of a final instrument for the monitoring of sports and leisure programs. The path was traced from the historical process of public policies in Brazil; the intervening factors in the practice of sports and the methods and models for evaluating public policy on sport and leisure. The result was a monitoring instrument containing dimensions, categories, variables and indicators of effectiveness and efficiency based on the general and specific objectives of the program. The dimensions allow to categorize the program in its planning and execution phase, creating variables for the construction of a database. This database is essential to quantify the indicators. It was validated with a high degree of agreement among experts, with a consensus on the efficiency and effectiveness indicators. We conclude, therefore, that the construction of the monitoring instrument makes it possible to guide managers in the planning and implementation of sports and leisure programs, based on real data, supporting the evaluation, pointing out the “facilitating factors and obstacles that operate throughout the implementation” (DRAIBE, 2001, p. 30), thus facilitating the decision-making process.

Keyword: monitoring, evaluation, public policies, sport, leisure.

Construção e validação de um instrumento de monitoramento de programas desportivos e de lazer

Introdução

Considerando a construção histórica das políticas públicas desportivas no Brasil, tomamos por base o ciclo das políticas públicas proposto por Frey (2000) e levantamos a questão de como os gestores tomam a decisão a respeito da agenda desportiva e de lazer? Adicionalmente, qual a base para distinguir um problema na agenda desportiva e de lazer? E, principalmente, qual o instrumento utilizado para o monitoramento dos

programas desenvolvidos?

Esses questionamentos se justificam pelo aprimoramento do controle social do Estado brasileiro. Segundo Guimarães e Jannuzzi (2016), com o processo de descentralização e uma maior pressão social fazem com que a disseminação periódica de estatísticas, indicadores e índices municipais assumam um caráter ainda mais relevante no processo de planejamento, sobretudo para subsidiar o processo de implantação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Desta forma, instrumentos de monitoramento e avaliação de programas desportivos possibilitam o gerenciamento dos programas e a constante geração de conhecimento para auxiliar a tomada de decisão por parte dos gestores. Silva (2001), defende que o monitoramento, apesar de ser caracterizado como uma forma de avaliação, é uma atividade gerencial, que tem como objetivo garantir o desenvolvimento do trabalho conforme planejado e caracteriza-se como uma atividade interna realizada durante a execução do programa.

Considerando a necessidade de uma padronização na coleta e sistematização dos dados para um melhor acompanhamento e diálogo com a sociedade civil e poucos instrumentos de monitoramento na área de políticas públicas e programas de esporte e lazer, inclusive com indicadores sociais que norteiem a avaliação e a tomada de decisão dos gestores, a presente pesquisa foi conduzida a partir do objetivo de construir um modelo de instrumento de monitoramento de programas de esporte no âmbito do lazer.

Objetivos do estudo

O estudo apresenta enquanto objetivo geral, construir um instrumento de monitoramento de programas de esporte no âmbito do lazer. Para tanto, se fez enquanto objetivos específicos: identificar os principais elementos utilizados na tomada de decisão e implementação de programas e ações de esporte e lazer; construir indicadores sociais que auxiliem a tomada de decisão da gestão; e, validar um instrumento de avaliação de políticas públicas de esporte e lazer.

Revisão de literatura

Pensar política pública nos remete às ações do Estado em relação a Sociedade em que vivemos. Essas ações são intencionais e interferem na vida de cada cidadão e cidadã.

Segundo Brito (2017, p. 75), as políticas públicas são uma “demanda social, tratadas, discutidas e fomentadas pelo Estado, ouvindo a sociedade no intuito de desenvolver ações políticas na perspectiva de consolidação do público para todos”. Ainda em diálogo com Brito (2017), o mesmo afirma que as políticas são guias para a ação e não a ação em si e cria caminhos para atingir determinados objetivos.

Com a aprovação da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 217, se estabelece que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um. Porém, Pintos (2017), enfatiza que desde a formatação do primeiro documento legal definidor de diretrizes e base do esporte nacional (Decreto lei 3199/41) até a Lei Pelé, passando pela Lei Zico, não há estabelecimento de políticas de Esporte Recreativo, Lazer, Ciência & Tecnologia a partir do entendimento de “excelência” para além daquele construído com base no parâmetro do rendimento, hegemônico por toda a história da política esportiva brasileira. O que ocorre com este fato é que o acesso ao desporto continuava restrito àqueles que possuíam um bom desempenho desportivo, impossibilitando o acesso aos que gostariam de praticar pelo lazer, ou ainda, impossibilitava o esporte ser um fator de qualidade de vida, seja para melhorar a saúde ou para construir relações sociais.

Contudo, em 2003, governo fortalece o setor de Esporte e Lazer, com a separação das pastas de turismo e esporte e cria o Ministério do Esporte (ME). Para a organização do ME, leva-se em consideração a proposta clássica do manifesto Mundial do Esporte no ano de 1964, o qual classifica o esporte a partir das três dimensões sociais: esporte participação, esporte de rendimento e esporte escolar, discutidas em Tubino (1997).

O Ministério do Esporte abriu canais de participação social através da Conferência Nacional do Esporte que se propõe enquanto um espaço de debate, formulação e deliberações das políticas públicas de esporte e lazer. Também foram criados os programas de desporto e lazer, e em especial, o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Segundo o Relatório de Gestão de 2011, o PELC é avaliado como o principal programa social de combate às desigualdades sociais. E, apesar, das diversas mudanças estruturais ocorridas, no período de 2009 a 2016, na gestão do ME, chegando à extinção

do mesmo em 2019, o PELC continua a acontecer em diversas cidades do país.

Baseado nas dimensões “policy analysis” conceituadas por Frey (2000), enfatizamos a dimensão da Policy, como a dimensão material dos conteúdos políticos e o conteúdo material das decisões políticas. E ainda, para um melhor entendimento acerca da construção da política pública, consideramos a categoria da policy circle, proposta pelo autor, onde diz exatamente para o agir público em fases parciais do processo político-administrativo de resolução de problemas, composta das seguintes fases: percepção e definição do problema, agenda setting, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e avaliação de políticas e eventual correção da ação.

Nesse sentido, o PELC, tem enquanto o problema gerador, “(...) a desigualdade de acesso ao esporte e lazer por parcela significativa da população brasileira.” A partir disso, o programa foi criado e implementado em todo o Brasil. Para o acompanhamento e avaliação dessa implementação, faz-se necessário a coleta e sistematização das informações geradas pelo programa, em suas diversas localidades.

Portanto, a sistematização das informações busca contribuir com a avaliação dos resultados, apontando indicadores de eficácia, eficiência e efetividade. O método de monitoramento e avaliação podem orientar os gestores para o planejamento e implementação de políticas públicas, bem como fundamentar a sociedade para o exercício do controle social, considerando ainda que a avaliação serve para mostrar os fatores facilitadores e os obstáculos que operam ao longo da implementação.

Para a medição dos indicadores dos programas, Oakley e Clayton (2003, p. 27) afirmam que é necessário um sistema de monitoramento e avaliação adequado. Apesar dos termos monitoramento e avaliação serem utilizados frequentemente juntos, os autores ressaltam que não são sinônimos e ressaltam que o monitoramento é uma avaliação contínua e faz parte integral do gerenciamento do projeto e a avaliação é conduzida periodicamente tanto pela equipe do projeto quanto pelos beneficiários e, ocasionalmente, com a ajuda de equipes externas.

Baseado na importância da relação entre avaliação e monitoramento, o Ministério do Esporte implantou o Mimboé, um sistema de monitoramento para acompanhamento

das atividades do PELC. Segundo Pintos (2017), ele reúne várias informações dos convênios realizados nas cidades do Brasil, entre eles: plano técnico pedagógico, a grade horária das oficinas, o planejamento e relatório das formações realizadas pelos formadores, entre outros.

Um outro modelo de monitoramento encontrado foi o Sistema Práxis, desenvolvido para o Programa Círculos Populares de Esporte e Lazer (CPEL), realizado pela Prefeitura do Recife, entre o período de 2002 a 2012. Segundo Silva et al (2007, p. 115), esse sistema permitiu a ampliação da circulação de informações e possibilitou que o planejamento tivesse sustentação nos dados da realidade.

No estudo de Almeida (2010) foi apresentado um instrumento de avaliação para políticas públicas de desporto e lazer. A autora considera que o instrumento possibilita o controle gerencial a fim de responder aos anseios da sociedade. Enquanto que o estudo de Moraes (2017), avaliou como os objetivos e as diretrizes do PELC se materializaram no convênio nos aspectos políticos, pedagógicos e técnicos. Ela considera que o monitoramento e a avaliação são elementos importantes na detecção dos limites e potencialidades da ação executada.

Percebemos nesses estudos que as principais motivações para a construção de instrumento de monitoramento e avaliação são a sistematização das informações para um acompanhamento contínuo das ações e a coleta e sistematização de dados que orientem os gestores para um planejamento que responda às demandas sociais.

Materiais e métodos

A pesquisa foi delineada em três etapas para construção do instrumento de monitoramento de programa de desporto e lazer. A primeira etapa consistiu numa pesquisa exploratória, bibliográfica e documental. Nessa, foi realizada a análise dos estudos encontrados para monitoramento e avaliação dos programas desportivos e de lazer, identificando dimensões, categorias, variáveis e indicadores.

Para a segunda etapa foram utilizados métodos da pesquisa de campo, por meio das técnicas da observação para coletar dados da experiência da assessoria pedagógica na Prefeitura do Recife, no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2012. A observação

se deu a partir do acompanhamento de reuniões realizadas com os diretores e coordenadores do PELC, identificando as variáveis geradas pelo programa.

Essas etapas serviram para definir os elementos para a construção de um instrumento base de monitoramento, compondo assim uma pré-matriz. Na terceira etapa, essa pré-matriz foi validada a partir da abordagem quantitativa do conteúdo de validade de Lawshe (1975). Segundo o autor, esse método utiliza especialistas no assunto para definir o domínio do conteúdo, que segundo o autor, “..é improvável que existe uma autoridade superior para contestar a validade do conteúdo pretendido”

Para tanto, a pré-matriz do instrumento foi encaminhada individualmente para oito especialista, gestores públicos desportivos e pesquisadores na área de avaliação e monitoramento desportivo e de lazer, onde eles foram solicitados a responder para cada item do instrumento de monitoramento, as seguintes alternativas: essencial; útil, mas não essencial; não é necessário. Foi calculado o conteúdo de relação da validade (CVR) para cada item considerado “essencial”, considerados a partir dos valores mínimos, $p=0,05$, proposto por Lawshe (1975, p. 568). Então os itens que adquiriram o CVR mínimo foram considerados válidos, enquanto os itens que não obtiveram o valor mínimo foram excluídos do instrumento. Por fim, foi calculado o índice de validade do conteúdo (IVC), que representa a média dos valores dos itens considerados válidos. O instrumento de monitoramento foi construído pelos itens considerados válidos a partir do método apresentado.

Resultados

Iniciamos a construção do instrumento com uma pré-matriz a partir da pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Definimos elementos e criamos dimensões, categorias, variáveis, indicadores de eficácia, indicador de eficiência e efetividade. Com a pré-matriz construída, encaminhamos para validação junto aos especialistas e conforme a técnica de pesquisa de conteúdo de relação da validade (CVR), composta por Lawshe (1975), validamos os itens e excluímos os que não obtiveram o índice mínimo de validade. Cumprindo os protocolos da pesquisa, apresentamos o seguinte instrumento de monitoramento (tabela 1):

Tabela 1: Instrumento de monitoramento de políticas e programas de esporte e lazer validado pelos especialistas.

DIMENSÕES	CATEGORIAS	VARIÁVEIS DA BASE CADASTRAL	INDICADOR DE EFICÁCIA
Caracterização	Dados iniciais	Entidade responsável, setor responsável, nome do programa/ projeto	Quantidade de bairros a serem atendidos
		População, IDH, quantidade de bairros (cidade)	
		Vigência do programa/ projeto	Quantidade de tempo de execução do programa
	Recursos	Valores disponíveis - metas iniciais	% de recurso disponível em relação ao orçamento da gestão desportiva
	Recursos Humanos	Dados do RH (RG, CPF, endereço, contatos, formação, função)	Número de profissionais contratados
Gestão	Usuários	Dados pessoais: nome, filiação, endereço, contatos, data de nascimento, estado civil, sexo, etnia	% de usuários atendidos por faixa etária, por deficiência e por bairro
		Dados de escolarização: nível e situação de escolarização, se estuda e onde estuda.	Índice socioeconômico dos usuários, relativos aos usuários inscritos no programa
		Dados socioeconômicos: renda familiar e tamanho da família.	
		Frequência	Média de usuários atendidos por mês em cada turma
		Assiduidade	% de evasão relativo aos usuários inscritos no programa
Gestão	Turma/ Programação	Turmas formadas	% de turmas formadas no programa, relativo à quantidade de turmas previstas inicialmente, por bairro
		Grade Horária	Quantidade de usuários por educador
		Conteúdos: planejados e trabalhados	
		Educadores por turma (Dados pessoais, formação, forma de contratação)	
Gestão	Espaço e equipamento	Número de bairros a serem atendidos - meta inicial	% de bairros atendidos a partir da meta de atendimento do programa, considerando o IDH
		Equipamentos disponíveis (descrição do espaço)	% de espaços utilizados a partir da meta do programa
			% de equipamentos utilizados a partir dos disponíveis nos bairros
			% de espaços requalificados a partir dos disponíveis por bairro
Gestão	Formação Continuada		Quantidade de formações realizadas
			% de participação dos profissionais nas formações
Gestão	Reunião	Registro: dia, hora e local, pauta da reunião	% de atividades realizadas a partir das reuniões

INDICADOR DE EFICIÊNCIA	INDICADOR DE EFETIVIDADE
Volume de recursos gastos no programa/% da população atendida	Índice de acesso ao esporte e lazer, por classe social, bairro e IDH, relativo à população da cidade.

Discussão

Jannuzzi e Patarra (2006) afirmam que, a necessidade de um controle maior das políticas públicas se evidencia com a quebra do muro de Berlim e o fim da bipolaridade entre os países. Sendo que os países capitalistas desenvolvidos começam a colocar em seus discursos a importância e a centralidade da atuação dos diversos governos no sentido de assegurar para a população o acesso aos Direitos humanos, econômicos, sociais e culturais (DHESCs), fortalecido, fundamentalmente nas conferências da Organização das Nações Unidas (ONU). Contudo, Jannuzzi e Patarra (2006, p. 134), enfatizam que começa a instaurar a prática de controle e monitoramento dos Estados a partir dos acordos firmados internacionalmente. Assim, começa a ampliar e difundir metas comuns que passam a ser avaliadas e mensuradas, com estatísticas públicas, o nível de comprometimento dos governos com os conteúdos assinados. E a criação da legislação nacional torna-se instrumento fundamental para fortalecer e colocar em prática os direitos conquistados.

Nesse sentido, para fins de fortalecer o debate em torno do direito ao esporte e lazer e, principalmente, buscar caminhos que mostrem o impacto deste setor na vida das pessoas, revisitamos a literatura, as experiências construídas e os principais métodos e modelos utilizados no setor desportivo e de lazer no Brasil. Nesse percurso a literatura nos mostrou que o monitoramento ainda é uma ferramenta muito recente na vida das políticas públicas. As experiências apresentavam propostas de organização das informações e dados que auxiliavam no planejamento das gestões, porém, em ambos os modelos de monitoramento propostos, não tratavam de indicadores que auxiliassem na construção de índices de efetividade, eficácia e eficiência do programa.

Pintos (2017) enfatiza a importância dos indicadores nesse processo de avaliação. A efetividade mede para além da qualidade e quantidade das ações, é a medição do impacto sobre as condições na vida das pessoas; na eficácia preocupa-se mais se a

gestão está sendo realizada a contento do que avaliar o conteúdo da política social e seus efeitos; e por último a eficiência, compreende como um importante mecanismo de controle dos recursos, o que leva à focalização das políticas sociais para a população de baixa renda. Sendo assim, construímos o instrumento de monitoramento que permite gerar indicadores de eficácia, eficiência e efetividade a partir da coleta e sistematização dos dados de forma clara e objetiva. Essa construção se deu a partir dos objetivos do programa, definindo assim os indicadores. Esses darão uma direção do que está sendo executado e, portanto, orienta os gestores para um planejamento futuro.

Conclusão

A partir da literatura pesquisada, percebeu-se que o instrumento de monitoramento ainda é uma ferramenta muito recente na vida das políticas públicas. Isso ocasiona, na maioria das vezes, a tomada de decisão se dar por personalismo e na demanda do mercado. Portanto, se faz urgente, construir mecanismos de sistematização de informações dos programas desportivos e de lazer, pois a democracia participativa carece de investimentos em informação e respectiva difusão. É preciso garantir que a informação disponível seja acessível para a maioria da população, tanto na divulgação quanto no formato.

O instrumento foi construído por dimensões que permite identificar informações na fase do planejamento e execução do programa. A partir daí foram criadas categorias para uma melhor distribuição das variáveis, as quais irão compor um banco de dados. A quantificação das variáveis gerará indicadores de eficácia, eficiência e efetividade, permitindo assim a construção de dados quantitativos que qualificam a tomada de decisão dos gestores.

A construção e validação do instrumento de monitoramento, fruto desta pesquisa, aponta caminhos para a superação de uma das grandes dificuldades atuais no acompanhamento de programas públicos. Dispor de informações periódicas e específicas acerca do processo de implementação, do alcance dos resultados e do impacto social nos segmentos sociodemográficos ou comunidades focalizadas pelo programa, permite a avaliação contínua, diálogo transparente com a sociedade e dados concretos para a

tomada de decisão por parte dos gestores.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, B. C. Política de Esporte e Lazer do Recife: a elaboração de um instrumento de avaliação. Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Federal de Pernambuco, 2010.
- BRITO, G. A. P. d. Políticas públicas de lazer: discutindo sua construção. In P. H. Azêvedo & A. C. Bramante (Eds.), *Gestão estratégica das experiências de lazer*. Curitiba: Appris, 2017.
- DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In M. C. R. N. Barreira & M. d. C. B. d. Carvalho (Eds.), *Tendências e perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais*. São Paulo: IEE PUC - São Paulo, 2001.
- FREY, K. Políticas públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, 1(21), 211-259, 2000.
- GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. d. M. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: Limites e legitimidades. Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2016. Disponível em <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1451/1416> Acessado em 15/06/2020.
- JANNUZZI, P. d. M.; PATARRA, N. L. Manual para capacitação em indicadores sociais nas políticas públicas e em direitos humanos (Vol. 01). São Paulo: Oficina editorial, 2006.
- LAWSHE, C. H. A quantitative approach to content validity. *Personnel Psychology*(28), 563-575, 1975.
- MORAIS, A. F. S. d. A. Avaliação do Programa Esporte e Lazer da Cidade no convênio de Recife. Belo Horizonte - MG: Aniele Fernanda Silva de Assis Moraes. Dissertação de Doutorado apresentada a Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.
- OAKLEY, P., & Clayton, A. Monitoramento e avaliação do empoderamento (Vol. 1). Oxford: Intrac, 2003.
- PINTOS, A. E. d. S. Análise da experiência em monitoramento e avaliação de políticas públicas do Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC. Brasília: Ana Elenara da Silva Pintos. Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade de Brasília - UNB, 2017.
- SILVA, J., SILVA, K., D'CASTRO, R., & LUNA, R. Sistema praxis de monitoramento, avaliação e controle social. In *Brincar, Jogar, Viver* (Vol. II). Brasília: Ministério do Esporte, 2007.
- SILVA, M. O. d. S. e. Avaliação de políticas públicas e programas sociais: teoria e prática. In *Avaliação de políticas públicas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos*. São Paulo: Editora Veras, 2001.
- TUBINO, M. J. G. O esporte no Brasil: do período colonial aos nossos dias: Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1997.

A gestão da educação física escolar nos currículos de graduação em educação física das universidades brasileiras

Temática: Gestão da educação física escolar – Comunicação Oral

Lucas Sousa de Oliveira (Universidade de Brasília – UnB, Brasília/DF, Brasil; lucas.unb.sousa@gmail.com); Leonardo Peixoto Arêas da Silva (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Brasília, Distrito Federal, Brasil); Paulo Henrique Azevêdo (Universidade de Brasília – UnB, Brasília/DF, Brasil.)

Resumo

A gestão da educação física escolar (GEFE) trata fundamentalmente da aplicação dos conceitos de gestão e administração ao âmbito da educação física escolar, amparada pelos conceitos da gestão educacional e gestão escolar. O objetivo do estudo foi o de analisar a presença de disciplinas relacionadas à GEFE, nos currículos de graduação dos cursos de educação física, licenciatura e bacharelado, das universidades brasileiras, que possuem programas de pós-graduação stricto sensu em Educação Física, com nota igual ou superior a 4 na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para auxiliar a investigação, verificou-se se os cursos de graduação em Educação Física das instituições pesquisadas oferecem conteúdos que preparem os futuros licenciados no desenvolvimento das atividades pertinentes ao ambiente escolar, sejam relacionadas à Educação Física, ou à gestão da escola. Foi um estudo descritivo e documental, que descreveu o fenômeno analisado e utilizou-se de informações obtidas a partir de registros públicos em suas atividades. Foram acessadas as grades curriculares no site de cada instituição que compôs a amostra para identificar as disciplinas relacionadas à gestão da educação física escolar. Foram encontradas 45 disciplinas sendo 37 ofertadas na licenciatura de forma obrigatória e 3 de forma optativa. Já no bacharelado, foram encontradas 13 obrigatórias e 2 optativas. A maioria das disciplinas (60%) pertencem às temáticas da gestão educacional e escolar na licenciatura, enquanto as demais são relacionadas à gestão da educação física e gestão do esporte, que estão mais presentes no bacharelado. Os dados sugerem haver deficiência de conteúdos sobre o desenvolvimento a gestão do esporte na licenciatura, sendo que disciplinas de gestão da educação física escolar possibilitam a inserção dessa temática no âmbito escolar, melhorando a formação inicial e a qualificação dos professores.

Palavras-chave: Formação Acadêmica; Licenciatura em educação física; Educação física escolar, Gestão da educação física escolar; Gestão do esporte; Currículo de Educação Física.

Abstract

The management of school physical education (GEFE) deals fundamentally with the application of the concepts of management and administration to the scope of school physical education, supported by the concepts of educational and school management. The aim of the study was to analyze the presence of GEFE-related disciplines in the undergraduate curricula of physical education, undergraduate and bachelor's degrees at Brazilian universities, which have *stricto sensu* graduate programs in Physical Education, with an equal or higher grade. to 4 in the “Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior”(CAPES) assessment. To assist the investigation, it verified whether the undergraduate courses in Physical Education of the researched research contains the content that prepares future graduates in the development of activities relevant to the school environment, whether related to Physical Education, or school management. It was a descriptive and documentary study, which clarifies the phenomenon analyzed and uses the information from public records in its activities. They were accessed as curriculum notes on the website of each institution that composed the sample to identify subjects related to the management of school physical education. 45 subjects were found, 37 of which were offered in the compulsory degree and 3 in an optional way. In the baccalaureate, 13 were mandatory and 2 optional. Most of the subjects (60%) belonging to the themes of educational and school management in undergraduate courses, while the rest are related to education management and sport management, which are more present in the bachelor's degree in physics. The data obtained is lacking in content on the development of sports management in undergraduate courses, and the disciplines of school physical education management enable the insertion of this theme in the school environment, improving the initial training and qualification of teachers.

Keywords: Academic training; Degree in physical education; School physical education, School physical education management; Sport management; Physical Education Curriculum.

A gestão da educação física escolar nos currículos de graduação em educação física das universidades brasileiras

Introdução

O professor de Educação Física assume desafios gerenciais em sua carreira, que vão desde o planejamento, organização e realização de suas atividades docentes na disciplina, passando por funções administrativas, tais como coordenação e direção da escola, podendo chegar até a conduzir uma secretaria estadual de educação e até o

Ministério da Educação. A formação desse profissional carece de conteúdos relacionados à gestão que podem ser decisivos na carreira que percorrerá, como parte de suas competências.

De acordo com DIAS (2002) “gestão é lançar mão de diversas funções e conhecimentos necessários para, através das pessoas, se atingirem os objetivos de uma organização de forma eficiente e eficaz. Para Lopes (2017, p.85) é o processo em que se assume a responsabilidade do planejamento e regulação dos recursos de uma organização, pessoas, bens, serviços, eventos ou instalações a fim de realizar objetivos.

A gestão pode ser inserida e desenvolvida em várias instâncias da sociedade como, por exemplo, no esporte, tendo-se assim a gestão do esporte, conceituada por Rocha e Bastos (2011, p.94) como “a aplicação dos princípios de gestão a organizações esportivas;” ou no lazer, com a gestão do lazer. Quando inserida a gestão no âmbito educacional tem-se que a gestão educacional que, segundo Lück (2015), é a gestão dos sistemas de ensino, tratando-se dos órgãos superiores de ensino, políticas públicas relacionadas ao ensino e às instituições escolares, dentre outros. Dentro do âmbito da gestão educacional está inserida a gestão escolar, que é “o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação de seu projeto político-pedagógico” (LÜCK, 2009 p.21). Desta forma, será considerada a gestão da educação física escolar (GEFE) como sendo a aplicação dos conceitos de Gestão à educação física escolar, amparada pelos conceitos de gestão do esporte, gestão educacional e gestão do escolar.

A formação acadêmica em educação física ocorre nas modalidades bacharelado e licenciatura e nesta, serão formados os futuros profissionais que atuarão na educação básica, os professores de educação física escolar. A Educação Física é uma profissão regulamentada no Brasil pela Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998, e a formação inicial ocorre em curso superior de graduação, sendo no currículo de formação deste profissional que se encontram os primeiros contatos com os conhecimentos que deverão formar as competências profissionais para uma atuação profissional que corresponda às demandas da sociedade de forma adequada.

Portanto, para uma atuação profissional competente é fundamental uma formação acadêmica que prepare o futuro profissional da área de forma adequada. Para tanto, é necessário que os cursos de graduação tenham um currículo apropriado e quadros qualificados de docentes para operar este currículo e é neste contexto que se insere essa pesquisa pois, um dos aspectos que proporciona uma oferta qualitativa nos cursos de graduação é a quantidade e a qualidade da formação dos docentes.

Objetivos do Estudo

Analisar a oferta de disciplinas ligadas à gestão da educação física escolar, na formação inicial dos graduandos em educação física, das universidades que possuem programas de pós-graduação em educação física com nota igual ou superior a 4 na avaliação da Capes, no último quadriênio disposto, que compreende os anos de 2013 à 2016, cujos dados foram divulgados em 2017.

Revisão de Literatura

O profissional de educação física na sua atuação como docente necessita dos conhecimentos de planejamento, organização, controle, direção, tomada de decisões, dentre outras funções administrativas básicas (AZEVEDO; BARROS, 2013). Sendo assim, é fundamental que todo esse conhecimento esteja presente na formação inicial desse profissional. De acordo com Azevêdo (2018 p. 93) a formação é “a preparação básica, englobando princípios (origem), fundamentos (justificativas) e treinamento prático inicial”. Desse modo, é na formação inicial que o profissional aprenderá e desenvolverá os conhecimentos e as competências necessárias para sua atuação no mercado de trabalho.

Diante da velocidade da informação na vida atual e do conhecimento acumulado na área da educação e da educação física, não se concebe mais uma administração amadora dos recursos, das pessoas e das organizações escolares e esportivas, ou seja, não é mais “possível administrar com base em uma conduta de tentativa e erro, e/ou pautada exclusivamente em experiências prévias” (SARMENTO et al. 2015, p.314). Por isso, é necessário que sejam formados profissionais competentes para atuar nesse mercado. Como destaca Azevêdo (2008, p.01) “a formação acadêmica é fator de fundamental relevância da atuação no campo de conhecimento ao qual está relacionado”

sendo assim, o profissional de educação física é, também, um gestor e necessita de formação específica nessa área.

A partir disso, pode-se discutir a competência profissional que, segundo Zarifian (2001) é a combinação dos conhecimentos, do saber fazer, e das experiências e comportamentos, utilizados em contextos específicos a fim do cumprimento dos objetivos. A definição de competência profissional de acordo com Saupe (2006, p.33) leva em consideração a tríade de elementos interdependentes: conhecimento, habilidade e atitude, que estão descritas no quadro abaixo:

Quadro 01 – Tríade dos elementos interdependentes das competências profissionais.

Elemento	Descrição
Conhecimento	É o conjunto de conteúdos que possibilitam ao profissional o domínio cognitivo de um saber e a capacidade de tomar decisões e resolver problemas em sua área de atuação
Habilidade	É o conjunto de práticas adquiridas por demonstração, repetição que fornecem ao profissional a perícia de um saber fazer e a capacidade de tomar decisões e resolver questões no seu campo de atuação
Atitude	É o conjunto de comportamentos adquiridos por intermédio de observação, introjeção e reelaboração crítica que conferem ao profissional o domínio ético e afetivo de um saber ser e saber conviver, além da capacidade de tomar decisões e de solucionar problemas na sua área de atuação

Fonte: Saupe (2006 p.33).

Em suma, o conhecimento é o “saber”, a habilidade é o “saber fazer” e a atitude o “querer fazer”, sendo competente portanto, o profissional que se apropria desses elementos e os utiliza no seu contexto laboral de forma eficaz. Desse modo, é fundamental que essas competências estejam presentes na formação inicial do professor de educação física pois, uma graduação que ofereça disciplinas nas quais se desenvolvam os conceitos de gestão aplicados à educação física escolar e, tendo fundamento no desenvolvimento das competências profissionais, está não somente contribuindo para a formação de professores competentes como também para uma educação de qualidade, já que “a ausência ou o conhecimento limitado [...] comprometem a qualidade da educação ofertada (GUIMARÃES-IOSIF et al, 2018 p.101).

Materiais e Métodos

Essa pesquisa é classificada como descritiva e documental pois, tem como objetivo a descrição das características de um determinado fenômeno analisado e utilizou-se de

informações obtidas a partir de documentos públicos para tal intento (GIL, 2012). A amostra foi composta de 24 universidades, públicas e privadas, e 49 cursos entre bacharelado, licenciatura em educação física e bacharelado em Esporte, sendo este um curso exclusivo da Universidade de São Paulo. A amostra foi selecionada na Plataforma Sucupira, um instrumento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e reúne informações sobre a pós-graduação no Brasil. Foram incluídas na amostra as Instituições de Ensino Superior (IES) que possuíam nota igual ou superior a 4 em seus programas de pós-graduação stricto sensu em educação física, na avaliação quadrienal da Capes do ano de 2017, que contempla dados referentes aos anos de 2013 a 2016. Da amostra foram excluídas 3 Instituições, por não apresentarem disciplina no escopo da pesquisa, sendo os dados analisados obtidos de 21 IES.

A partir da definição das instituições de ensino superior, acessou-se a matriz curricular ou a grade curricular dos cursos de educação física no sítio eletrônico de cada uma das universidades para analisar as disciplinas ofertadas e selecionar aquelas que se enquadravam no propósito da Gestão da educação física escolar e, posteriormente, foram analisadas as ementas para a compreensão dos conhecimentos desenvolvidos nelas. Os dados foram organizados em planilhas utilizando o software Microsoft Excel. A partir daí, iniciou-se a análise dos dados cujos resultados foram organizados e apresentados a seguir.

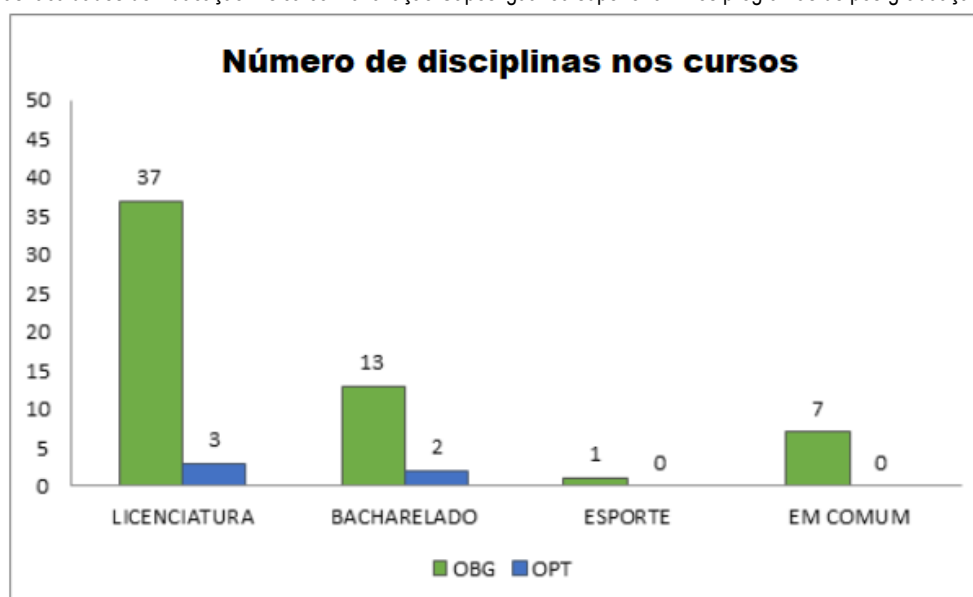
Resultados

Foram encontradas 45 disciplinas relacionadas com a gestão da educação física escolar e elas estão reunidas nas seguintes temáticas: gestão educacional; gestão escolar; gestão da educação física; gestão da educação física escolar (GEFE); gestão da educação física e do esporte; gestão da educação física, esporte, saúde e lazer. Os resultados estão dispostos a partir de duas análises. Primeiramente, será mostrada a quantidade de disciplinas encontradas nos cursos de licenciatura e bacharelado e, em seguida, serão ressaltadas as temáticas dessas disciplinas.

A Figura 1 apresenta os resultados relativos à frequência de disciplinas ligadas à gestão da educação física escolar nos cursos de bacharelado e licenciatura das

universidades pertencentes à amostra. A maior parte das disciplinas encontradas são ofertadas de forma obrigatória na licenciatura e em uma menor quantidade no bacharelado. A graduação em esporte é um curso exclusivo da Universidade de São Paulo e foi encontrada 1 disciplina. Dentre as disciplinas da amostra 7 são ofertadas em comum na licenciatura e no bacharelado, na modalidade obrigatória, sendo que nenhuma matéria foi comum aos cursos na modalidade optativa e, no total, apenas 5 foram ofertadas de forma optativa nos cursos de licenciatura e bacharelado.

Figura 1 – Frequência de disciplinas relacionadas a gestão da educação física escolar nas matrizes curriculares dos cursos de licenciatura e bacharelado das faculdades de Educação Física com avaliação Capes igual ou superior à 4 nos programas de pós-graduação.



Fonte: Dados originais da pesquisa.

A Tabela 1 apresenta a frequência de disciplinas de acordo com a temática proposta. A gestão educacional foi a temática com a maior quantidade de disciplinas, seguida da gestão da educação física e gestão escolar. Por outro lado, poucas disciplinas foram classificadas como gestão da educação física escolar.

Tabela 1 – Temática das disciplinas selecionadas e seu de acordo com a frequência.

Temática	Frequência absoluta (n°)	Frequência relativa (%)
Gestão educacional	17	37,78
Gestão da educação física	13	28,89
Gestão escolar	8	17,78
Gestão educacional e gestão Escolar	2	4,44
Gestão da educação física escolar	2	4,44
Gestão da educação física e do Esporte	2	4,44

Gestão da Educação física, Esporte, Saúde e Lazer	1	2,23
Total	45	100

Discussão

Os dados apresentados na figura 1 demonstram uma quantidade superior de disciplinas sobre gestão na área da educação física nos cursos de licenciatura em relação ao bacharelado, corroborando os resultados de Machado júnior et al (2020). Isso pode ser explicado pelo fato de que mais da metade (60%) das disciplinas analisadas estarem relacionadas às áreas de gestão educacional e gestão escolar, conhecimentos desenvolvidos na licenciatura. Já aquelas voltadas à gestão da educação física de uma maneira mais abrangente, incorporando as discussões sobre o esporte, o lazer e a saúde são, na maioria, ofertadas no bacharelado.

Ao examinar as ementas das disciplinas de gestão educacional e gestão escolar foi constatado que elas tratam das políticas públicas e organização do sistema de ensino e da organização da escola, numa ótica essencialmente educacional, desconsiderando o debate esportivo, do lazer e da saúde, ou seja, os conteúdos de gestão nessas disciplinas são melhores desenvolvidos nos âmbitos mais macros da educação, nos sistemas de ensino e políticas públicas.

As demais disciplinas, predominantes do bacharelado, desenvolvem a gestão da educação física de uma maneira mais abrangente e se propõem a discutir políticas públicas do esporte, lazer e saúde. No entanto, elas não levam essa discussão ao âmbito escolar e isso parece conservar a tradicionalidade de a gestão do esporte ser preponderante no bacharelado, enquanto que a licenciatura fica um pouco aquém nesse debate, principalmente quando o assunto é o esporte de alto rendimento, sendo que o profissional de educação física, bacharel ou licenciado, é aquele responsável pelo desenvolvimento não só do esporte, como das outras áreas de conhecimento específicos da educação física (conforme a Resolução CONFEF nº 046/2002), devendo ter formação qualificada em cada um deles.

Uma diferença quando se analisa a gestão nos cursos de educação física por uma perspectiva da Educação e da Educação Física é que, na Educação há a divisão entre gestão escolar (operacional) e gestão educacional (estratégica) (LÜCK, 2015). No caso da

educação física os conteúdos de gestão estão concentrados na área da gestão do esporte, seja no âmbito operacional, ou seja, aquela gestão realizada nas organizações públicas e privadas que atendem diretamente o público-alvo, sejam os conteúdos estratégicos, realizados no âmbito das estruturas maiores do Estado e do mercado, como é o caso das políticas públicas e privadas.

A partir disso é importante salientar a importância da Commission on Sport Management Accreditation (COSMA) na gestão do esporte, pois ela é uma organização internacional que desenvolveu um documento em 2016 com orientações para as IES na formulação de seus programas de graduação na área da gestão do esporte, propondo áreas de conhecimento a serem desenvolvidas, a saber: Fundamentos sociais, psicológicos e internacionais do esporte; Fundamentos da gestão do esporte; Funções da gestão esportiva; Ambiente da gestão esportiva; Experiências integrativas e planejamento de carreira.

A área de “funções da gestão esportiva” possui 3 subáreas: Conceitos de gestão; Governança e política; Esporte internacional. Essa área é importante nesse contexto pois a subárea da Governança e política trata de “Métodos de supervisão e controle de programas de esportes e recreação em escolas e comunidades, tanto nacional quanto internacionalmente (COSMA, 2016 p.13) realizando assim a aproximação entre a gestão do esporte e o âmbito escolar e, a partir dos resultados aqui encontrados, as disciplinas de gestão da educação física escolar são as únicas que viabilizam essa aproximação, pois buscam possibilitar a compreensão e o domínio do conteúdo da gestão da educação física e dos esportes, sob o ponto de vista pedagógico, político, social e cultural na escola.

Dessa forma, as recomendações da COSMA se mostram fundamentais no desenvolvimento da gestão da educação física escolar nos cursos de educação física e esse avanço na área é de fundamental importância para a formação inicial, assim como para a qualificação desses profissionais porque, além dos conhecimentos de políticas públicas e gestão educacional, é essencial que os conhecimentos da gestão do esporte sejam direcionados ao âmbito educacional e escolar na formação do licenciado pois, como explica Silva (2014), os conhecimentos provenientes da gestão do esporte são, em

alguma medida, requeridos na atuação do professor, uma vez que é necessário ter o conhecimento de gestão de equipamentos e instalações esportivas, gestão de eventos esportivos, como os jogos escolares, dentre outros saberes desenvolvidos na gestão do esporte e que, como demonstrado na pesquisa, não se fazem presentes nas disciplinas de Gestão Educacional e Escolar.

Assim, analisar o desenvolvimento da gestão da educação física escolar nos cursos de graduação das universidades é essencial, pois um bom programa de pós-graduação promove um melhor ensino na formação inicial e um programa de graduação mais qualificado influencia na criação de programas de pós-graduação bem avaliados (KOKUBUN, 2004; CURY, 2004), sendo necessário, posteriormente, estudos que realizem a análise do desenvolvimento da Gestão da educação física escolar na pós-graduação, a fim de verificar essa relação entre ensino e pesquisa da GEFE.

Conclusão

A partir dos resultados analisados é possível inferir que a maioria das disciplinas encontradas nas grades curriculares da formação inicial em educação física dos cursos analisados são ofertadas na licenciatura e há um subdesenvolvimento da temática da gestão do esporte nessa habilitação pois, em geral, se destinam à discussão de políticas educacionais e gestão da escola. Por outro lado, a gestão do esporte, nas disciplinas do bacharelado, é desenvolvida a partir do enfoque nas políticas públicas e sem relacioná-las ao ambiente operacional, na maioria dos casos analisados.

Essas especificidades das duas modalidades de formação em educação física, a licenciatura e o bacharelado, se mantidas sem uma conexão, podem promover prejuízos na formação dos futuros profissionais, pois, a limitação do conhecimento e a dispersão dos conteúdos podem causar problemas de comunicação e de aplicabilidade na vida profissional. No caso da licenciatura, é necessária a aproximação entre a gestão do esporte e a gestão educacional escolar, complementando a formação e qualificação dos futuros profissionais que atuarão no mercado de trabalho além da influência positiva no âmbito da pesquisa.

Estudos complementares são necessários para a consolidação do conhecimento neste campo.

Referências bibliográficas

AZEVÊDO, P. H. Formação Acadêmica do Profissional de Educação Física e Preparação para o Mercado de Trabalho. In: III Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte (III CONCOCE). 2008.

AZEVÊDO, P. H. Gestão estratégica de instalações esportivas e de lazer. 1. ed. - Curitiba: Appris, 2018.

AZEVÊDO, P. H.; BARROS, Jônatas de França. A necessidade de administração profissional do esporte brasileiro e o perfil do gestor público, em nível federal, que atuou de 1995 a 2002. Revista digital, a. 10, n° 74, Buenos Aires, Jul. 2004. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4363624/mod_folder/content/0/2013%20artigo%20gestor%20publico%20paulo%20azevedo%20com%20referencia.pdf?forcedownload=1> Acesso em: 10/10/2020.

BRASIL. Lei n. 9.696, de 1ª de setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 02 mar. 1998.

COMMISSION ON SPORT MANAGEMENT ACCREDITATION (COSMA). Accreditation principles and selfstudy preparation. Reston: COSMA, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, Resolução CONFEF nº 232/2012, Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2002.

CURY, C. R. J. Graduação/pós-graduação: a busca de uma relação virtuosa. Educ. Soc., Campinas, SP. v. 25, n. 88, p. 777-793, Oct. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 de out. 2020.

DE CASTRO, P. H. Z. C.; SILVA, A. C.; SILVA, L. A. I.; LÜRDOF, S. M. A. A produção científica em educação física de 2001 a 2010: caminhos da construção de um campo. Movimento, Porto Alegre.v. 23, n. 3, p. 869-882, 2017.

DIAS, E. P. Conceitos de Gestão e Administração: uma visão crítica. Revista Eletrônica de Administração – FACEF. Vol. 01. Dez, 2002.

FOSSATTI, P.; GÜTHS, H.; JUNG, H. S. Gestão educacional: contingências da contemporaneidade. Memórias do X Sincol: Simpósio Nacional de Educação. Frederico Westphalen: Editora da URI, 2019

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. – 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GUIMARÃES-IOSIF, R.; LIMEIRA, L.C.; SANTOS, A.V. O ensino de Política e gestão educacional nos cursos de licenciatura. Práxis Educativa, PR. v. 13, n. 1, p. 85-106, 2018.

KOKUBUN, E. Pós-graduação em educação física. Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte, v. 20, n. 5, p.31-33, 2006.

- LÜCK, H. Gestão Educacional: Uma Questão Paradigmática. vozes, Vol. 1, 12º ed. 2015.
- LÜCK, H. Dimensões da gestão escolar e suas Competências. Curitiba, PR: Positivo, 2009.
- MACHADO JUNIOR, R. B.; ARÊAS, L.; RODRIGUES, M. V.; OLIVEIRA, L. S.; AZEVÊDO, P. H.. A gestão do esporte nos currículos de graduação em educação física das universidades brasileiras. In: X Congresso Internacional do Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região. CREF-7, 2020, Brasília-DF. Anais do 10º Congresso do Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região., 2020. v. 1.
- ROCHA, C. M.; BASTOS, F. C. Gestão do esporte: definindo a área. Rev. Bras. Educ. Fis. Esporte, São Paulo, v.25, p.91-103, dez. 2011, nº esp.
- SAUPE, R.; BENITO, G. A. V.; WENDHAUSEN, A. L. P.; CUTOLO, L.R.A. Conceito de competência: validação por profissionais de saúde. Saúde em Revista, Piracicaba, SP. v. 8, n. 18, p. 31-37, jan./abr. 2006.
- SARMENTO, D. F.; MENEGAT, J.; RAMIREZ, V. L. Educação de qualidade e gestão pública: a construção do planejamento de uma secretaria de educação. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. ANPAE, GO. v. 31, n. 2, p. 313-333, 2015.
- SAWITZKI, R. L. Esporte Escolar: aspectos pedagógicos e de formação humana. Motrivivência, SC. v. 20, n. 31, p. 132-142, 2008.
- SILVA, L. P. A. As ações gerenciais e os resultados esportivos das escolas públicas participantes dos jogos escolares do Distrito Federal. 2014. 222. Dissertação (Mestrado em educação física) —Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- ZARIFIAN, P. (Orgs.) Objetivo competência: por uma nova lógica. São Paulo; Atlas, 2001.

Dopagem na indústria do futebol e indicadores socioeconómicos globais

Temática: Economia e indústria no esporte - Comunicação Oral

Rui Filipe Envia Camarada (Mestre em Direção e Gestão Desportiva; ruifilipe1500@gmail.com); Maria Céu Machado (Médica Especialista e Professora); Mário Coelho Teixeira (Professor e Investigador; Diretor do Mestrado em Direção e Gestão Desportiva; Coordenador da especialização em Gestão do Desporto do Doutoramento em Motricidade Humana; Universidade de Évora, Portugal - mario.teixeira@uevora.pt)

Resumo

Em 1960 foram implementadas várias medidas no combate ao doping no desporto, designadamente, a introdução de procedimentos para controlos antidopagem e a criação de uma lista por parte da World Anti-Doping Agency (WADA). Esta entidade revolucionou toda a estratégia na luta contra a dopagem (LJUNGQVIST, 2017). Atualmente, o consumo de substâncias dopantes é um dos grandes problemas da realidade desportiva. O objetivo deste estudo é compreender a relação entre diversos indicadores socioeconómicos globais e os casos positivos de doping no futebol em todos os países do mundo. Metodologicamente, recorreremos a métodos quantitativos. Através de fontes oficiais, recolhemos os dados de todos os indicadores socioeconómicos previamente definidos e dos casos positivos de doping. Realizamos vários procedimentos estatísticos, designadamente estatística descritiva, testes de hipóteses, correlações e análise de Variância (One-Way ANOVA). Nos resultados, através dos procedimentos estatísticos, aferimos que os indicadores com maiores médias são o índice capital humano (65,05) e o índice de corrupção (41,93), significando que estes indicadores são os mais importantes para os países. Verificamos, também, que existem mais países sem casos positivos (n=126) do que países com casos positivos de doping (n=58). O Sig (2 extremidades) apresenta um $p < 0.05$, logo, o teste de t de Student mostra diferenças estatisticamente significativas entre todas as variáveis analisadas e o número de casos de doping, à exceção da taxa de desemprego e do coeficiente de Gini para um intervalo de confiança de 95%. Concluimos que quanto maior o capital humano e a perceção da corrupção menor o consumo de doping. Aferimos, também, que quanto maior o IDH e o índice de felicidade, maior o consumo de doping. A taxa de desemprego e o coeficiente de Gini não mostraram qualquer diferença estatística.

Palavras-chave: Gestão do Desporto; Ética; Dopagem; Futebol; Indicadores Socioeconómicos.

Abstract

In 1960 were implemented several measures to combat doping in sport, namely in the introduction of anti-doping procedures and the creation of a list of parts of the World Anti-Doping Agency (WADA). This entity there was a revolution in anti-doping strategy (LJUNGQVIST, 2017). Currently, the consumption of doping substances is one of the major problems of the sports reality. This study has the goal to understand the relationship between several global socio-economic indicators and positive cases of doping in football in all countries of the world. Methodologically, we use quantitative method. Through official sources, we collect data for all socio-economic indicators defined above and positive cases of doping. Various statistical procedures were performed, such as descriptive statistics, hypothesis tests, correlations and analysis of variance (One-Way ANOVA). In the results, through statistical procedures, we found that the indicators with the highest averages are the human capital index (65.05) and the corruption index (41.93), meaning that these indicators are the most important for countries. We also found that there are more countries without positive cases (n=126) than countries with positive cases of doping (n=58). The Sig (2 extremities) presents a $p < 0.05$, so the Student's t test shows statistically significant differences between all variables analyzed and the number of doping cases, except for the unemployment rate and Gini coefficient for a 95% confidence interval. We conclude that the greater the human capital and the perception of corruption, the lower the consumption of doping. We also measured that the higher the HDI and happiness index, the higher the doping consumption. The unemployment rate and Gini coefficient did not show any statistical difference.

Keywords: Sport Management; Ethic; Doping; Football; Socioeconomic Indicators.

Dopagem na indústria do futebol e indicadores socioeconômicos globais

Introdução

O tema deste trabalho de dissertação de mestrado centra-se no âmbito do doping, mais concretamente no seu consumo a nível mundial. O doping é um problema a nível global e representa um flagelo que põe em risco a saúde e a imagem do atleta, assim como a do desporto de forma geral.

O futebol é considerado o desporto rei, movimenta muito dinheiro e por isso tem muitas atenções. A busca pelo reconhecimento, por alcançar prémios ou para atingir certos objetivos leva alguns atletas a recorrerem a estas “soluções”. A Foundation Internacional Football Association (FIFA), órgão máximo do futebol mundial, está atenta a este assunto e regularmente desenvolve várias campanhas de sensibilização, prevenção e

fiscalização ao doping e aos métodos proibidos. No calendário de eventos da FIFA conseguimos ter acesso a formações e ações para treinadores, atletas profissionais e amadores de modo a sensibilizar para a antidopagem.

Objetivos do estudo

O objetivo principal deste estudo é perceber se existe algum tipo de relação entre o consumo de doping e os fatores socioeconômicos globais, ou seja, se há uma relação negativa ou positiva direta com a dopagem? Caso exista uma relação positiva podemos assim reunir quais os indicadores socioeconômicos mais propícios à dopagem. Também serão realizados vários testes de hipóteses entre todos os indicadores socioeconômicos selecionados para o estudo.

Referencial teórico de literatura

O consumo de doping não é um paradigma atual. De acordo com vários autores, o consumo de certas substâncias eram frequentes para ganhar uma vantagem sobre os inimigos ou adversários. Existem vários relatos de autores que afirmam que em várias partes do mundo eram consumidas substâncias para ganhar maior habilidade física ou psicológica. A civilização Grega, em meados do ano 800 a.C., começa a incluir hábitos desportivos no seu estilo de vida e começara a criar eventos desportivos como forma de culto aos Deuses, até como parte fundamental para a preparação de guerreiros (AQUINO NETO, 2001). Começaram-se a criar celebrações desportivas com o objetivo de mostrar a superioridade política e econômica (RODRIGUEZ, 2008). Os melhores atletas desta altura eram aclamados de semideuses e este estatuto era muito vantajoso porque permitia-lhes receber prémios, isenções de impostos e a possibilidade de se alistar às forças militares (AQUINO NETO, 2001). Na antiga Roma o estatuto dos atletas era muito idêntico, embora as modalidades desportivas fossem bastante distintas. As preferidas eram a luta de gladiadores e as corridas de carros puxados por cavalos. Neste caso, para além do consumo por parte dos gladiadores de substâncias como estimulantes e álcool com objetivo de aumentar o rendimento, também os cavalos eram alimentados com misturas para ficarem fisicamente fortes e velozes.

Em 1894, é organizado por Pierre Cobertain um congresso internacional, onde é

apresentada a ideia de criar um evento desportivo internacional e periódico à semelhança do que se fazia na antiga Grécia. Como consequência deste congresso, é criado o Comitê Olímpico Internacional. É nesta altura que são calendarizados os jogos, agora conhecidos como os jogos olímpicos da era moderna. Entre os jogos olímpicos de Atenas em 1896 e os de Amsterdão em 1928, existem relatos que houve um grande consumo de substâncias dopantes grande parte feito por ciclistas. Nesta altura os jogos já seguiam as diretrizes de Pierre Cobertain que defendia que o mais importante dos jogos olímpicos era competir e não vencer (DE ROSE; NOBREGA, 2004).

Com o decorrer do tempo o desporto começa a ganhar o seu impacto económico e o consumo de doping por parte dos atletas começa a ser um problema cada vez mais perceptível (TAVARES, 2002). Por esta razão em 1967, o Comitê Olímpico Internacional aprova a primeira resolução antidoping e, em 1968, organiza uma comissão médica com o objetivo de controlar o consumo (AQUINO NETO, 2001).

Para evitar a descredibilização que o desporto estava a sofrer, devido ao grande uso de doping por parte dos atletas, é criado a Agência Mundial Antidoping (AMA) ou World Anti-Doping Agency (WADA). O principal objetivo desta organização mundial era dirigir, avaliar e coordenar a luta contra o consumo de doping a nível mundial. Esta organização tutela as leis e criou uma lista com todas as substâncias, métodos e procedimentos proibidos em competição, fora e em fase de preparação. Assim, em 2003, é publicado o primeiro Código Mundial Antidoping (DE ROSE; NÓBREGA, 2004).

Ao longo do tempo, a definição de doping tem vindo a ser reformulada devido à evolução e à criação de substâncias/métodos proibidos. Podemos considerar doping, substâncias ou métodos proibidos quando existe evidência que o seu uso possa levar a um aumento do rendimento desportivo para além do treino, que possa colocar em risco a saúde do atleta ou que ponha em causa o espírito desportivo” (WADA, 2018). Para além disso, é considerado doping a violação de uma ou mais das seguintes regras:

- Presença de uma substância proibida, dos seus metabolitos ou de marcadores numa amostra de sangue ou urina;
- Uso ou tentativa de uso de uma substância ou método proibido;

- Recusa ou falha a uma colheita de amostras após notificação;
- Violação ou tentativa de alteração da amostra ou parte da amostra para o controle de doping;
- Posse de uma substância proibida ou método proibido;
- Tráfico ou tentativa de tráfico de qualquer substância proibida ou método proibido;
- Cumplicidade.

Materiais e métodos

Para a realização do presente estudo foi utilizada uma metodologia quantitativa. A natureza descritiva documental do estudo permite descrever os fatos e acontecimentos de uma determinada realidade.

Para a realização deste estudo contamos com uma amostra de 206 países e foram escolhidos os seguintes indicadores socioeconômicos: Índice de capital humano, índice de desenvolvimento humano, índice de percepção de corrupção, índice de felicidade, taxa de desemprego, coeficiente de gini.

Os dados recolhidos foram tratados no IBM SPSS Statistics. Tendo em conta o objetivo do estudo foram realizadas três técnicas de estatística: estatística descritiva, testes de hipóteses, correlações e análise de variância (One-way ANOVA).

Resultados

Antes de elaborar os diversos testes, importa analisar a estatística descritiva das variáveis alvo de estudo. Na Tabela 1 podemos observar todos os dados condensados e organizados.

Tabela 1 – Estatística descritiva da amostra

Variáveis	N	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Capital Humano	127	65,05	10,43	34,61	82,90
Índice de Desenvolvimento Humano	180	0,71	0,15	0,35	0,95
Índice de Felicidade	155	5,28	1,24	1,46	7,53
Índice de Corrupção	175	41,93	19,31	5,67	89,67
Taxa de Desemprego	45	8,20	4,75	3,03	25,90
Coeficiente de Gini	38	29,89	6,76	11,30	48,10
Nº de casos de doping	184	0,67	1,63	0,00	15,00

De modo a avaliar a correlação existente entre as diversas variáveis e o recurso ao

doping, foi utilizada a correlação de Pearson, na medida em que a amostra é superior a 30 elementos (M ROCO, 2011).

Segundo Mâroco (2011), as correlações podem classificar-se em: < 0,25 (correlação fraca); 0,25 - 0,50 (correlação moderada); 0,50 - 0,75 (correlação forte) e > 0,75 (correlação muito forte).

Verifica-se que existe uma correlação muito forte e significativa entre o capital humano e o IDH ($r = 0,86$; $gl = 184$; $p = 0,000 < \alpha = 0,05$), assim como, uma correlação positiva forte e significativa entre o capital humano e o índice de felicidade ($r = 0,72$; $gl = 184$; $p = 0,000 < \alpha = 0,05$) e entre o capital humano e o índice de corrupção ($r = 0,71$; $gl = 184$; $p = 0,000 < \alpha = 0,05$). Por outro lado, existe uma correlação negativa moderada entre o capital humano e a taxa de desemprego ($r = - 0,43$; $gl = 184$; $p = 0,003 < \alpha = 0,05$) e entre o capital humano e o coeficiente de Gini ($r = - 0,37$; $gl = 184$; $p = 0,024 < \alpha = 0,05$). Isto significa que, quanto maior o capital humano, maior o IDH, o índice de felicidade e o índice de corrupção. Já, quanto maior for o capital humano, menor será a taxa de desemprego e o coeficiente de Gini.

No IDH, verifica-se uma correlação muito forte e significativa entre o IDH e o índice de felicidade ($r = 0,79$; $gl = 184$; $p = 0,000 < \alpha = 0,05$), assim como, uma correlação positiva forte e significativa entre o IDH e o índice de corrupção ($r = 0,73$; $gl = 184$; $p = 0,000 < \alpha = 0,05$) e uma correlação positiva fraca e significativa entre o IDH e o número de casos de doping ($r = 0,23$; $gl = 184$; $p = 0,002 < \alpha = 0,03$). Em contrapartida, verifica-se uma correlação negativa moderada e significativa entre o IDH e a taxa de desemprego ($r = - 0,37$; $gl = 184$; $p = 0,013 < \alpha = 0,05$) e entre o IDH e o coeficiente de Gini ($r = - 0,38$; $gl = 184$; $p = 0,018 < \alpha = 0,05$). Isto significa que, quanto maior o IDH, maior o índice de felicidade, o índice de corrupção e o número de casos de doping. Já, quanto maior for o IDH, menor será a taxa de desemprego e o coeficiente de Gini.

Por sua vez, o índice de felicidade apresenta uma correlação positiva forte e significativa com o índice de corrupção ($r = 0,64$; $gl = 184$; $p = 0,000 < \alpha = 0,05$), enquanto apresenta uma correlação positiva moderada e significativa com o número de casos de doping ($r = 0,26$; $gl = 184$; $p = 0,001 < \alpha = 0,05$). Em contrapartida, existe uma correlação

negativa moderada e significativa entre o índice de felicidade e a taxa de desemprego ($r = -0,44$; $gl = 184$; $p = 0,002 < \alpha = 0,05$). Isto significa que, quanto maior o índice de felicidade, maior o índice de corrupção e o número de casos de doping. Em contrapartida, quanto maior o índice de felicidade, menor a taxa de desemprego.

Quanto ao índice de percepção de corrupção, existe uma correlação negativa moderada e significativa com a taxa de desemprego ($r = -0,30$; $gl = 184$; $p = 0,044 < \alpha = 0,05$) e com o coeficiente de Gini ($r = -0,33$; $gl = 184$; $p = 0,044 < \alpha = 0,05$). Isto significa que, quanto maior o índice de percepção de corrupção, menor a taxa de desemprego e o coeficiente de Gini. No que se refere à taxa de desemprego, existe uma correlação positiva, moderada e significativa com o coeficiente de Gini ($r = 0,36$; $gl = 184$; $p = 0,036 < \alpha = 0,05$). Isto significa que, quanto maior a taxa de desemprego, maior o coeficiente de Gini.

O teste de t de student tem como objetivo avaliar a existência de diferenças significativas entre duas amostras (países com número de casos de doping e países sem números de casos de doping), de modo a aceitar ou rejeitar a hipótese nula (H_0). Com a presente dissertação, pretende-se encontrar informação que valide ou rejeite as seguintes hipóteses:

H_0 : O IDH influencia o número de casos de doping

H_1 : O IDH não influencia o número de casos de doping

H_0 : O índice de felicidade influencia o número de casos de doping

H_1 : O índice de felicidade não influencia o número de casos de doping

H_0 : O índice de corrupção influencia o número de casos de doping

H_1 : O índice de corrupção não influencia o número de casos de doping

H_0 : A taxa de desemprego influencia o número de casos de doping

H_1 : A taxa de desemprego não influencia o número de casos de doping

H_0 : O coeficiente de Gini influencia o número de casos de doping

H_1 : O coeficiente de Gini não influencia o número de casos de doping

O teste de Levene serve para analisar a homogeneidade das variâncias, sendo que neste caso, como a significância (Sig) associada ao teste, na maioria das variáveis, é $< 0,05$, assume-se a homogeneidade das variâncias (*Equal variances assumed*). Quanto ao

Sig (2 extremidades), este apresenta um $p < 0.05$, logo, o teste de t de Student mostra diferenças estatisticamente significativas entre todas as variáveis analisadas e o número de casos de doping, à exceção da taxa de desemprego e do coeficiente de Gini, para um intervalo de 95% de confiança.

Assim, as hipóteses nulas (H_0) podem ser aceites, à exceção da taxa de desemprego e do coeficiente de Gini, uma vez que existem diferenças estatisticamente significativas entre as variáveis analisadas e o facto de existirem casos de doping nos países, ou seja, as variáveis do capital humano, índice de desenvolvimento humano, índice de felicidade e índice de corrupção influenciam o número de casos de doping.

No presente estudo, como a amostra é de grande dimensão, utiliza-se o teste paramétrico ANOVA, de modo a realizar o estudo da relação entre as variáveis quantitativas (M ROCO, 2011).

Desse modo, as hipóteses a serem aceites ou rejeitadas:

H_0 : As médias das variáveis são iguais nas categorias de variável quantitativa

H_1 : As médias das variáveis são diferentes nas categorias de variável quantitativa

Na Tabela 2, verifica-se que o valor do Sig < 0.05 , à exceção da variável da taxa de desemprego e do coeficiente de Gini, pelo que se rejeita H_0 ao nível de significância de $\alpha = 0.05$, ou seja, existem diferenças significativas entre os valores das médias das variáveis do capital humano, IDH, índice de felicidade e índice de corrupção e o número de doping existentes nos países.

Variáveis		Soma dos quadrados	Média dos Quadrados	F	Sig.
Capital Humano	Between groups	1391,66	1391,66	14,11	0,000
	Within groups	12327,07	98,62		
Índice Desenvolvimento Humano	Between groups	0,81	0,81	41,56	0,000
	Within groups	3,47	0,02		
Índice de Felicidade	Between groups	42,91	42,91	33,56	0,000
	Within groups	195,62	1,28		
Índice de Corrupção	Between groups	5061,91	5061,91	14,64	0,000
	Within groups	59812,22	345,74		
Taxa de Desemprego	Between groups	47,99	47,99	2,19	0,146
	Within groups	942,95	21,93		
Coeficiente de Gini	Between groups	1,00	1,00	0,02	0,885

Within groups	1691,05	46,97
---------------	---------	-------

Sig – valor de significância/p_value; F- valor de variância

Discussão

No presente estudo percebemos quais as relações que existem entre os indicadores socioeconômicos globais e o consumo de doping. Em relação ao capital humano, através da realização dos testes de t de Student e do ANOVA, foi comprovado que existem diferenças estatisticamente significativas entre o capital humano e o número de casos de doping. Como exposto na tabela 1, a média do capital humano dos países pertencentes à amostra, é de 65,05, que corresponde a um nível médio de capital humano. Este valor pode dever-se ao facto de o capital humano englobar três dimensões: esperança de vida, escolaridade e saúde, ou seja, quanto maior for a esperança de vida, a escolaridade e a saúde, menor será a tendência de consumo de doping. Para Costa (2005), a questão do doping no desporto envolve sérias questões éticas. Atletas com elevado nível de capital humano possuem maior educação e saúde, ou seja, estão mais consciencializados para a ética e são mais conhecedores dos riscos que o doping poderá acarretar na sua saúde.

No IDH, observou-se que o mesmo possui uma correlação positiva fraca e significativa com o número de casos de doping, ou seja, quanto maior o IDH, maior será o número de casos de doping. Através da realização dos testes de t de Student e do ANOVA, também foi comprovado que existem diferenças estatisticamente significativas entre o IDH e o número de casos de doping. Como exposto na tabela das estatísticas descritivas, a média do IDH dos países pertencentes à amostra, é de 0,71, que corresponde a um nível elevado de IDH. Este valor pode dever-se ao facto do IDH englobar três dimensões: riqueza, longevidade e educação, segundo Sakiko (2003), ou seja, quanto maior for a riqueza, a longevidade e a educação dos habitantes de um país, maior será a tendência de consumo de doping. Os países com maior IDH são conhecidos por países desenvolvidos e estes possuem um grau muito elevado de industrialização. Nestes países existe maior concentração de laboratórios e farmácias. Por esta razão o acesso a substâncias dopantes torna-se fácil.

Quanto ao índice de felicidade, este também possui uma correlação positiva moderada e significativa com o número de casos de doping, ou seja, quanto maior o

índice de felicidade, maior será o número de casos de doping. Este facto foi corroborado pela realização dos testes de *t* de Student e do ANOVA. Isto pode dever-se ao facto de o índice de felicidade englobar um conjunto de fatores socioeconómicos, demográficos, ambientais, culturais e emocionais que proporcionam felicidade aos habitantes de um determinado país, no contexto sociocultural onde se inserem. Com este resultado não significa teoricamente que pessoas felizes consomem substâncias dopantes. A felicidade é um conceito muito subjetivo. Um atleta pode estar dependente do consumo de uma substância química e isso influencia o seu estado emocional. O maior motivo para o consumo de doping é o aumento de performance para conseguir atingir metas e objetivos e segundo DIENER et al (2002), a satisfação de objetivos e necessidades leva a um aumento da felicidade.

No que se refere ao índice de percepção de corrupção, existem diferenças estatisticamente significativas entre esta variável e o número de casos de doping, facto comprovado através da realização dos testes de *t* de Student e do ANOVA. Como exposto na tabela das estatísticas descritivas, a média do índice de percepção de corrupção dos países pertencentes à amostra, é de 41,93, que corresponde ao nível “muito corrupto”, ou seja, quanto mais percebida for a corrupção, menor será o número de casos de doping.

Na taxa de desemprego e no coeficiente de Gini, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas com o número de casos de doping. Este facto foi corroborado pela realização dos testes de *t* de Student e do ANOVA. A falta de informação e a reduzida amostra destes indicadores contribuíram para este resultado.

Conclusões

Em suma, perante os resultados obtidos, é possível verificar que os objetivos foram bem-sucedidos, uma vez que se conseguiu perceber a existência de relações entre o consumo de doping e os fatores socioeconómicos. De forma sucinta, concluímos que:

Quanto maior o índice de capital humano e o índice de percepção de corrupção menor será a tendência do consumo de doping;

Quanto maior o índice de desenvolvimento humano e o índice de felicidade, maior será a tendência do consumo de doping.

A taxa de desemprego e coeficiente de Gini não tiveram resultados estatísticos significativos.

Referências Bibliográficas

AQUINO NETO, F.R. O papel do atleta na sociedade e o controle de dopagem no esporte. *Revista Brasileira de Medicina no Esporte*, 7(4), 138-148, 2001.

COSTA, F. S. et al. Doping no esporte problematização ética. *Rev. Bras. Cienc. Esporte*, Campinas, v. 27, n° 1, p. 113-122, 2005.

DE ROSE, E; NÓBREGA, A. Drogas Licitas e Ilícitas. In: N. Ghorayeb & T. Barros, *O Exercício: Preparação Fisiológica, Avaliação Médica, Aspectos Especiais e Preventivos*, 395-405, 2004, São Paulo, Brasil: Atheneu.

DIENER, E.; OISHI, S.; LUCAS R. Subjective Well-Being: The Science of Happiness and Life Satisfaction. *Oxford Handbook of Positive Psychology*, 2002. Disponível em <http://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780195187243.013.0017>

LJUNGQVIST, A. Brief History of Anti-Doping. *Medicine and Sport Science*, 62, 1-10, 2017.

MAROCO, J. *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. Pêro Pinheiro, Portugal: Report Number, 2011.

Rodríguez, C. La história del dopaje. *História del dopaje, sustancias y procedimientos de control*. Vol. 1. CSD, 2008. Disponível em www.csd.gob.es/csd/estaticos/documentos/52_150.pdf.

SAKIKO, F. The Human Development Paradigm: operationalizing Sen's ideas on capabilities *Feminist Economics*, 9(3), 301-317, 2003.

WADA. Prohibited list, 2018. Disponível em https://www.wadaama.org/sites/default/files/prohibited_list_2018_en.pdf.

Proposta de um modelo de análise de uma política de estado de esporte

Temática: Gestão de políticas públicas para o esporte e o lazer – Comunicação oral.

Cássia Damiani (Professora Adjunta da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil; Membro do Centro de Estudos Olímpicos e Paralímpicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; cassiadamiani@hotmail.com); Felipe Marchetti (Membro do Centro de Estudos Olímpicos e Paralímpicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Resumo

A caracterização das políticas de Estado ainda não está clara na literatura nacional e na internacional, os estudos não coincidem com o que tratamos sobre o papel do Estado nas políticas públicas. Tais políticas decorrem do reconhecimento pelo Estado de determinadas necessidades humanas como direitos a serem atendidos por meio de políticas públicas, que resultam de demandas sociais ou pela determinação de governantes. Entretanto, nem toda política pública é considerada política de Estado, resta saber como estão constituídas tais políticas, pois essa teoria não está desenvolvida o suficiente, nem têm delimitadas as dimensões empíricas. Dada à incompletude conceitual e à superficialidade de parâmetros comparativos, esse estudo apresenta como objetivo propor e validar um Modelo de Análise composto por elementos constitutivos de uma política de Estado de esporte. Partimos de um estudo do tipo exploratório com abordagem qualitativo-quantitativa realizado em duas etapas. A primeira tratou da revisão de literatura, a qual levou a escassas referências sobre o tema, no entanto originou dois instrumentos. Foi qualificada como política duradoura e ininterrupta que perdurou ao longo das mudanças de governos com financiamento e gestão democrática, contínuas e sustentáveis, assentadas em um órgão público e imbricadas num sistema nacional. Embasados nisso, formaram-se os itens das Condições Necessárias como: “Relevante” - reconhecida como direito; “Permanente” - perene com garantias constitucionais e legais; “Contínua” - dotada de mecanismos de regularidade; “Sustentável” - financiamento estável, suficiente e constante; “Abrangente” - extensivo conforme a natureza focal/universal; “Democrática” - multidimensional com controle social; “Sistêmica” – vinculada a um sistema nacional; e “Estruturada” - assentada em uma instituição. Igualmente, os itens dos Âmbitos Empíricos, definidos como: a) Política nacional do esporte; b) Legislação esportiva; c) Financiamento do esporte; e d) Sistema nacional do esporte. Na segunda etapa, formou-se o painel de juízes especialistas em políticas públicas de várias áreas, que avaliaram os instrumentos que subsidiaram a validação do conteúdo do Modelo proposto. Pelos resultados quatro condições poderiam ser excluídas pelas médias

individuais <80%, porém, pela avaliação qualitativa, concluímos que para maior rigor restaram as Condições Necessárias: “Relevante”, “Permanente”, “Contínua”, “Sustentável”, “Abrangente”, “Democrática” e “Estruturada”. Enquanto os Âmbitos Empíricos adequados ao esporte são: a) a Política Nacional do Esporte, seus programas e ações; b) a Legislação esportiva; e c) o Financiamento federal do esporte. Enfim, propusemos um Modelo de Análise da política de Estado do esporte original e consistente para avaliar políticas públicas de esporte e de outras áreas.

Palavras-chaves: Gestão, Avaliação, Política Pública, Esporte, Brasil.

Abstract

The characterization of State policies is not yet clear in the national and international literature, the studies do not coincide with what we discussed about the role of the State in public policies. Such policies result from the recognition by the State of certain human needs as rights to be met through public policies, which result from social demands or the determination of government officials. However, not all public policy is considered state policy, it remains to be seen how such policies are constituted, as this theory is not sufficiently developed, nor are the empirical dimensions defined. Given the conceptual incompleteness and superficiality of comparative parameters, this study aims to propose and validate an Analysis Model composed of elements that constitute a sport State policy. We started from an exploratory study with a qualitative-quantitative approach carried out in two stages. The first dealt with the literature review that found few references on the topic and originated two instruments. It was qualified as a lasting and uninterrupted policy that endures with government changes with funding and democratic management, continuous and sustainable, based on a public body and imbricated in a national system. Based on this, the Necessary Conditions items were formed as: “Relevant” - recognized as a right; “Permanent” - perennial with constitutional and legal guarantees; “Continuous” - with regularity mechanisms; “Sustainable” - stable, sufficient and constant financing; “Embracing” - extensive according to the focal / universal nature; “Democratic” - multidimensional with social control; “Systemic” - linked to a national system and; “Structured” - based in an institution. Likewise, the items of the Empirical Scopes, defined as: a) National sport policy; b) Sports legislation; c) Sports financing; and d) National sport system. In the second stage, a panel of judges specialized in public policies from various areas was formed, which evaluated the instruments that supported the validation of the content of the proposed Model. The results show that four conditions could be excluded by the individual averages 80%, however after the qualitative evaluation we concluded that the Necessary Conditions would end: “Relevant”; “Permanent”; “To be continued”; “Sustainable”; “Embracing”; “Democratic” and; “Structured”. While the Empirical Scopes suitable for sport are: a) National Sport Policy its programs and actions; b) Sports legislation; and, c) Sports Financing. Finally, we proposed an Analysis Model of the State policy of the original and consistent sport to evaluate public policies of sport and other areas.

Keywords: Management, Evaluation, Public Policy, Sports, Brazil.

Proposta de um modelo de análise de uma política de estado de esporte

Introdução

Essa pesquisa tem como tema a caracterização das políticas públicas de esporte enquanto políticas de Estado. Entendemos políticas de Estado como aquelas reconhecidas socialmente como garantidoras de direitos. As políticas públicas não surgem espontaneamente, elas advêm do reconhecimento pelo Estado de que determinada necessidade humana é um direito, que passa a ser satisfeita com políticas públicas. (PEREIRA, 2011). Em determinadas áreas sociais, elas podem resultar de demandas populares, em outras, menos organizadas e pouco institucionalizadas na sociedade, podem ser proposituras de governantes. Porém, não basta ser política pública para se constituir em política de Estado. Tais políticas detêm mecanismos que asseguram a sua continuidade de forma permanente, o controle social e do financiamento de forma perene, além de considerarem a abrangência nacional e as desigualdades regionais do país (ALMEIDA, 2018). De outro lado, as políticas de governo atendem a demandas pontuais e conjunturais de determinado segmento social, corporação ou região. Mas como saber de forma inequívoca como se constitui uma política de Estado?

Ao investigarmos a existência ou não de uma política de Estado para o esporte brasileiro durante os governos Lula e Dilma, constatamos a inexistência de uma teoria desenvolvida e sistematizada que apresentasse categorias e conceitos capazes de abarcar todas as condições necessárias para a constituição de uma política de Estado. Sendo assim, fez-se necessária a proposição de um Modelo de Análise visando aprofundar a compreensão sobre os constitutivos que fazem uma política pública ser entendida como política de Estado. Tal modelo contém um conjunto de elementos que engloba: a) as Condições Necessárias e os âmbitos Empíricos para o exame de uma política de Estado e b) os itens correspondentes que os compõem. Portanto, essa pesquisa almeja contribuir com o desenvolvimento teórico-metodológico da área de políticas públicas, bem como possibilitar futuras análises de políticas públicas quando essas implicarem propriedades das políticas de governo e das políticas de Estado e, em especial, esse estudo busca viabilizar pesquisas sobre a compleição das políticas

públicas de esporte.

Objetivos do estudo

Propor e validar um Modelo de Análise composto por elementos constitutivos de uma política de Estado de esporte.

Referencial teórico de literatura

A revisão da literatura sobre políticas públicas, no âmbito internacional, procurou pontos convergentes entre os estudos de autores da área de esporte que analisam a dimensão institucional das políticas (polity) e a temática dessa pesquisa. Entre outros interesses, deparou-se com os estudos comparados locais ou internacionais sobre o desempenho do esporte de alto rendimento e sobre a influência das formas de gestão pública, na descontinuidade das políticas e seus resultados (HOULIHAN, 2001); sobre o esporte como fator de coesão social, desenvolvimento econômico e cooperação internacional (THIBAUT; HARVEY, 2013); relações internacionais de políticas de esporte (KEECH, 2016); gestão da indústria esportiva (PARRISH, 2014); e sobre a governança do esporte em governos e organizações esportivas (BRAVO, 2016). Pode-se constatar grandes diferenças destes vistos com os da pesquisa.

Na literatura nacional, encontramos uma lacuna: a ausência de fundamentos que demonstrassem, de forma sistematizada, completa, inequívoca e clara, os atributos que constituem uma política de Estado. Apesar dessa escassez, foi possível encontrar em publicações de diferentes áreas de políticas públicas referências sobre alguns aspectos que constituem políticas de Estado. Almeida (2016) afirma que as políticas de Estado são caracterizadas por envolverem arranjos com mais de uma agência do Estado e, necessariamente, são debatidas e deliberadas pelo poder legislativo ou por instâncias diversas de discussão. Além disso, uma política de Estado é definida como uma política pública duradora, ininterrupta que transcende às alternâncias de dirigentes governamentais, mesmo que tais mudanças impliquem em diferentes matizes políticas (OLIVEIRA, 2011; SANTOS, 2011; ALMEIDA, 2018; CASTELLANI FILHO, 2019; ROJO, ET. AL., 2019). A literatura, entretanto, não traz os fundamentos e o conjunto de determinantes que poderiam tornar essas políticas perenes e contínuas. Considera-se ainda que uma

política de Estado deva conter dispositivos legais, de financiamento e de gestão que garantam sua continuidade e sustentabilidade, contudo, tais indicadores são apresentados de forma segmentada na literatura. (BOSCHETTI, 2011; CARNEIRO; MASCARENHAS, 2016; GUIMARÃES, 2017, ROJO, ET. AL., 2019).

Assim, para a elaboração de um novo Modelo de Análise, dois elementos serviram como pressupostos prioritários por aparecem com regularidade nas publicações supracitadas: “permanente” e “contínua.” Portanto, foi necessário adicionar a essa percepção inicial os diversos indícios e elementos que estão presentes na literatura e que tratam do entendimento de uma política de Estado, como visto nas seguintes áreas: a) políticas de esporte e lazer: relação entre a constitucionalização dos direitos, sustentabilidade e inserção dos movimentos sociais para a sua garantia (SANTOS, 2011; CARNEIRO; MASCARENHAS, 2016; DI GIOVANNI, 2008 APUD GUIMARÃES, 2017; ROJO ET AL, 2019); b) políticas sociais: referências sobre a questão da abrangência e da gestão democrática (BEHRING, 2006; BOSCHETTI, 2011); c) saúde: a questão de a política pública estar sob um comando único, justaposta a um Sistema Nacional (VASCONCELLOS, 2007); d) política educacional: relevância de uma política democrática (CALDERÓN, ET. AL., 2011; OLIVEIRA, 2011); e) administração pública: relevância de a política estar sustentada em uma estrutura organizacional própria (MENDES; CODATO, 2015; ALMEIDA, 2018). Tais indicativos precisariam compor um todo complexo que deveria ser sondado, aprimorado e validado.

À vista disso, tratamos de sistematizar e fundamentar os excertos encontrados para elaborar o Modelo de Análise. Estas foram as bases para um conjunto de elementos que sustentaram teoricamente as Condições Necessárias para se constituir uma política de Estado de esporte e os âmbitos Empíricos apropriados para se examinar tal política.

As Condições Necessárias são aquelas a serem satisfeitas para a aplicação correta dos termos, ou aquelas que estão realmente presentes em certos fenômenos, ampliando a sua capacidade de fornecer altos graus de rigor e exatidão conceitual aos argumentos nas áreas examinadas. Para especificar as Condições Necessárias para uma política de Estado é preciso especificar várias condições que compõe tal política, sendo que, se

qualquer uma das condições for falsa, a proposição sobre a política de Estado examinada também será falsa (BRENNAN, 2011). Foram definidos que os itens para esse domínio são:

a) *Relevante* – quando a política reconhece o direito ao esporte dentre os valores mais caros e predominantes da sociedade, como uma necessidade humana intermediária a ser satisfeita pelo Estado (SANTOS, 2011; OLIVEIRA, 2011; ALMEIDA, 2018); b) *Permanente* – quando demonstra perenidade com garantias constitucionais e legais do direito ao esporte, transpondo as alternâncias de poder de governos (ALMEIDA, 2018; CASTELLANI FILHO, 2019; ROJO, ET. AL., 2019); c) *Contínua* – quando as propriedades dos programas, projetos e ações são ininterruptas e constantes, asseguradas por meio de mecanismos democráticos e intersetoriais com outras políticas sociais e entes federados, garantidos por lei (OLIVEIRA, 2011; ALMEIDA, 2018; CASTELLANI FILHO, 2019); d) *Sustentável* – quando as fontes são diversificadas e com fluxo incessante de recursos, cuja ordem de grandeza seja suficiente para contemplar a execução da Política, garantindo a distribuição equânime para o alcance universal do direito ao esporte (BOSCHETTI, 2009; CARNEIRO; MASCARENHAS, 2016; GUIMARÃES, 2017, ROJO, ET. AL., 2019); e) *Abrangente* – quando o programa ou ação contempla o acesso ao universo estimado, da população ou segmento específico que seja alvo da política, bem como garante capilaridade e extensão aos entes federativos (BEHRING, 2006; BOSCHETTI, 2011); f) *Democrática* – quando a política está organizada de forma multidimensional que abrange diversos segmentos e a diversidade humana com relações intercomunicantes, além de incorporar mecanismos de interlocução e participação da sociedade para o estabelecimento de políticas, assegurando o controle social (CALDERÓN, ET. AL., 2011; OLIVEIRA, 2011; DI GIOVANNI, 2008 APUD GUIMARÃES, 2017; ROJO ET AL, 2019); g) *Sistêmica* – quando, à luz de um conceito de esporte como direito, atua intencionalmente para articular a unidade da variedade existente no esporte, guardando coerência interna e externa na organização da entrega do direito ao esporte (VASCONCELLOS, 2007; SAVIANI, 2015); e h) *Estruturada* – quando está assentada no comando único de um órgão público próprio, com estrutura administrativa e quadro de servidores bastantes para

formular, implementar e acompanhar a política pública, e detém planejamento que garanta a sua continuidade ao longo do tempo (MENDES; CODATO, 2015; ALMEIDA, 2018).

Com relação à definição dos itens dos Âmbitos Empíricos, Boschetti (2011) afirma que a análise das políticas sociais considera aspectos analíticos, definidos a partir de elementos empíricos de análise para a demarcação do quadro institucional que conforma a política ou programa social estudado. Estes se consistem nos direitos estabelecidos e assegurados; no financiamento, suas fontes e nos montantes e gastos; na gestão com a forma de organização e o controle social democrático. Com base nesses fundamentos, foram definidos os seguintes itens dos âmbitos Empíricos: a) Política Nacional do Esporte – a gestão dos programas, projetos e ações como um âmbito que materializa o direito (DAMIANI; REPPOLD FILHO, 2017); b) Legislação do esporte – aparato legislativo tocante à política de esporte – âmbito que enuncia e reconhece o direito ao esporte (DIESPORTE, 2015); c) Financiamento público do esporte – fontes de recursos, a magnitude e o direcionamento dos gastos públicos do esporte – âmbito que assegura o alcance do direito (CARNEIRO; MASCARENHAS, 2016); e d) Sistema Nacional do Esporte – envolve a estrutura, organização dos papéis e relação público-privada, da gestão de pessoas e financeira do esporte – âmbito que sistematiza o direito (GODOY, 2011).

Materiais e métodos

Trata-se de um estudo exploratório com abordagem qualitativo-quantitativa. Para Triviños (1987), esse tipo de estudo busca preencher as lacunas que encontramos na literatura sobre as políticas de Estado e nos permitiu uma maior familiaridade com antecedentes e excertos teóricos, em torno do problema da pesquisa, visto que o tema tratado ainda é pouco explorado. Entendemos com Cano (2012) que o concerto das abordagens “quali-quantitativa” garante uma complementariedade necessária no trabalho de análise do objeto de estudo. Nesse caso, a pesquisa qualitativa foi empregada, também, para explicar os resultados obtidos pela pesquisa quantitativa, no processo de validação de conteúdo do Modelo de Análise.

O estudo foi desenvolvido em duas etapas. A etapa 1, contendo a revisão de literatura sobre políticas públicas, de onde extraímos a variedade dos domínios e a

formação dos itens correspondentes. Com base nisso, elaboramos dois instrumentos: a) relativo às Condições Necessárias e b) relativo aos âmbitos Empíricos.

Itens considerados como “Condições Necessárias” para constituição de uma política de Estado para o esporte: a) *Relevante*; b) *Permanente*; c) *Contínua*; d) *Sustentável*; e) *Abrangente*; f) *Democrática*; g) *Sistêmica*; e h) *Estruturada*. Todos os itens foram limitados ao período da pesquisa (2003 a 2015).

Itens dos âmbitos Empíricos: a) Política Nacional do Esporte; b) Legislação do esporte; c) financiamento público do esporte; e d) Sistema Nacional do Esporte.

A etapa 2, utilizando a técnica Delphi¹, selecionamos e convidamos, inicialmente, doze especialistas em políticas públicas de diversas áreas para avaliar os instrumentos propostos e, assim subsidiar a validação do conteúdo do Modelo de Análise. Os especialistas avaliaram cada item dos domínios quanto à pertinência de aplicação, ao grau de *importância* e à clareza de linguagem. Assim, responderam a uma escala de dois níveis de concordância: a) *pertinência e clareza* (0 = não / 1 = sim) e b) *importância* (sendo 0 = secundária e 1 = imprescindível). Havia, em cada item, um espaço para colher sugestões e comentários dos juízes.

Com os resultados, iniciou-se a validação de conteúdo, que tem como função analisar se tais proposições são consistentes com aquilo que se pretende desvendar. É um passo essencial no desenvolvimento de novos modelos e instrumentos avaliativos, pois associa conceitos abstratos com indicadores observáveis e mensuráveis (HERMINDA, 2006).

Conforme Cassepp Borges et. al. (2010), foram realizados cálculos dos Coeficientes de Validade de Conteúdo (CVC) para as variáveis de pertinência, importância e clareza em cada uma das duas etapas. Este cálculo foi feito pela média ponderada das avaliações de cada item, dividida pela maior nota possível ao mesmo item. Sua aplicação permitiu a identificação de itens adequados e/ou não adequados aos objetivos do Modelo de Análise.

Descrição da fórmula do CVC conforme Cassepp Borges et. al. (2010)

$$M_x = \sum x / J$$

Média de cada item: soma dos valores obtidos na escala binária (x) pelo número de juízes (J);

1 A técnica Delphi visa à obtenção de opiniões e critérios de um conjunto de especialistas a partir da análise dos instrumentos de forma individual.

$CVC_i = M_x / V_{máx}$ CVC do item: média do item pelo valor máximo que o item pode alcançar;

$CVC_c = CVC_i - (1/J)^J$ CVCc: CVC do item subtraído da constante (Pei) da fórmula;

$CVC_t = M_{cvc_i} - M(1/J)^J$ CVC total: Média do CVC do item subtraído da média da constante.

Se um item perfizesse pontuação média geral inferior a 80%, seria excluído – seu ponto de corte para aceitação deve ser $CVC > 0,80$ (CASSEPP BORGES ET. AL., 2010). A avaliação qualitativa foi realizada somente naqueles itens que apresentaram índices diretos abaixo do estabelecido (CVC_i e $CVC_c < 0,80$) pelos autores acima referidos.

Resultados

Com os resultados obtidos junto aos especialistas, foi realizado o cálculo do Coeficiente de Validade de Conteúdo dos oito itens referentes às Condições Necessárias.

Tabela 1 - Validação de conteúdo quantitativo das Condições Necessárias

Condições necessárias	Pertinência			Importância			Clareza		
	M	CVCi	CVCc	M	CVCi	CVCc	M	CVCi	CVCc
RELEVANTE	0,88	0,88	0,89	0,66	0,66	0,67	0,55	0,55	0,56
PERMANENTE	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,88	0,88	0,89
CONTÍNUA	1,0	1,0	1,0	0,77	0,77	0,78	1,0	1,0	1,0
SUSTENTÁVEL	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
ABRANGENTE	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,88	0,88	0,89
DEMOCRÁTICA	1,0	1,0	1,0	0,77	0,77	0,78	1,0	1,0	1,0
SISTÊMICA	1,0	1,0	1,0	0,77	0,77	0,78	1,0	1,0	1,0
ESTRUTURADA	1,0	1,0	1,0	0,88	0,88	0,89	0,88	0,88	0,89
Média	0,986			0,833			0,916		
CVC_t	0,99			0,86			0,90		

Podemos verificar, na Tabela 1, que na maioria dos oito itens o Coeficiente de Validade de Conteúdo foi considerado satisfatório ($CVC_i > 0,80$ e $CVC_c > 0,80$). Houve algumas exceções: a) política “Relevante” - quesitos importância e clareza; b) política “Contínua” – quesito importância; c) política “Democrática” – quesito importância; e d) política “Sistêmica” - quesito importância.

Tais exceções, todavia, não impactaram no resultado final, visto que a média geral dos oito itens apresentados foi considerada satisfatória, demonstrando congruência nas avaliações dos especialistas. Tal resultado significa que os oito itens têm consistência e

são válidos para comporem o Modelo de Análise de uma política de Estado do esporte. Foram esses os itens que apresentaram a média individual o CVCT, inferior a 80%, conforme indica a literatura (CASSEPP BORGES ET. AL., 2010), que passaram pela validação qualitativa, apresentada na discussão dos resultados.

Tabela 2 – Validação de conteúdo dos Âmbitos Empíricos

Âmbitos EMPÍRICOS	PERTINÊNCIA			IMPORTÂNCIA			CLAREZA		
	M	CVCi	CVCc	M	CVCi	CVCc	M	CVCi	CVCc
LEGISLAÇÃO ESPORTIVA	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
FINANCIAMENTO DO ESPORTE	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE	1,0	1,0	1,0	0,88	0,88	0,89	1,0	1,0	1,0
Média CVC _t	1,0			0,917			1,0		
CVC_t	1,0			0,97			1,0		

Conforme demonstrado na Tabela 2, os resultados dos cálculos do Coeficiente de Validade de Conteúdo (CVC) dos quatro itens dos Âmbitos Empíricos foram satisfatórios nos quesitos pertinência, importância e clareza. Na avaliação quantitativa os itens que compõem os Âmbitos Empíricos demonstraram congruência no julgamento dos especialistas, o que significa que tais itens têm consistência e são válidos para compor o Modelo de Análise de uma política de Estado do esporte. Apesar do item “SISTEMA NACIONAL DO ESPORTE” ter sido considerado secundário no quesito importância em citação de um dos juízes, sua pontuação não foi inferior à média estipulada, significando que todos os itens inicialmente propostos nesse instrumento foram validados.

Discussão

Considerando os requisitos da literatura sobre o painel de juízes, acredita-se que a validação de conteúdo atingiu seus objetivos. Conforme recomenda Lynn (apud ALEXANDRE, 2011), é necessária uma composição com o mínimo de cinco e o máximo de dez pessoas – participaram nove especialistas em políticas públicas (tanto na área do esporte quanto em outras áreas sociais). Tal aspecto foi favorável, pois possibilitou a utilização da escala de dois níveis de concordância, aplicadas ao instrumento de avaliação dos itens (CARDOSO, 2017).

Após esse processo de avaliação pelos juízes, a validação qualitativa sobre os dois domínios foi realizada somente nos itens que apresentaram índices abaixo do estabelecido. Esse processo foi essencial, pois considerou aspectos subliminares e interpretações a respeito de determinados sinais que não são evidentes, mas que requerem compreensão do tema e domínio do processo de validação de conteúdo de modelos para que sejam percebidos (HERMINDA, 2006).

Considerações sobre as Condições Necessárias para a constituição de uma política de Estado

Considerando os resultados do processo de validação quantitativa, no quesito de avaliação importância, quatro itens foram considerados como sendo “secundários”, perfazendo médias individuais com valores abaixo de 80%, sendo eles: “relevante”, “contínua”, “democrática” e “sistêmica.” Tal resultado poderia, à primeira vista, suscitar suas exclusões do Modelo de Análise. Entretanto, entendemos que, ao mantê-los, estamos elevando o crivo das exigências na análise de uma política pública sem deixar de atingir os objetivos da análise. Sendo assim, decidimos preservar tais itens.

Com relação ao item “relevante”, reescrevermos o enunciado “o esporte reconhecido como expressão da vontade nacional”, que havia sido questionado quanto à sua clareza. Acatamos as críticas dos juízes quanto à imprecisão e falta de clareza do termo “vontade nacional” no contexto para uma política de Estado de esporte. Dessa forma, adotamos a abordagem mais adequada, com o esporte sendo considerado como um direito e reconhecido como uma necessidade humana que é materializada por uma política pública. (PEREIRA, 2011; ATHAIDE, 2015).

Destacamos ainda a sugestão dos julgadores de serem incluídos mecanismos em que os cidadãos e cidadãs possam acompanhar e pleitear a execução da política. A pressão da sociedade poderia garantir o fluxo incessante na execução de políticas públicas, mesmo que haja algumas alterações em sua configuração. Esse aspecto é fundamental e está relacionado com a questão do grau de institucionalização da política pública na sociedade para garantir uma política “contínua”, conforme afirmam Santos (2011); Di Giovanni (apud GUIMARÃES, 2017).

Quanto à categoria “democrática”, houve a sugestão de acrescentar critérios para a manutenção dos processos democráticos, quando houver troca de governantes. Entendemos que essa é uma condição precípua da política pública de cunho permanente, seja por meio de conselhos, conferências ou de fóruns de comunicação direta (BEHRINGER, 2006; OLIVEIRA, 2011; CASTELLANI FILHO, 2019).

Já com relação à necessidade de a política estar imbricada no Sistema Nacional, entendida como condição “Sistêmica”, houve recomendações no sentido de exclusão desse item do Modelo de Análise. Identificamos também que, nos Âmbitos Empíricos, o item a obter o menor índice (CVCt 0,88) na avaliação do painel de juízes, embora mantendo-se dentro da média geral, foi o “Sistema Nacional do Esporte”. Ao analisamos os resultados dos dois instrumentos combinados sobre essa questão, percebemos que tais itens foram considerados dispensáveis, tanto como Condição Necessária, tanto como um mbito Empírico. Por isso, decidimos excluir a condição “Sistêmica”, do rol das Condições Necessárias para se constituir uma política de Estado.

Sendo assim, após a avaliação qualitativa, o Modelo de Análise conclui que são sete as Condições Necessárias para constituir uma política de Estado no âmbito esportivo: “Relevante” - reconhecida como direito; “Permanente” - perene com garantias constitucionais e legais; “Contínua” - dotada de mecanismos de regularidade; “Sustentável” - financiamento estável, suficiente e constante; “Abrangente” - extensivo conforme a natureza focal/universal; “Democrática” - multidimensional com controle social; e “Estruturada” - assentada em uma instituição.

Considerações sobre os Âmbitos Empíricos adequados ao exame das políticas públicas

Quanto aos Âmbitos Empíricos, embora não tenha havido pontuações inferiores à média estipulada para os itens validados (Tabela 2), houve considerações sobre o item “Sistema Nacional do Esporte” ser secundário no processo. Vale considerar que a referência como “secundário” foi em relação ao caso particular à área do esporte, podendo sinalizar que, caso exista em outra área um Sistema Nacional estável e consistente, seria possível validar esse item. Por exemplo, se o Modelo de Análise fosse empregado à avaliação do Sistema Único de Saúde (VASCONCELLOS, 2007) ou do Sistema Único de Assistência Social (BOSCHETTI, 2009), sistemas esses consolidados, teriam tal item

como “imprescindível”.

Essa premissa nos levou a entender que o “Sistema Nacional” é um âmbito Empírico válido para compor o Modelo de Análise que estamos propondo para avaliar políticas de Estado, desde que na referida área tal sistema esteja consolidado (o que não ocorre com o esporte). Quando analisamos a concepção de um sistema nacional, posta em Saviani (2015), constatamos que no Brasil não há um Sistema Nacional do Esporte, o que há é uma estrutura organizacional formal do esporte. Tais evidências levaram à exclusão desse âmbito Empírico do Modelo de Análise, no contexto do esporte brasileiro. Como ainda não há um Sistema Nacional do Esporte desenvolvido e concretamente constituído no país, não teríamos elementos empíricos para analisar seu desempenho.

Sendo assim, os Âmbitos Empíricos validados e que compõem o Modelo de Análise de uma política de Estado de esporte são: a) a Política Nacional do Esporte, seus programas e ações; b) a Legislação esportiva; e c) o Financiamento federal do esporte. Isso reforça as indicações encontradas em Behringer (2006).

Compreendemos, enfim, que a validade dos instrumentos empregados e a coerência nas etapas, a fim de atingir maior rigor metodológico, pode assegurar a construção de um novo Modelo de Análise válido, legítimo e cientificamente reconhecido.

Conclusão

Cumprimos o objetivo do estudo, o Modelo de Análise para uma política de Estado de esporte foi proposto e validado. As Condições Necessárias foram adequadas conforme recomendações dos juízes – entre outras, como a noção de uma política que tem relevância, porque é reconhecida como direito. Excluímos o Sistema Nacional do Esporte como um dos Âmbitos Empíricos, por considerá-lo inadequado, no caso do esporte. Por conseguinte, o Modelo ficou composto por sete Condições Necessárias: “Relevante”, “Permanente”, “Contínua”, “Sustentável”, “Abrangente”, “Democrática” e “Estruturada”. E, com três Âmbitos Empíricos validados e adequados ao esporte: a) a Política Nacional do Esporte, seus programas e ações; b) a Legislação esportiva; e c) o Financiamento federal do esporte.

Esse processo, com os itens mantidos, fez do Modelo de Análise proposto mais

rigoroso e fidedigno, tornando-o consistente, tanto para analisar as políticas públicas de esporte quanto de outras áreas. Portanto, serviu para distinguir de forma mais prudente uma política de Estado e políticas de governo e, mais além, consistiu em um instrumental teórico-metodológico original para contribuir com a formulação de um conceito de política de Estado.

Referências bibliográficas

ALEXANDRE, NMC; COLUCI, MZO. Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. Ciênc. saúde coletiva vol.16 n. Rio de Janeiro July 2011.

ALMEIDA P. R. de Políticas de Estado e políticas de governo, 2018. Disponível em: <http://diplomattizando.blogspot.com/2018/02/politicas-de-estado-e-politicas-de-governo.html>. (Acesso em: 21/09/2020).

ATHAYDE, P. F.; MASCARENHAS, F.; FIGUEIREDO, P. O.; REIS, N. S. O esporte como direito de cidadania. Pensar a Prática. Goiânia: UFG, v. 19, p. 489-500, 2016.

BEHRING, E.R. Políticas públicas e necessidades humanas com enfoque no gênero. Sociedade em Debate, Pelotas, v.12, n.1, p. 67-86, jun./2006.

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS/ABEPSS. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009. p. 575-593.

BRAVO, G.; DAMICO, R. L.; PARRISH, C. (Org.) Sport in Latin America. New York: Routledge, 2016.

BRENNAN, A. Condições Necessárias e Suficientes. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (2011), Edward N. Zalta (ed.) Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/win2011/entries/necessary-sufficient/>. (Acesso em 03/10/2020).

CALDERÓN, A. I.; POLTRONIERI, H.; BORGES, R. M. Os rankings na educação superior brasileira: políticas de governo ou de Estado?. Ensaio: avaliação de políticas públicas Educacionais. Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 813-826, out./dez. 2011.

CANO, I. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. Sociologias, Porto Alegre, ano 14, n. 31, set./dez. 2012, p. 94-119.

CARNEIRO, F. H. S.; MASCARENHAS F. O financiamento esportivo brasileiro: proposta de metodologia crítica de análise, 2016. Disponível em: <http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/viewFile/481/479>. (Acesso em 22/09/2020).

CASSEPP-BORGES, V.; BALBINOTTI, M. A. A; TEODORO, M. L. M. Tradução e validação de conteúdo: uma proposta para a adaptação de instrumentos. In: PASQUALI, L.(org). Instrumentação psicológica: fundamentos e práticas. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 506-520.

- CASTELLANI FILHO, L. A política esportiva brasileira: de 'política de estado' ao 'estado da política'. *Motrivivência*, (Florianópolis), v. 31, n. 60, p. 01-18, outubro/dezembro, 2019. UFSC.
- DAMIANI, C.; REPPOLD FILHO, A. R. Década dos Megaeventos Esportivos no Brasil: uma narrativa das ações do Governo Federal. In: *Diferentes olhares sobre os Jogos Rio 2016: a mídia, os profissionais e os espectadores*. São Cristóvão: EdUFS, 2016.
- DIESPORTE. Ministério do Esporte. Legislação esportiva. Diagnóstico Nacional do Esporte. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/diesporte/2.html>. (Acesso em 03/10/2020).
- GODOY, L. O Sistema Nacional de Esporte no Brasil: revelações e possíveis delineamentos. Tese (Doutorado em Educação Física). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013.
- HERMINDA, P. M. V.; ARAÚJO, I. E. M. Elaboração e validação do instrumento de enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem*. Brasília, v.59, n.3 – p. 314- 320, mai-jun, 2006.
- HOULIHAN, B. *Comparative sport policy: issues and controvesies*. Londres: Routledge, 2016.
- KEECH, M. Sport policy as a tool for developing countries. In BRAVO, G.; ET. AL. (Org.) *Sport in Latin America*. New York: Routledge, 2016.
- MENDES, A.; CODATO, A. The institutional configuration of sport policy in Brazil: organization, evolution and dilemmas. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 49, n.3, p.563-593, maio/jun. 2015.
- OLIVEIRA, D. A. Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011.
- PARRISH, C.; LEE, S.S.; KIM, J. Business development strategies among football clubs in Argentina. In BRAVO, G.; ET. AL. (Org.) *Sport in Latin America*. New York: Routledge, 2016.
- PEREIRA, P. A. P. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ROJO, J. R.; STAREPRAVO, F. A.; MEZZADRI, F. M., DONHA, E. L.; SILVA, M. M. Políticas de estado ou políticas de governo? Uma análise sobre as políticas públicas de corrida de rua em Curitiba-PR. *Journal Physical Education*, v. 30, e3062, 2019.
- SANTOS, F. C. O Lazer como Direito Social. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Unicamp, 2011.
- SAVIANI, D. *Sistema nacional de educação e plano nacional de educação: significado, controvérsias e perspectivas*. Campinas: Autores Associados, 2014.
- THIBAUT, L; HARVEY, J. *Sport policy in Canadá*. Ottawa: University of Ottawa, 2013.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- VASCONCELLOS, L. C. F. de. *Saúde, trabalho e desenvolvimento sustentável: apontamentos para uma política de Estado*. Tese de Doutorado - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Rio de Janeiro, 2007.

A gestão do lazer nos programas de pós-graduação em educação física no Brasil

Temática: Gestão do lazer – Comunicação oral

Alexandre Souza da Costa (ale740academico@gmail.com;
Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil);
Leonardo Peixoto Arêas da Silva (Secretaria de Estado de
Educação do Distrito Federal, Brasília, Distrito Federal, Brasil);
Paulo Henrique Azevêdo (Universidade de Brasília, Brasília,
Distrito Federal, Brasil)

Resumo

O lazer é um fenômeno importante na sociedade contemporânea, possui complexidade que demanda uma administração adequada dos recursos das organizações que atuam nesse ambiente. Ainda assim, o mercado brasileiro de lazer encontra dificuldade em reconhecer profissionais capacitados para o exercício das funções de gestão nas instituições e uma parcela dessa dificuldade na atuação profissional se encontra na escassa disponibilidade de conhecimento sobre a área, sendo que, uma vez que a produção científica não cumpra com efetividade o seu papel em promover o conhecimento, os gestores do lazer ficarão restritos ao conhecimento de suas vivências ou de outras áreas não específicas, mas correlatas ao campo. Essa pesquisa teve o objetivo de conhecer a produção científica de teses e dissertações dos programas de pós-graduação em educação física com avaliação igual ou superior 4 na avaliação da CAPES, entre os anos de 2013 à 2016, nas áreas relacionadas à gestão do lazer. Foi uma pesquisa descritiva, bibliográfica, documental e de corte transversal. A amostra foi composta por 20 programas de pós-graduação em educação física (PPGEF's) e os dados foram coletados dos sites dos programas e dos dados abertos da plataforma sucupira da CAPES. Identificou-se a existência de uma linha de pesquisa específica nos PPGEF's voltada à gestão e encontrados outros 10 programas que se conectam indiretamente à gestão do lazer. Constatou-se que 1,08% da pesquisa, no quadriênio, aborda a gestão do lazer e a UFPR é a IES que mais publicou na área durante o período. Conclusivamente, a produção sobre a gestão do lazer ainda se encontra em estágio inicial ocupando um pequeno espaço das produções científicas na pós-graduação brasileira e que para um desenvolvimento da atuação profissional na gestão do lazer há a necessidade de incentivo e preparo de futuros pesquisadores desde a graduação.

Palavras-chaves: Gestão do lazer; Pós-graduação; Atuação profissional, Pesquisa em Educação Física.

Abstract

Leisure is an important phenomenon in contemporary society, it has a complexity that demands an adequate management of the resources of the organizations that work around it. Even so, the Brazilian leisure market finds it difficult to recognize professionals trained to exercise management functions in institutions and part of this difficulty in professional performance is found in the scarce availability of knowledge about the area, since, once production does not effectively fulfill its role of promoting knowledge, leisure managers will be restricted to knowledge of their experience or other non-specific areas, but related to the field. This research aimed to know the scientific production of postgraduate programs in physical education with a rating ≥ 4 in the areas related to leisure management between the years 2013 to 2016. This is a descriptive, bibliographic, documentary and cross-sectional research. The sample consisted of 20 postgraduate programs in physical education and the data were collected from the program websites and the "open data" from the CAPES Sucupira platform. We identified the existence of one specific line of research in the postgraduate programs in physical education focused on management, in addition there are 10 other programs that are indirectly connected to leisure management. It was found that 1.08% of the research in the quadrennium covers leisure management and UFPR is the institution that published the most in the area during the period. We conclude that the production on leisure management is still in its initial stage, occupying a small space of scientific productions in Brazilian postgraduate courses and that for the development of professional performance in leisure management, it is necessary that institutions offer more space in their programs about the theme.

Keywords: Leisure management; Postgraduate; Professional performance, Physical education research.

A Gestão do Lazer nos programas de pós-graduação em Educação Física no Brasil

Introdução

Esta foi uma no total de quatro pesquisas que circunscreveram a análise da produção científica nos programas de pós-graduação em Educação Física no Brasil, envolvendo os vários aspectos ligados à produção sobre gestão na educação física. Além da gestão do lazer, foram pesquisadas a gestão do esporte, a gestão da educação física escolar e o marketing esportivo.

O Lazer é um fenômeno moderno que remonta o período de transformações ocorridas no ocidente pelo advento da Revolução Francesa e da Revolução Industrial. Essas diversas transformações impactaram a sociedade nos mais variados espectros: organizacional, ideológico, econômico e outros. Um desses impactos é o Lazer que surge

como resultado das conquistas trabalhistas pelo aumento do tempo livre (NECA, 2019). Se anteriormente à urbanização proporcionada pela revolução industrial o tempo de trabalho e de lazer se misturavam, uma nova ordem passa a se instaurar. Temos, então, uma divisão mais clara entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho sendo o primeiro, o tempo onde os trabalhadores passam nos seus ofícios e o segundo, o tempo que resta para outras atividades. Surge, assim, o Lazer, tal como o concebemos hoje.

Desde o seu surgimento até os dias atuais, o conceito de lazer vem sendo discutido academicamente. Dentre os principais autores que se dedicaram a essa tarefa, o sociólogo francês, Joffre Dumazedier tem um papel importante nesse debate no Brasil. Ela conceituou o lazer como sendo:

um agrupamento de ocupações às quais os indivíduos podem se dedicar por escolha própria, com a intenção de exercitar sua livre capacidade criadora, seja por diversão, recreação, ou entretenimento, promovendo a participação social de forma voluntária, após o indivíduo liberar-se das obrigações profissionais, sociais e/ou familiares (DUMAZEDIER, 1994).

Nelson Carvalho Marcellino, outro sociólogo, é talvez o autor que mais publicou nesta área no Brasil. Segundo ele, o Lazer é “a cultura compreendida no seu sentido mais amplo e vivenciada desinteressadamente, buscando, apenas, a satisfação pessoal, advinda de uma atividade prática ou contemplativa” (MARCELLINO, 1995). Este conceito revela uma compreensão muito mais ampla das implicações e alcances que o lazer pode alcançar. Ele não permanece restrito em oposição ao conceito de trabalho, mas amplia suas fronteiras para as experiências culturais.

Bramante (1998) dá novos contornos ao fenômeno do lazer, afirmando que o lazer não é apenas o tempo livre, mas um tempo a ser conquistado. Na concepção dele:

O lazer se traduz por uma dimensão privilegiada da expressão humana dentro de um tempo conquistado, materializada através de uma experiência pessoal criativa, de prazer e que não se repete no tempo/espaço, cujo eixo principal é a ludicidade. Ela é enriquecida pelo seu potencial socializador e determinada, predominantemente, por uma grande motivação intrínseca e realizada dentro de um contexto marcado pela percepção de liberdade. É feita por amor, pode transcender a existência e, muitas vezes, chega a

aproximar-se a um ato de fé. Sua vivência está relacionada diretamente às oportunidades de acesso aos bens culturais, os quais são determinados, via de regra, por fatores sócio-político-econômico e influenciados por fatores ambientais (BRAMANTE, 1998).

Temos, portanto, manifesta uma evolução do conceito. Dumazedier (1994) explica utilizando-se das ocupações, esquecendo-se do ócio, que por excelência tem a característica da ausência dessas ocupações, por exemplo. Marcellino (1995) trata de um tempo disponível, um momento em que o indivíduo se vê livre e pode fazer uso dele. Bramante (1998), no entanto, afirma que não existe um tempo livre ocasional, esse tempo necessita ser conquistado. Com um impacto tão grande e perene na vida das pessoas, o lazer se tornou um elemento fundamental para o indivíduo que se utiliza dele para atenuar as pressões cotidianas, descansando, divertindo ou desenvolvendo habilidade extra (DUMAZEDIER, 1994).

O Lazer é multifacetado e plural e abrange várias áreas do conhecimento e de intervenção profissional, tornando seu entendimento e gestão complexos. Essa complexidade demanda especialistas que dominem não somente as ações operacionais do campo, mas, também, técnicas, táticas e estratégias específicas e qualificadas para o desenvolvimento de projetos, empresas, órgãos públicos, ONGs e demais organizações ligadas ao lazer. Portanto, a gestão se revela um elemento fundamental para as organizações e projetos ligados ao lazer. Nesta pesquisa, gestão é entendida como o lançar mão de diversas funções e conhecimentos necessários para, por meio das pessoas, se atingirem os objetivos de uma organização de forma eficiente e eficaz (DIAS, 2002).

Sendo assim, a Gestão do Lazer é considerada um conjunto de competências caracterizadas pela administração das instituições e ações de lazer, envolvendo os espaços em que ocorrem, as diversas atividades e eventos, atendendo aos interesses culturais, bem como aos aspectos legais, os fatores relativos à segurança, ao marketing e à comunicação (PACHECO, 2019). Essas competências podem ser adquiridas de diversas formas, seja pela absorção das experiências práticas dos operadores da área, seja pela formação inicial em nível técnico ou superior que fundamente e capacite o futuro

profissional da área.

Objetivos do estudo

O objetivo dessa pesquisa foi o de conhecer e analisar a produção científica dos programas de pós-graduação em educação física com avaliação igual ou superior a 4 na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), nas áreas relacionadas à gestão do lazer, avaliados entre os anos de 2013 à 2016.

Revisão de literatura

A complexidade do fenômeno do Lazer é objeto de estudo de vários pesquisadores ao redor do mundo. Uma grande contribuição para analisar este fenômeno foi a classificação dos interesses culturais do lazer desenvolvida por Joffre Dumazedier (1994), que possibilitou a visão mais ampla sobre as possibilidades de intervenção e, conseqüentemente, de estudos na área. Apesar de haver críticas a essa classificação, ela é bastante utilizada e foi aperfeiçoada por outros autores, a posteriori, e, o que originalmente contava com cinco interesses, atualmente possui sete.

Percebe-se o lazer em atividades físico-esportivas, como um jogo de futebol, em uma série de exercícios motores realizadas em uma academia. É encontrado em interesses intelectuais, quando alguém decide se apropriar de leituras, por exemplo. Algumas vezes o lazer é percebido em uma exposição de arte, em um concerto, na apreciação de um filme quando há interesses artísticos envolvidos. Em outro momento, por atividades artesanais em atividades manuais, como cozinhar ou realizar artesanatos como hobby, por exemplo. Os interesses sociais, podem ser satisfeitos em igrejas, em encontros com amigos em bares, ou em passeios com um par romântico (DUMAZEDIER, 1994). Também, podem ser experimentados como interesses turísticos (CAMARGO, 1998). Por fim, em interesses virtuais por meio das novas tecnologias que existem na sociedade contemporânea (SCHWARTZ, 2003).

Essa pluralidade de predileções se reflete na variedade de organizações que visam oferecer condições para o usufruto e mediar as experiências de lazer em toda a sociedade. Equipes de recreação e de animação de festas, projetos de colônias de férias realizadas em clubes, associações ou em escolas, academias de dança, oficinas de artes,

bibliotecas públicas, agências de turismo, secretarias estaduais e municipais de lazer e empresas de entretenimento como parques temáticos, boates e brinquedotecas, além de eventos culturais e esportivos, são exemplos de organizações e projetos que operam na área. Portanto, há uma rede complexa de profissionais oriundos de diversas áreas de formação, formada por turismólogos e guias de turismo, artistas e professores de artes, engenheiros e técnicos de som e imagem, promoters e garçons, designer de jogos e gamers, profissionais de educação física e atletas dentre outros, que atuam como animadores socioculturais podendo ser oriundos de diversas áreas de formação, a priori. Esses diversos profissionais possuem referenciais de conhecimento dos mais variados espectros do saber e ao mesmo tempo um desafio para atuarem de forma qualificada e que possui suas especificidades, em um campo tão plural (SILVA e JÚNIOR, 2017).

Azevêdo (2018) declara que as organizações contratam profissionais que solucionem problemas para que assim, essas instituições possam garantir sua existência no mercado com sucessivos acertos que lhe permitam atingir a perenização. Para que uma organização permaneça ativa de forma qualitativa e sustentável é preciso que obtenham resultados positivos ao longo do tempo. Se uma organização sofre resultados negativos frequentemente, a tendência é que em pouco tempo ela deixe de existir. Sendo assim, é mister ser composta e, sobretudo, dirigida por profissionais qualificados em suas diversas áreas, técnica, administrativa, por exemplo, e nos seus diversos níveis, operacional, tático ou estratégico.

Todavia, mesmo havendo essa necessidade, historicamente, utilizando nesse momento o exemplo das políticas públicas de esporte e lazer, “o processo de definição e execução fica concentrado em pessoas que não possuem o conhecimento e qualificação compatíveis com o nível de exigência para a realização de um projeto” (Azevêdo, 2017). Temos, então, um problema, os gestores geralmente não possuem uma qualificação adequada para as funções exigidas nessas organizações, que acabam sendo pautadas, principalmente, pelas vivências do gestor. São requeridos profissionais que possam atuar efetivamente com conhecimentos da área do lazer (Azevêdo, 2017).

Tratando da formação inicial e continuada, existem opções de cursos para essa

área. Em uma consulta realizada por Azevêdo (2017) no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, apesar da existência de um curso denominado Tecnologia em Gestão Desportiva e de Lazer, são poucas as instituições que o oferecem. Essa escassez na formação para o lazer, também, é verdadeira no que diz respeito à pós-graduação tanto lato sensu, quanto stricto sensu. Para que alguém possa ser caracterizado como um profissional, ele deve possuir o conhecimento técnico teórico-prático necessário sobre a área e receber remuneração pelo desempenho dessa atividade. Portanto, os profissionais nesta área se formam principalmente a partir da atuação profissional, por meio da absorção de técnicas e táticas de colegas mais experientes ou pelo método de tentativa e erro.

No âmbito acadêmico, a produção científica na área Gestão do Lazer é incipiente e, não se apresenta como uma base na formação dos gestores das organizações, equipamentos, instalações e projetos da área (BRAMANTE, 2018). Essa carência reverbera na preparação profissional para ocupação de postos de trabalho na área do lazer, tanto na esfera pública, como na iniciativa privada (AZEVEDO, 2017). Schwartz, Teodoro e Pacheco (2017) tratam dos principais entraves na produção acadêmica e apontam que essa área ainda está dando passos para se estabelecer cientificamente. Afirmam, ainda, que não é o encontrado na literatura internacional, tendo registros de estudos desde a década de 1930. A análise da produção constitui-se em uma valiosa contribuição que ajuda a compreender melhor o problema, observando aquela que é a base para a geração de profissionais qualificados, a pós-graduação.

Materiais e métodos

Foi utilizada a classificação proposta por Vergara (2016), quanto aos fins e quanto aos meios. Assim, essa pesquisa se caracteriza por ser descritiva, documental e bibliográfica utilizando um corte transversal, conforme preconiza Vieira (2009).

O universo da pesquisa foram os Programas de Pós-graduação em Educação Física – PPG-EF cadastrados na Plataforma Sucupira quando da coleta utilizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os programas de pós-graduação podem ser compostos por um ou mais cursos de mestrado, doutorado,

mestrado profissional ou doutorado profissional. Na terceira semana de abril de 2020, quando foi realizada a consulta na referida plataforma, haviam 4639 programas de PPG e 7042 cursos sendo 3699 de mestrado, 2440 de doutorado, 857 de mestrado profissional e 46 de doutorado profissional.

Os programas PPG são classificados em quatro níveis. O primeiro é composto pelas grandes áreas que são as ciências agrárias, ciências biológicas, ciências da saúde, ciências humanas, ciências sociais aplicadas, linguística, letras e arte, ciências exatas e da terra, engenharias e multidisciplinar. O segundo nível são as áreas que somam 48 no total. A área 21 é composta por 3 subáreas que formam o terceiro nível que são: Educação Física, Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. E o último nível são as especialidades que são os desdobramentos pormenorizados das subáreas (BRASIL, 2020).

Uma das funções da CAPES é avaliar periodicamente os cursos de pós-graduação ativos no Brasil. A CAPES utiliza a Plataforma Sucupira para divulgar esses resultados em forma de planilhas em Dados Estatísticos na aba Dados Abertos. Foi utilizando este caminho que foram encontradas as teses e dissertações de 2013 a 2016 (produções feitas no período avaliado pela CAPES) e utilizando os critérios de inclusão e exclusão foram definidas a amostra. Os dados foram organizados em planilhas do software Microsoft Excel.

Foram encontrados 65 PPG-EF na referida plataforma no dia em que foi consultada. Desses, foram incluídos na amostra os PPG-EF com notas igual ou superior a 4. Espera-se que os cursos com avaliações superiores possuam excelência, representando os programas mais bem conceituados do país e que geram mais impacto na pesquisa, além de permitirem uma amostra que reflita a produção brasileira.

A amostra, portanto, foi finalizada com 20 programas de pós-graduação, todos com cursos de mestrado e doutorado, em 23 instituições de ensino superior (IES), totalizando 46 cursos (mestrado e doutorado). São eles: Universidade Católica de Brasília (UCB), Universidade de Brasília (UnB), Universidade de Campinas (UNICAMP), Universidade de Pernambuco (UPE), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de

Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Metodista Piracicabana (UNIMEP), Universidade Pitágoras Unopar (UNOPAR) e Universidade São Judas Tadeu (USJT).

Dos 24 PPG-EF, três funcionam de forma associada: UPE/UFPB, UEM/UEL e UFV/UFJF, o que explica a diferença entre o número de programas e de IES.

Foram excluídos da amostra os programas que não tivessem uma nota igual ou superior a 4, bem como os cursos que não apresentaram produções no período analisado, por exemplo: o programa da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

No Quadro 1 estão expostas as classificações utilizadas para o tratamento das produções. Para selecionar as teses e dissertações utilizou-se as dissertações e teses classificadas em sociocultural e posteriormente em Gestão em Educação Física e desporto.

Quadro 1: Classificações utilizadas para o tratamento das produções.

(Manuel e Carvalho, 2011)	Resolução nº 46/2002 CONFEF
	Avaliação física
	Gestão em Educação Física e desporto
Biodinâmica	Orientação de atividades físicas
Sociocultural	Preparação física
Pedagógico	Recreação em atividade física
	Regência e docência em Educação Física
	Treinamento desportivo

Após essa classificação foram selecionadas as produções com orientação em gestão do lazer que serviu como base para análise das produções.

Resultados

Os resultados são apresentados, primeiramente discorrendo sobre as linhas de pesquisa e evidenciando o espaço da gestão do lazer na produção dos PPGEF's. Em seguida, é exposta a produção total dos programas e a comparação com a produção voltada à gestão do lazer. Por fim, são evidenciados os PPGEF's mais produtivos na temática gestão do lazer no período analisado.

Apenas o PPGEF da USP possui linha de pesquisa voltada para a gestão, chamada "Gestão, políticas, marketing e comunicação em esporte e educação física". Os demais programas não apresentam linhas de pesquisa específicas voltadas para a temática, porém, possuem linhas cuja amplitude da temática permitem o contato com a área, sendo apresentados na Tabela 1.

Esses programas, apesar de não abordarem especificamente sobre a gestão do lazer, possuem temas que dialogam com a temática, tendo nas descrições de suas linhas de pesquisa assuntos correlacionados. Ao analisar as descrições das linhas, além da USP (5%), outros 4 PPGEF's (20%). Após levantar as linhas relacionadas à gestão, buscou-se também, as relacionadas ao lazer, encontrando outros 5 PPGEF's (30%) que contemplam o lazer, totalizando 55% de programas com alguma relação ao tema. Os 9 programas restantes (45%) não possuem linhas de pesquisa relacionadas ao lazer ou à gestão.

No que diz respeito à produção acadêmica, ao fazer o levantamento chegou-se ao total de 2040 produções (teses e dissertações) dos PPGEF's, no período de 2013 a 2016. Quanto à Gestão do Lazer, 22 publicações, sendo 14 dissertações de mestrado e 8 teses de doutorado. Esses trabalhos representam 1,08% da publicação nesse período.

Tabela 1: Comparação entre o total de produções e as produções sobre a Gestão do Lazer.

Ano	Total de produções	Teses em Gestão do Lazer	Dissertações em Gestão do Lazer	Frequência absoluta (nº)	Frequência relativa (%)
2016	528	2	3	5	0,95%
2015	536	1	4	5	0,93%
2014	514	4	5	9	1,75%
2013	462	1	2	3	0,65%
Total	2040	8	14	22	1,08%

Fonte: dados de pesquisa.

Em relação às produções distribuídas por IES, das 22 publicações sobre gestão do

lazer entre 2013 e 2016, apenas 10 programas contribuem para esse número, o que significa que 11 PPGEF's não possuem produção na área. A UFPR ficou com a maior parte da produção com 4 dissertações de mestrado e 1 tese de doutorado totalizando 22,73% do total. Em seguida, a UFES com 4 dissertações, representando 18,18% da produção, o mesmo que a UNICAMP, com também 4 produções de teses de doutorado. A UFSM teve 2 dissertações e a UNIMEP 1 tese e 1 dissertação, representando cada uma 9,09% dos resultados. As demais 5 instituições (USP, UFRGS, UFPEL, UCB, UEL) tiveram 1 publicação, cada. O Quadro 2 expõe a produção total e temática, ano a ano.

Quadro 2: Produção dos programas sobre Gestão do Lazer

Nº	PPGEF's	Linha de pesquisa	Teses em Gestão do Lazer	Dissertações em Gestão do Lazer	Total absoluto (nº)	Total relativo (%)
1	UFPR	Aspectos socioculturais do esporte e lazer	1	4	5	22,73 %
2	UFES	Estudos Históricos e Socioculturais da Educação Física, Esporte e Lazer	0	4	4	18,18 %
3	UNICAMP	Esporte, Lazer e Sociedade	4	0	4	18,18 %
4	UFSM	Não possui linha	0	2	2	9,09%
5	UNIMEP	Pedagogia do Movimento, Lazer e Saúde	1	1	2	9,09%
6	USP	Gestão, políticas, marketing e comunicação em esporte e educação física	0	1	1	4,55%
7	UFRGS	Não possui linha	1	0	1	4,55%
8	UFPEL	Não possui linha	0	1	1	4,55%
9	UCB	Não possui linha	1	0	1	4,55%
10	UEL/UEM	Trabalho e formação em educação física	0	1	1	4,55%
		Práticas, políticas e produção de conhecimento em educação física				
11	UnB	Estudos sociais e pedagógicos da educação física, esporte e lazer	0	0	0	0%
12	UFMG	Formação, Atuação e Políticas do Lazer	0	0	0	0%
13	UFSC	Teorias sobre o corpo, movimento humano, esportes e lazer	0	0	0	0%
14	UFV/UFJF	Não possui linha	0	0	0	0%
15	UPE/ UFPB	Não possui linha	0	0	0	0%
16	UERJ	Não possui linha	0	0	0	0%
17	UDESC	Estudos Sociocomportamentais	0	0	0	0%
18	USJT	Educação Física, Escola e Sociedade	0	0	0	0%

		Fenômeno Esportivo	0	0		0%
19	UNOPAR	Não possui linha	0	0	0	0%
20	UNESP	Não possui linha	0	0	0	0%
Total			8	14	22	100,00 %

Fonte: dados da pesquisa.

Discussão

Os dados demonstram que houve um aumento na produção de dissertações e teses nos PPGEF's no período analisado. Contudo, a produção continua baixa e o aumento não foi representativo, comparativamente a outras áreas. Apenas cerca de 1% das produções conectam-se com a Gestão do Lazer, o que pode ser um reflexo da falta de linhas de pesquisa. Manoel e Carvalho (2011) ressaltam um número maior de pesquisa nas áreas biodinâmicas em detrimento das pesquisas nas áreas socioculturais e pedagógicas, onde se encontra a gestão do lazer. Entretanto, mesmo dentro da realidade das pesquisas socioculturais, os dados encontrados nessa pesquisa corroboram a afirmação de Schwartz, Teodoro e Pacheco (2017), quando afirmam que as produções na área são restritas, em pouca quantidade e esparsas. Além disso, existe uma dificuldade na gestão da informação, dificultando a universalização e discussão da temática.

Ao analisar os dados relativos às linhas de pesquisa, percebe-se que aproximadamente metade dos PPGEF's não possuem linhas relacionadas à Gestão do Lazer. É pertinente citar que, dos 3 programas que mais produzem sobre Gestão do Lazer, todos possuem linhas de pesquisa conectadas com a temática, representando 59,09% de toda a produção na área. Isso demonstra em números o resultado que a presença de uma linha de pesquisa na área influencia positivamente o aumento nas produções. Ainda assim, alguns programas que não possuem linhas de pesquisa voltadas à gestão do lazer possuem produções únicas na área, o que é singular, pois, mesmo sem um direcionamento específico ao tema houve produções de 4 PPG's, representando 22,74% da produção. Esses resultados corroboram Souza e Isayama (2006) que afirmam que o número de linhas de pesquisa é próximo ao número de pesquisadores, mostrando que muitas vezes as pesquisas vêm de pesquisadores solitários, faltando uma maior discussão na área.

Kokubun (2006) afirma que a graduação depende da qualificação da pós-graduação para que haja material de qualidade para a formação de futuros profissionais. Sendo assim, a primeira consequência é que metade dos futuros pós-graduandos ao planejarem sua entrada nos PPG-EF's não encontrarão espaços claros para desenvolver um trabalho na área, o que refletirá no futuro da pesquisa disponível para formação. Isso acaba reverberando na prática, pois os profissionais do lazer que surgirem a partir da formação em educação física não possuirão referenciais amplos na literatura científica que sustente a sua prática.

Isso parece ser uma herança que o Lazer traz consigo, quando se analisa a realidade brasileira. Diversos estudos apontam para a falta de referencial teórico dos animadores socioculturais (SCHWARTZ, TEODORO E TAVARES, 2017; BRAMANTE, 2018), que é um dos postos técnicos operacionais bastante ocupados por profissionais da Educação Física. Os dados da pesquisa em tela, demonstram que o mesmo problema está presente, também, na Gestão do Lazer, uma atuação deslocada da teoria.

Conclusão

O estudo confirma os achados em outras pesquisas, sobre como a gestão do lazer possui pouca expressão na produção científica dos programas de pós-graduação em Educação Física com avaliação CAPES igual ou superior a 4. Apesar de se tratar de uma pesquisa transversal, são reforçados os achados na literatura confirmando, portanto, que há um longo caminho a percorrer para o estabelecimento da gestão do lazer enquanto tema de investigação na academia que apresente impactos representativos, já que, neste caso, a quantidade pode ser um caminho para o surgimento da qualidade.

O presente estudo pode contribuir com uma visão sobre o estado da arte, quando somado a outros que analisem a produção de artigos, livros, eventos técnicos científicos, grupos de pesquisa e disponibilidade de periódicos da área no Brasil. Para futuros estudos, sugere-se uma análise qualitativa sobre as produções sobre gestão do lazer para que seja aferido como estão sendo estudadas as teorias, técnicas e táticas de gestão aplicadas ao lazer e que possibilite encontrar aproximações e distanciamentos que possam provocar uma mudança na realidade acadêmica e de intervenção. Além dessas, pesquisas que consigam explicar os motivos que levam esse tema a possuir pouca

expressão na produção acadêmica nacional também seriam um grande contributo para a área.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Paulo. Bases da gestão de instalações esportivas e de lazer. In: AZEVEDO, Paulo. (Org). Gestão estratégica de instalações esportivas e de lazer. Curitiba: Appris, 2018. p. 79-103.
- AZEVEDO, Paulo. Gestão profissional para o desenvolvimento de políticas públicas de qualidade para o lazer e esporte. In: AZEVEDO, P; BRAMANTE, A. (Org.). Gestão estratégica das experiências de lazer. Curitiba: Appris, 2017. p. 31-44.
- BRAMANTE, A. C. Desenvolvimento de ferramentas estratégicas para a gestão das experiências de lazer. In: AZEVEDO, Paulo. (Org). Gestão estratégica de instalações esportivas e de lazer. Curitiba: Appris, 2018. p. 39-60.
- BRAMANTE, A. C. Lazer: Concepções e significados. Licere, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, set. 1998.
- CAMARGO, L. O. de L. Educação para o Lazer. São Paulo, Moderna, 1998.
- DIAS, E. P. Conceitos de Gestão e Administração: uma visão crítica. Revista Eletrônica de Administração – FACEF.
- DUMAZEDIER, J. A revolução cultural do tempo livre. São Paulo: Livros Studio Nobel Ltda, 1994.
- KOKUBUN, Eduardo. Pós-graduação em educação física. Rev. bras. Educ. Fís. Esp., São Paulo, v.20, p.31-33, set. 2006. Suplemento n.5.
- MANOEL, E. CARVALHO, Y. Pós-graduação na educação física brasileira: a atração (fatal) para a biodinâmica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.37, n.2, p. 389-406, mai./ago. 2011.
- MARCELLINO, N.C. Lazer: Formação e atuação profissional. Campinas. Papyrus, 1995.
- NECA, Bruno. Tarifa domingueira: os impactos do transporte público no acesso ao lazer em Curitiba - PR. 2019. 163f. Dissertação (Mestrado). Curitiba. Universidade Federal do Paraná, 2019.
- PACHECO, J.P.S. Gestão do esporte e do lazer: mapeamento e análise dos espaços públicos no município de Rio Claro - SP. 2019. 43 f. Dissertação (Mestrado). Instituto de biociências - Rio Claro, Unesp-rc, 2019.
- SCHWARTZ. G. M. O conteúdo virtual do lazer: contemporizando Dumazedier. Licere - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Belo Horizonte. v. 6, n. 2, p. 23-31, 2003.
- SCHWARTZ, G. M. TEODORO, A. P. E. TAVARES, G. H. O estado da arte acerca do encontro temático de professores e pesquisadores em recreação e lazer no ENAREL. In: AZEVEDO, P; BRAMANTE, A. (Org.). Gestão estratégica das experiências de lazer. Curitiba: Appris, 2017. p. 233-242.
- SILVA, T; PINES JUNIOR, A. Lazer e animação sociocultural: formação e atuação profissional. In: AZEVEDO, P; BRAMANTE, A. (Org.). Gestão estratégica das experiências de lazer. Curitiba: Appris, 2017. p. 243-249.
- SOUZA, A. ISAYAMA, H. Lazer e educação física: análise dos grupos de pesquisa em lazer cadastrados na plataforma LATTES do CNPQ. Efdportes. Revista Digital - Buenos Aires - Ano 11 - N° 99 - Agosto de 2006.
- TVPUC. Diálogos impertinentes: o ócio. 2005. (1h17min34seg). Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=4_B10XZOoR0 > Acesso em: 15 de Julho de 2020.
- VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- VIEIRA, S. Como elaborar questionários. São Paulo: Atlas; 2009.

Existe conversão de seguidores nas redes sociais dos clubes com o público pagante e as receitas em bilheteria dos clubes do Distrito Federal?

Temática: Marketing e negócios no esporte e do lazer – Comunicação Oral

Marcus Vinicius Rodrigues (vinicius575marcus@gmail.com);
Robinson Barbosa Machado Junior; Alexandre Lima de Araújo
Ribeiro (Faculdade de Educação Física – FEF/UnB)

Resumo

As estratégias de comunicação entre clubes de futebol e seus torcedores passa por um processo de evolução, bem como a diversificação de suas receitas. É necessário que os clubes de futebol promovam estratégias de captação, fidelização de torcedores e conversão em receitas. Por isso, o objetivo dessa pesquisa é compreender se existe conversão de seguidores em redes sociais com público pagante e receitas em bilheteria dos clubes de futebol da primeira divisão do Distrito Federal. Essa é uma pesquisa de caráter descritivo, documental e bibliográfica em que foram utilizadas as informações de público e receita dos clubes do Campeonato Brasileiro da Primeira Divisão de 2019 e o *Instagram* oficial de cada clube para obtenção de alcance em mídias digitais. Para relacionar as variáveis foi utilizado o cálculo de correlação de Pearson no software IBM SPSS. Obtivemos como resultado as correlações de 0,849 ($p < 0,01$) para seguidores no *Instagram* e receita em bilheteria e 0,820 ($p < 0,01$) para público e receita em bilheteria. Com os resultados dessa pesquisa pode-se constatar que quanto mais os clubes do Campeonato Brasileiro de 2019 tem seguidores em sua conta oficial de seu *Instagram* mais há conversão em público pagante e receitas em jogos como mandante. Nesse contexto, as mídias sociais podem ser meios para fidelização de torcedores e conversão em receitas para o clube, no entanto é preciso que as estratégias desenvolvidas nelas sejam assertivas e precisas nesse quesito.

Palavras-Chave: *Instagram*; Torcedor; Marketing Digital; Receitas.

Abstract

The communication strategies between football clubs and their fans go through an evolutionary process, as well as the diversification of their revenues. It is necessary that football clubs promote the capture, loyalty of fans and conversion into revenue. For this reason, the objective of this research is to understand whether there is integration of followers in social networks with a paying public and box office revenue from the first division football clubs in the Federal District. This is a descriptive, documentary, and bibliographic survey in which the audience and revenue information of the clubs from the 2019 Brasileiro First Division Championship and the official *Instagram* of each club were used to reach digital media. To correlate the variables, Pearson's correlation calculation

was used in the IBM SPSS software. As a result, we obtained the correlations of 0.849 ($p < 0.01$) for *Instagram* followers and box office revenue and 0.820 ($p < 0.01$) for audience and box office revenue. With the results of this research, the more clubs in the 2019 Brasileense Championship have followers on their official *Instagram* account, the more there is conversion into a paying public and revenue in games as principal. In this context, social media can be a means of retaining fans from football clubs and converting reach into revenue for the club, however it is necessary that the strategies developed in them be assertive and precise in this regard.

Keywords: *Instagram*; Fan; Digital marketing; Revenue.

Introdução

A relação entre os clubes de futebol e o comportamento de seus torcedores é um tema que vêm sendo estudado, pelos pesquisadores da área de Gestão e Marketing Esportivo (AMORIM, 2014; GASPAR et al., 2014; MIRANDA, 2013). Isso por que o esporte passa por um processo de evolução e ruptura do modelo corporativo tradicional exigindo que as organizações esportivas se adaptem a novas práticas na gestão de seus processos e passem a creditar esforços na compreensão do comportamento do seu público-alvo, tornando o esporte como um negócio (AMORIM, 2014; AZEVÊDO, 2009; KOTLER e KELLER, 2019; LOIS, 2017, 2018).

São muitas as ferramentas que podem ser utilizadas pelas organizações esportivas para atraírem a atenção do público e dentre elas podemos citar as mídias sociais. Nesse espaço, as empresas devem buscar estreitar sua relação com o consumidor, por meio do marketing digital, de forma a identificar seus desejos e atendê-los de maneira eficiente (AMORIM, 2014). Para Lois (2017) uma parte considerável da sociedade é passiva e detém de tempo livre com potencial para ser preenchido pelo entretenimento, categoria onde o esporte se consolida.

No entanto, é necessária uma comunicação eficiente para estreitar a relação consumidor-organização. O marketing digital preenche essa lacuna, visto que, a tecnologia permite que as empresas se aproximem ainda mais do público-alvo. Com isso, surgem as comunicações digitais como facilitador desse processo. Sites, redes sociais, blogs, comunidades e fóruns on-line são exemplos de ferramentas do marketing digital que as empresas podem fazer uso (KOTLER e KELLER, 2019). Nesse contexto, torna-se

desafiador para os clubes de futebol o estreitamento das relações entre as práticas do marketing digital, a fidelização de torcedores e a conversão em receitas.

Objetivos do estudo

O objetivo geral dessa pesquisa é compreender se existe conversão de seguidores nas redes sociais com público pagante e receitas em bilheteria dos clubes de futebol da primeira divisão do Distrito Federal. Os objetivos específicos são: identificar a quantidade de seguidores dos clubes da Primeira Divisão do Campeonato Brasileiro de 2019 no *Instagram*; identificar o público e receitas em bilheteria em jogos como mandante no campeonato.

Referencial teórico

O futebol brasileiro, em 2011 representava 53% (36 bilhões de reais) da economia do esporte brasileiro e 0,8% do PIB nacional (PLURI, 2014). Já em 2018, segundo dados da CBF & EY (2019) o futebol movimentou 52,9 bilhões de reais. Esses dados demonstram que o futebol aumentou a movimentação na economia brasileira em 46,9%, ou seja, 16,9 bilhões de reais. Eis uma evidência de que o futebol é um grande vetor econômico para o esporte brasileiro o que torna importantíssimo o fortalecimento das marcas envolvidas na modalidade.

Para a American Marketing Association marca é “um nome, termo, sinal, símbolo ou design, ou uma combinação de tudo isso destinada a identificar os bens e os serviços de um fornecedor ou de um grupo de fornecedores para diferenciá-los de outros concorrentes”. A marca é única, pois existe justamente por ser uma forma de diferenciação entre as organizações para transmitir mensagens que objetivam fidelizar o público-alvo (GHISLENI e CRUZ, 2019). Na atualidade, uma das formas de fortalecimento da marca para as organizações é o marketing digital (KOTLER e KELLER, 2019).

As pessoas, hoje, estão muito tempo navegando na internet e, com isso, estão muito mais expostas a um fluxo maior de informações (LOIS, 2017). No âmbito esportivo, as mídias sociais são canais utilizados para que os torcedores recebam informações de seu clube do coração e acompanhem em tempo real informações dos eventos, treinos, campeonatos e outros detalhes da rotina administrativa e esportiva. (AMORIM, 2014;

MIRANDA, 2013).

De acordo com Kotler e Keller (2019), existem mais três categorias de marketing implícitas dentro do marketing digital. A primeira delas é marketing boca a boca que nada mais é que a comunicação entre os consumidores e nela pode ocorrer a fala positiva de produtos que a empresa fornece. Com isso, estamos diante de um marketing realizado pelos próprios consumidores, sem custo. A segunda categoria denomina-se o marketing viral onde dentro da internet as organizações disponibilizam espaços para trocas de informações de produtos, isso permite que o consumidor faça a compra correta, diminuindo os riscos de se decepcionar com bens e serviços. A terceira categoria é o marketing mobile, essa estratégia busca impulsionar em celulares e dispositivos móveis suas estratégias de comunicação e uma onda de anúncios, agilizando ainda mais o processo.

Segundo Amorim (2014), os clubes de futebol investem pouco nas mídias digitais como canal de comunicação entre clube-torcedor. Com isso, é importante que a organização esteja atenta a novas ferramentas dentro do marketing digital, para que esteja sempre presente na vida do público-alvo. O marketing digital em todas as suas esferas faz parte do cotidiano de qualquer organização e os clubes de futebol não estão à margem dessa realidade. Há vários benefícios quando se investem nessa forma de comunicação, desde o fortalecimento da marca no mercado, fidelização de torcedores e até mesmo conversão em receitas, que é o foco dessa pesquisa.

Materiais e métodos

Essa é uma pesquisa de caráter descritivo, pois visa compreender as correlações entre as variáveis (GIL, 2019; VERGARA, 2016). É classificada, também, como documental e bibliográfica, pois foram utilizados documentos no site da Federação de Futebol do Distrito Federal e arquivos de acesso ao público em geral. Foram utilizados o Campeonato Brasileiro da Primeira Divisão de 2019 como parâmetro e a rede social *Instagram* para obtenção de alcance em mídias digitais. O acesso ao perfil oficial de cada clube ocorreu no período de junho de 2019.

Para obtenção dos dados dessa pesquisa foram utilizados os borderô

correspondentes a cada partida do Campeonato Brasileiro da Primeira Divisão de 2019 dispostos no site da Federação de Futebol do Distrito Federal (www.ffdf.com.br), neles foram obtidos o número de público pagante e receita de bilheteria de cada jogo do campeonato. Visitamos os perfis oficiais no *Instagram* oficial de cada clube participante do referido campeonato e coletamos o número de seguidores, pessoas que acompanham as publicações de cada perfil. Essa plataforma digital, segundo o IBOPE (2018), é a que mais cresce entre os clubes de futebol no Brasil.

Para relacionar as variáveis foi utilizado o cálculo de correlação de Pearson no software IBM SPSS (FIELD, 2009). Os clubes participantes dessa pesquisa foram: AA Luziânia; Bolamense F.C; Brasiliense FC; Capital CF; Ceilândia EC; Formosa EC; Paracatu FC; Real FC; S.E Gama; SE Santa Maria; Sobradinho EC; Taguatinga EC.

Resultados

No quadro 1 estão dispostos os clubes participantes do Campeonato Brasileiro de 2019 junto com seus respectivos dados de seguidores no *Instagram*, média de público em jogos como mandante no campeonato e receitas com bilheteria nesses jogos.

Quadro 1: Dados das mídias sociais e público pagante dos clubes participantes do Campeonato Brasileiro da Primeira Divisão de 2019.

CLUBES	SEGUIDORES NO <i>INSTAGRAM</i>	MÉDIA DE PÚBLICO PAGANTE	MÉDIA DE RECEITA COM BILHETERIA
AA Luziânia	1.000	1.018,00	R\$ 4.321,43
Bolamense F.C	148	65,00	R\$ 327,80
Brasiliense FC	8.950	742,50	R\$ 3.967,75
Capital CF	5.528	1.652,83	R\$ 2.683,50
Ceilândia EC	1.954	267,60	R\$ 1.889,00
Formosa EC	2.207	1.184,86	R\$ 9.334,43
Paracatu FC	6.807	1.026,57	R\$ 4.840,00
Real FC	3.443	535,29	R\$ 5.452,86
S.E Gama	19.300	3.289,88	R\$ 42.902,50
SE Santa Maria	1.095	458,00	R\$ 4.783,00
Sobradinho EC	5.924	211,57	R\$ 2.012,86
Taguatinga EC	1.881	170,40	R\$ 1.584,60

Fonte: Os autores

O cálculo de correlação de *Pearson* para as três variáveis analisadas nessa

pesquisa se encontra na tabela 1. Foram analisadas as correlações entre: seguidores no *Instagram* dos clubes e público em jogos como mandante; seguidores no *Instagram* dos clubes e receita com bilheteria; público pagante e receita com bilheteria. Em todos os casos é perceptível uma forte correlação positiva, ou seja, quanto maior uma variável maior a outra, porém sem relação de causalidade (FIELD, 2009). Ainda segundo Field (2009), a correlação é significativa quando $p < 0,05$, sendo o caso das três variáveis correlacionadas.

		<i>Instagram</i>	Público	Receita
<i>Instagram</i>	Correlação de Pearson	1	,820"	,849"
	Sig. (2 extremidades)		,001	,000
	N	12	12	12
Público	Correlação de Pearson	,820"	1	,886"
	Sig. (2 extremidades)	,001		,000
	N	12	12	12
Receita	Correlação de Pearson	,849"	,886"	1
	Sig. (2 extremidades)	,000	,000	
	N	12	12	12

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Discussão

Com os resultados dessa pesquisa pode-se constatar que quanto mais os clubes do Campeonato Brasiliense de 2019 tem seguidores em sua conta oficial de seu *Instagram* mais há conversão em público pagante e receitas em jogos como mandante. No entanto, não é possível afirmar que o quantitativo alcançado em número de pessoas nos jogos e receitas em bilheteria sofrem influência exclusivamente de seus seguidores em redes sociais. Uma possibilidade dessa correlação seria a análise do contexto de cada clube e do campeonato para se ter mais clareza do real impacto das redes sociais em número de torcedores e receitas diretas e indiretas provenientes da participação do torcedor.

As correlações encontradas nesse estudo entre seguidores no *Instagram* e público/receitas aponta para uma tendência de que as mídias sociais de um clube de futebol, se bem exploradas, podem alavancar a fidelização de torcedores e aumentar os

recursos financeiros advindos diretamente deles. Observa-se que a Sociedade Esportiva do Gama contava com o maior número de seguidores no *Instagram* em junho de 2019, entre as equipes participantes do torneio. Teve, também, a maior média de público e a maior receita em seus jogos, com diferenças consideráveis para os segundos colocados em todas as categorias analisadas. No outro extremo, o Bolamense Futebol Clube foi o último colocado em todos os quesitos, também com uma distância considerável para os demais. Ou seja, no contexto da elite do futebol do Distrito Federal os clubes mais eficientes em suas redes sociais conseguiram converter em engajamento e receitas.

No Brasil, existem alguns casos de sucesso evidenciando que resultados esportivos, receitas e engajamento do torcedor nas mídias digitais caminham lado a lado para o sucesso dos clubes de futebol. O Fortaleza Esporte Clube, nos meses de dezembro de 2017 a 2018, após a conquista da série B do Campeonato Brasileiro o clube cresceu 40% em seguidores nas suas redes sociais e subiu duas posições no ranking digital dos clubes brasileiros (IBOPE, 2018). Em dezembro de 2019, após um ano de permanência na série A e a classificação para competições sul-americanas o Fortaleza cresceu 32% em suas redes sociais quando comparado a dezembro de 2018 e subiu mais duas colocações no ranking digital de clubes (IBOPE, 2019).

Em consonância a esses dados observa-se que o Fortaleza terminou o Campeonato Brasileiro da série A de 2019 em 2º lugar na média de público do campeonato, em 8º na taxa de ocupação do estádio e em 10º na receita de bilheteria (LEMOS et al., 2019). Os resultados financeiros também são expressivos, segundo Pluri (2020) o Fortaleza aumentou em 73% as receitas vindas diretamente dos torcedores de 2018 para 2019 e arrecadou 58 milhões de reais, um marco para a história de um clube em crescimento de fidelização de torcedor e ganhos financeiros.

O Clube de Regatas do Flamengo, em 2019, após os títulos da Libertadores e do Campeonato Brasileiro aumentou 17% (de 97 para 108 milhões de reais) suas receitas em bilheteria. De acordo com Lemos et al. (2019) teve a maior média de público do Campeonato Brasileiro de 2019 com diferença de quase 20 mil torcedores por jogo para o segundo colocado, além de taxa de ocupação do estádio de 89% e a maior arrecadação

por jogo com diferença de quase 20 milhões de reais para o segundo colocado. Nas mídias sociais é o clube com mais seguidores desde 2018 (IBOPE, 2018, 2019).

Clubes como Sport Club Corinthians Paulista, Sociedade Esportiva Palmeiras e São Paulo Futebol Clube também se destacam na relação seguidores em mídias sociais, público nos estádios e receitas de bilheteria. Em dezembro de 2019, todos estavam no top 5 no ranking digital de clubes no Brasil (IBOPE, 2019) e de acordo com Lemos et al. (2019) tanto Corinthians como Palmeiras e São Paulo estiveram entre os 5 melhores do Campeonato Brasileiro de 2019 que tiveram mais público em seus jogos como mandante e mais arrecadaram em bilheteria. O panorama dos clubes da elite do futebol brasileiro auxilia para elucidar essa questão, entretanto, pesquisas demonstram que os clubes brasileiros não vendem bem o seu produto quando comparados com outros clubes ao redor do mundo (CBF e EY, 2019; MIRANDA, 2013).

De acordo com os dados da CBF & EY (2019) os 20 clubes da Série A do Campeonato Brasileiro de 2018 arrecadaram 3,9 bilhões de reais em vários tipos de receitas (publicidades e patrocínios, bilheteria, receitas, sócio torcedor e venda dos direitos de transmissão do campeonato) no ano de 2018. Quando comparado com outros campeonatos, o Brasil está em uma realidade distante, segundo esse mesmo relatório os clubes da Premier League arrecadaram 600% (24 bilhões de reais) a mais que os clubes do Brasil nos mesmos tipos de receita. Esses dados continuam com La Liga e Bundesliga (325%), Série A (225%) e Ligue 1 (175%).

Essa discrepância de arrecadação em receita que ocorre no Brasil quando comparado a grandes ligas mundiais pode ser justificada pela diferença cambial entre os países (CBF e EY, 2019). Por isso o relatório apresenta também os números de receita média do campeonato pela renda média do país, essa lógica parte do princípio de que o torcedor é o consumidor do produto dos clubes. Os resultados dessa pesquisa mostram que dentre as ligas citadas anteriormente o Campeonato Brasileiro é a segunda que necessita de mais torcedores para se chegar as receitas do ano de 2018 perdendo para a Premier League que precisa de 12% mais torcedores que o Campeonato Brasileiro, contudo a receita da liga inglesa é 6 vezes maior que a brasileira. Os outros países

conseguem captar mais recursos com menos torcedores, ou seja, são eficientes segundo o conceito de Menezes & Mulatinho (2011).

A diversificação das fontes de receitas é uma característica comum tanto no Brasil quanto na Europa, com exceção da Bundesliga todas as outras ligas europeias citadas anteriormente, assim como o campeonato brasileiro tem como maior fonte de receita os direitos televisivos, seguidos pela receita em patrocínios e ganhos comerciais (MINATTO, OLIVEIRA e BORBA, 2019; UEFA, 2018). As receitas de bilheteria no Brasil segundo Minatto, Oliveira e Borba (2019), se encontravam em torno de 7% de toda a receita em 2017, nessas 5 ligas europeias esse percentual varia entre 12% (Serie A) e 18% (La Liga) de acordo com UEFA (2018). Esse percentual pode ser explicado pela taxa de ocupação dos estádios nos jogos próxima a 100% na Europa, fenômeno que não ocorre no Brasil de acordo com o levantamento de Lemos et al. (2019).

Todavia, o que mais chama a atenção é a diferença do Brasil com a Europa no montante em receita de bilheteria, por exemplo, em 2018, a Premier League foi a liga que mais faturou na Europa nessa categoria chegando a 14 vezes mais que o Brasil no mesmo ano. Das ligas citadas, a Ligue 1 foi a que menos faturou em bilheteria e mesmo assim teve uma receita 5x maior que os clubes do campeonato brasileiro em 2018 (ESPN, 2018; UEFA, 2018). Os resultados do relatório da CBF & EY (2019) sugerem que os clubes do futebol brasileiro necessitam investir em seu público-alvo para subirem de patamar no que se refere ao aumento de suas receitas, em um primeiro momento com foco em diminuir a relação receita/renda média que acarreta na diminuição de menos torcedores para se chegar em mais receitas, essa realidade é pertinente no contexto dos dados desse estudo, pois o contexto da competição é estadual. Em um segundo momento é preciso internacionalizar o fortalecimento da marca, alguns clubes de ponta do futebol brasileiro já têm condições de dar esse passo.

Para conseguir ser eficiente na captação, fidelização de torcedores e conversão em receita é necessário um planejamento profissional nas mídias sociais (AMORIM, 2014; CORREIA, 2014; LOIS, 2017; OLIVEIRA e VISENTINI, 2017). Esse planejamento deve ser acompanhado de práticas atrativas dentro das instalações esportivas, entendendo que as

condições dos estádios e sua atratividade interfere no engajamento do torcedor (CORREIA, 2014; LOIS, 2018). A partir dos dados encontrados, é notório que a visão voltada para o mercado nas instituições esportivas considera que a conexão de valor a marca aproxima o produto dos clientes/torcedores, aumenta receitas, potencializa os ganhos de novos seguidores, além de melhorar a imagem dentre as outras organizações proporcionando valor esportivo (SILVA e CASAS, 2018).

Considerações Finais

As redes sociais podem se tornar um meio para atrair torcedores e engajá-los em torno do propósito da instituição. A partir dos dados dessa pesquisa, foi possível perceber a importância do marketing digital para os clubes de futebol por ser meio de captação e fidelização de torcedores e conversão de alcance em receitas para o clube. No entanto, é preciso que as estratégias desenvolvidas nelas sejam assertivas e precisas nesse quesito, não adiantando somente a presença na rede social sem conteúdo e atratividade. Isso se dá com a exploração de resultados esportivos que o clube conquista com o tempo, com as condições de suas instalações e a atratividade nos jogos, tudo isso aliado a boas práticas de promoção do clube e de seu cotidiano nas mídias digitais.

Referências bibliográficas

- AMORIM, R. R. DE. Comportamento do Consumidor Esportivo no Ambiente Virtual : Um Estudo das Ações e Práticas de Mercado Brasileiro , Espanhol e Português . PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review, v. 3, p. 68–84, 2014.
- AZEVEDO, P. H. O esporte como negócio: uma visão sobre a gestão do esporte nos dias atuais. estudos, vida e saúde, v. 36, p. 929–939, 2009.
- CBF; EY, C. O Impacto do Futebol Brasileiro, 2019.
- CORREIA, O. L. P. Estudo de fatores que influenciam a preferência dos consumidores do esporte-espetáculo no Distrito Federal. [s.l.] Universidade de Brasília, 2014.
- ESPN; Brasileirão arrecadou quase R\$ 220 milhões em bilheteria; veja quanto disso ficou para o seu clube. Disponível em: <https://www.espn.com.br/futebol/artigo/_/id/5050852/brasileirao-arrecadou-quase-r-220-milhoes-em-bilheteria-veja-quanto-disso-ficou-para-o-seu-clube>. Acesso em: 6 out. 2020.
- FIELD, A. Descobrimo a estatística usando o SPSS. 2a ed. Porto Alegre: [2009].
- GASPAR, M. A. et al. Marketing Esportivo : Um Estudo das Ações Praticadas por Grandes Clubes de Futebol do Brasil. PODIUM Sport, Leisure and Tourism Review, v. 3, p. 12–28, 2014.

GHISLENI, T. S.; CRUZ, J. O. S. DA. Estratégias comunicacionais de marcas patrocinadoras das seleções da Copa do Mundo 2018. *Revista Observatório*, v. 5, p. 395–433, 2019.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7a ed. São Paulo: [2019].

IBOPE. Ranking digital dos clubes brasileiros – Dez/2018. Disponível em: <<http://www.iboperepucom.com/br/rankings/ranking-digital-dos-clubes-brasileiros-dez2018/>>. Acesso em: 3 out. 2020.

_____. Ranking digital dos clubes brasileiros – Dez/2019. Disponível em: <<http://www.iboperepucom.com/br/rankings/ranking-digital-dos-clubes-brasileiros-dez-2019/>>. Acesso em: 3 out. 2020.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de Marketing. 15a ed. [2019].

LE MOS, C. et al. O público nos estádios do Brasil em 2019. Disponível em: <<http://app.globoesporte.globo.com/futebol/publico-no-brasil/2019/brasileirao-serie-a/index.html>>. Acesso em: 3 out. 2020.

LOIS, N. C. Desenvolvimento de Estratégias Mercadológicas e Comunicacionais pelo Gestor do Lazer. In: APPRIS (Ed.). . Gestão Estratégica das Experiências de Lazer. 1a ed. Curitiba: [2017]. p. 337.

_____. As instalações esportivas e do lazer como mecanismos de receita para as entidades gestoras. In: APPRIS (Ed.). . Gestão Estratégica de Instalações Esportivas e de Lazer. 1a ed. Curitiba: [2018]. p. 211.

MENEZES, V.; MULATINHO, C. Gestão do Esporte: Uma Introdução. [2011.].

MINATTO, F.; OLIVEIRA, M. C. DE;; BORBA, J. A. Dependência e Diversificação das receitas dos clubes de futebol brasileiros: O que sabemos? XIII Congresso anpcont. Anais...São Paulo: 2019

MIRANDA, F. D. A. Marketing digital e o futebol brasileiro: Um estudo sobre a interação entre clubes e torcida nas mídias sociais. *Esporte & Sociedade*, v. 22, n. 2006, p. 1–19, 2013.

OLIVEIRA, D. A. C. DE;; VISENTINI, M. S. Marketing Esportivo e as Redes Sociais - Um estudo com os dez clubes brasileiros de futebol mais bem colocados no Ranking da CBF 2015. *Revista de Gestão e Negócios do Esporte*, v. 2, p. 222–240, 2017.

PLURI, C. O PIB do Esporte Brasileiro, 2014.

_____. As finanças do Fortaleza em 2019, 2020.

SILVA, E. C. DA;; CASAS, A. L. L. Princípios de orientação ao mercado em clubes de futebol: marca, receitas e torcedores. *Revista de Ciências da Administração*, v. 20, n. 52, p. 155–168, 2018.

UEFA; The European Club Footballing Landscape, 2018.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 16a Edição ed. São Paulo: [2016].

Gestão do esporte universitário paulista: um estudo preliminar

Temática: Gestão e marketing do esporte universitário – Comunicação Oral

Isaac Aparecido Caldeira Rodrigues dos Santos
(aparecidoisaacc@gmail.com); Leandro Carlos Mazzei
(Universidade Estadual de Campinas, Limeira – SP, Brasil)

Resumo

Introdução: O esporte universitário é importante para o desenvolvimento do estudante, não só como um fator de prática esportiva e saúde física, mas também para o aspecto de interações interpessoais e desenvolvimento de habilidades pessoais, com isso torna fundamental a prática esportiva no contexto universitário. Deste modo surge a necessidade de investigar quem o promove para os estudantes. **Objetivo do Estudo:** O objetivo deste artigo foi identificar a forma de gestão do esporte universitário de Instituições de Ensino Superior (IESs) e Associações Atlética Acadêmica (AAAs), e o impacto que essa forma de gestão tem para as IES e AAAs. **Referencial Teórico:** O esporte universitário passou por diferentes contextos históricos, políticos e sociais. Além disso, conseguiu expressar as variáveis esportivas encontradas no país. Já a Gestão do esporte universitário, basicamente, é a aplicação dos conceitos da gestão nas instituições de ensino superior. A organização do esporte universitário está dividida no modelo federativo e no modelo de ligas e associações independentes. E os fatores críticos de sucesso (FCSs) de sucesso contribuem para um melhor desempenho da organização. **Materiais e Métodos:** Este artigo é de natureza quantitativa e segue uma abordagem descritiva, onde foram selecionadas as 15 universidades com as melhores colocações no quadro de medalhas do Jogos Universitários Brasileiro (JUB's) fase regional do estado de São Paulo na edição de 2019. Após a seleção entrou-se em contato com as IES e AAAs, via e-mail, para informarem quem gere o esporte universitário. Das quinze universidades, nove retornaram o contato, e seis não retornaram. **Resultados e Discussão:** Deste modo foi identificado qual é o tipo de gestão presente nessas IES. Classificou-se as IES em 4 blocos: Gestão Institucional (GI), Gestão Híbrida (GH), Gestão Discente (GD) e, também, em um bloco identificado a partir do estudo a Gestão Terceirizada (GT). Foi constatado o domínio das Universidades com uma Gestão Institucional (GI), onde abrangem cerca de 55% das medalhas, onde todas elas são de caráter privado. A Gestão Híbrida possui o segundo melhor desempenho, e são de caráter pública. **Conclusão:** As universidades que possuem Gestão Institucional (GI), são de caráter privado e possuem um melhor desempenho. Então, conclui-se que a forma de gestão pode ser um FCS para um melhor desempenho. Como limitação, constata-se o número de IESs/AAAs que não retornaram o contato para responder à pesquisa.

Palavras-Chave: Esporte Universitário, Fatores de Sucesso, Gestão do esporte.

Abstract

Introduction: University sports are important for student development, not only as a factor in sports practice and physical health, but also for the aspect of interpersonal interactions and the development of personal skills, thereby making it a fundamental sports practice in the university context. Thus, there is a need to investigate who promotes it to students. **Study Objective:** The objective of this article was to identify the form of management of university sports in Higher Education Institutions (HEIs) and Academic Athletic Associations (AAAs), and the impact of this management has for HEIs and AAAs. **Theoretical framework:** University sports have gone through different historical, political and social contexts. Furthermore, it managed to express the sporting variables found in the country. Management of university sports is basically the application of management concepts in higher education institutions, the organization of university sports is divided into the federative model and the model of independent leagues and associations. And the critical success factors (FCSs) of success contribute to a better performance of the organization.

Materials and Methods: This article is quantitative in nature and follows a descriptive approach, in which the 15 universities with the best positions in the medals table of the Brazilian University Games (BUG's) were selected in the regional phase of the state of São Paulo in the 2019 edition. After the selection got in contact with the HEIs and AAAs via e-mail, to inform those who manage university sports. Of the fifteen universities, nine returned contact, and six did not. **Results and Discussion:** thus, it was identified what type of management is present in these HEIs. HEIs were classified into 4 blocks: Institutional Management (IM), Hybrid Management (HM), Student Management (SM) and also in a block identified from the study the Outsourced Management (OM). It was noticed, The dominance of Universities with an Institutional Management (IM), where they cover about 55% of the medals, where all of them are of a private nature. Hybrid Management has the second best performance, and is of a public nature. **Conclusion:** Universities that have Institutional Management (IM), are private and have a better performance. So it is concluded that the form of management can be an FCS for better performance. As a limitation, the number of HEIs / AAAs who did not return the contact to answer the survey is noted.

Keywords: College sports, Success factors, Sports management.

Gestão do esporte universitário paulista: um estudo preliminar

Introdução

A Gestão do Esporte pode ser definida como a união de conhecimentos interdisciplinares oriundos principalmente das Ciências do Esporte e da Administração, e tem como propósito o gerenciamento das atividades e organizações envolvidas com o fenômeno esportivo. Os pesquisadores dessa área analisam os desenvolvimentos do gerenciamento, enquanto os gestores se dedicam ao pleno funcionamento efetivo, eficaz e eficiente das atividades e organizações. Também faz parte da definição da Gestão do Esporte o fato de que para gerir algo relacionado ao esporte é preciso conhecer algumas particularidades de seu contexto (MAZZEI; ROCCO JÚNIOR, 2017; PIRES; SARMENTO,

2001).

Dos conceitos que têm sido usados para garantir melhorias no desempenho de organizações esportivas, destacam-se os “fatores críticos de sucesso” (FCS) (DE BOSSCHER et al., 2015). Os FCS ajudam a definir necessidades estratégicas para que as organizações alcancem o êxito em seus propósitos, e, conseqüentemente, obtenham sucesso (COLAUTO et al., 2004). Esses fatores devem ser identificados por meio de pesquisas exploratórias, com diversas fontes de dados, e aprofundados com pesquisas de campo. A partir de sua identificação, eles se tornam informações valiosas para o desenvolvimento do plano estratégico das organizações (MAZZEI et al., 2020). Tais conceitos poderiam, inclusive, serem aplicados no contexto do Esporte Universitário e suas organizações.

Para entender um pouco do Esporte Universitário é importante saber a definição do mesmo e também conhecer um pouco de sua história. De acordo com Coelho (1984), o esporte universitário é importante para o desenvolvimento do estudante, não só como um fator de prática esportiva e saúde física, mas também para o aspecto de interações interpessoais e desenvolvimento de habilidades pessoais. Com isso, torna-se fundamental a prática esportiva no contexto universitário. A outra definição é do Hatzidakis (1993) que basicamente complementa a indicação do Coelho (1984) onde ele diz que o esporte universitário é importante para o compartilhamento de experiências entre os estudantes, gerando assim um maior desenvolvimento. Frente a essas definições, medimos a importância do esporte para a sociedade e para os estudantes que desfrutam dessa realidade. Sob outro ponto de vista, o esporte universitário envolve, de certa forma, as manifestações esportivas previstas na legislação brasileira (educacional, participação, rendimento e formação). Assim, o “esporte universitário” não é recente e passou ao longo do tempo por grandes modificações em termos globais e no Brasil (BORGES; BUONICORE, 2007). Infelizmente, nos dias atuais, o esporte universitário é um dos segmentos esportivos mais subdesenvolvidos no contexto brasileiro. Contudo, ao longo do seu desenvolvimento, junto com a história do país, já foi um movimento esportivo muito forte e mais estruturado.

A partir da compreensão da importância do Esporte Universitário para os alunos, surge a necessidade de investigar como esse segmento esportivo tem sido gerido nesses

últimos anos, seus FCS e os possíveis impactos que essa gestão tem trazido para as principais Atléticas e IES. Tendo em vista que a gestão é fundamental para o desenvolvimento e gerenciamento das atividades da organização (MAZZEI; ROCCO JÚNIOR, 2017; PIRES; SARMENTO, 2001).

Objetivos do Estudo

O objetivo deste artigo foi identificar a forma de gestão das IESs e AAAs que alcançam sucesso, sendo este definido como o somatório dos resultados de desempenho esportivo das equipes que representam determinada IES e AAA. Este artigo é parte de um projeto de pesquisa que ainda está em andamento e buscará identificar fatores de gestão que levam algumas IESs/AAAs a terem êxito em suas ações com o Esporte Universitário, principalmente no que se relaciona ao desenvolvimento e/ou desempenho esportivo de forma efetiva. Sendo assim, considera-se a forma de gestão como um dos fatores que podem justificar qual modelo deve ser seguido por outras AAAs que desejam ter um melhor desenvolvimento e/ou desempenho.

Referencial teórico de literatura

O esporte universitário tem uma vasta história. Seu início no país se deu no fim do século XIX, na College Mackenzie em São Paulo (COELHO, 1984). Conseqüentemente, foram surgindo eventos, órgãos federativos, entre outros. Em 1939, foi criada a atual Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), mas somente em 1941 o governo federal da época instituiu oficialmente a instituição, criando o princípio das Associações Atléticas Acadêmicas (AAAs) e determinou a obrigatoriedade das Instituições do Ensino Superior (IES) de construir e montarem praças esportivas em suas instalações (HATZIDAKIS, 2006; CAMARGO; MEZZADRI, 2018; MARCHIORI, 2015; BARBOSA, 2017; OLIVEIRA, 2016).

Fato é que ao longo do tempo, o Esporte Universitário passou por diferentes momentos e contextos políticos, econômicos e sociais. Atualmente o Esporte Universitário consegue expressar variáveis encontradas no esporte de educacional, rendimento, participativo ou de formação (BRASIL, 1998). Por outro lado, talvez a única similaridade com a criação dessa manifestação e os dias atuais está no fato que se mantiveram os critérios de que os praticantes e atletas participantes deste contexto precisam estar matriculados em uma instituição de ensino superior (IES), sendo privada ou pública, e em

tese realizar suas atividades esportivas em ambiente universitário (BORGES; BUONICORE, 2007).

Gestão Esportiva Universitária

Segundo Rocha e Bastos (2011) de maneira simplificada a definição de gestão do esporte é aplicação de princípios da gestão a uma organização esportiva. Então, se aplicada ao Esporte Universitário essa Gestão do Esporte seria a aplicação dos princípios da gestão em Instituições do Ensino Superior (IES) ou em Associações Atléticas Acadêmicas (AAAs), por exemplo, pois são essas as organizações responsáveis, direta ou indiretamente, pelas atividades esportivas no âmbito universitário.

De certa forma, a organização do esporte universitário estruturalmente tem dois segmentos. O primeiro é a partir do modelo federativo, que no país é coordenado pela Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU) e as federações filiadas a ela. A CBDU possui 27 Federações Universitárias Estaduais, ou seja, todos os Estados e Distrito Federal possuem suas representações neste sistema federativo (HATZIDAKIS, 2006; BARBOSA, 2017; MARCHIORI, 2015). O segundo segmento são as Ligas e Associações independentes da CBDU (BORGES, 2018), que geralmente são organizadas por empresas especializadas ou por uma união de AAAs desvinculadas muitas vezes do sistema federativo. Com relação as AAAs, segundo Barbosa (2017), as suas gestões apresentam dois tipos principais: a Gestão Discente (GD) onde os próprios alunos gerem as AAAs independentemente do curso ou formação; e a Gestão Institucional (GI), onde a universidade possui profissionais ou docentes responsáveis pela gestão do o esporte universitário.

Fatores Críticos de Sucesso

Price (1997) afirma que os FCS são considerados as áreas chaves, onde essas áreas têm que funcionar para que a organização consiga atingir o seu objetivo. Então, sem elas, a organização não teria êxito sobre suas atividades. E, Tarapanoff (2001, p.311) destaca a importância do FCS, e destaca a atenção que esses fatores devem receber de quem administra a organização.

“[...] os meios que garantem a realização dos objetivos da organização, ou seja, fatores que, pela sua natureza, podem comprometer todo o sucesso de um plano ou de uma estratégia, devendo ser considerados como “críticos” e merecer

atenção especial por parte da administração.”

De acordo com Colauto et al (2004), os FCS podem ser um causador de melhor desempenho de uma organização. De Bosscher et al (2015) apresenta que os FCS podem ser considerados como qualquer ação ou procedimento adotado pela organização que seja essencial para atingir o objetivo. De maneira aplicada ao esporte De Bosscher et al., (2015) utiliza os FCS como base para cada um dos pilares do método de SPLISS 2.0 (Sports Policy factors Leading to International Sporting Success), onde procura-se entender o sucesso esportivo de 15 nações.

Materiais e Métodos

A pesquisa tem uma natureza quantitativa, onde a mesma apresenta uma descrição numérica da tendência de uma determinada população, que no caso desta pesquisa é a IES e AAAs do estado de São Paulo. Este trabalho segue uma abordagem descritiva, uma vez que pretende expor características de determinado contexto (CRESWELL, 2010). As pesquisas descritivas são um tipo de pesquisa conclusiva que tem como principal objetivo descrição de algo, normalmente características ou funções presentes em um determinado universo amostral, mas, ao mesmo tempo, podem estabelecer correlações servindo como base para reflexões (MALHOTRA, 2011). Para a seleção das AAAs foi utilizado o quadro de medalhas do JUBs, fase regional do ano de 2019, disponibilizado pela Federação Universitária Paulista de Esportes (FUPE) após contato pelo e-mail institucional. Foram selecionadas as 15 primeiras IES que estavam participando do JUB's fase regional ano 2019. Essas 15 primeiras colocadas conquistaram cerca de 95% das medalhas disputadas nessa edição, conforme pode ser visualizado na Tabela 1. A partir desta informação, foi enviado um e-mail para cada uma das IES, questionando como é a organização do esporte universitário dentro dessa IES, e quem são os seus gestores. Desta forma, após esse contato, obtivemos nove respostas que basearam nossa pesquisa, e as outras seis IES não retornaram o contato. Após a coleta desses dados foi feito a classificação método de gestão, baseando-se em Barbosa (2017) onde ele afirma que a gestão esportiva universitária tem dois segmentos a Gestão Institucional (GI) ou Gestão Discente (GD). Após realização a classificação dos tipos de gestão, dividiu-se em blocos de tipo de gestão, e analisou os desempenhos de cada uma das gestões. Para as análises dos dados foi utilizada estatística descritiva, como número absoluto, média e porcentagem.

<i>Entidade</i>	<i>Ouro</i>	<i>Prata</i>	<i>Bronze</i>	<i>Total</i>
UNIP	78	42	30	150
UNISANTANNA	33	35	38	106
USP	31	35	29	95
MACKENZIE	17	26	29	72
UNG	10	7	15	32
UNAERP	6	2	4	12
MED ABC	6	8	5	19
UFSCAR	5	10	12	27
UNICAMP	4	8	9	21
MED SANTOS	4	1	3	8
SANTA CASA	3	1	4	8
UNISANTA	3	1	1	5
MED MOGI	2	3	1	6
UNINOVE	2	1	2	5
UNIFAE	1	6	1	8
MED TAUBATÉ	1	2	1	4
MED PAULISTA	1	2	0	3
ESPM	1	1	1	3
ANHANGUERA CAMPINAS	1	0	0	1
UNIFESP	1	0	0	1
FAPÍ-FUNVIC	1	0	0	1
UNASP	1	0	0	1
MED STO AMARO	1	0	0	1
UNIFAJ	1	0	0	1
FMU	1	0	0	1
UNIARARAS	0	1	1	2
ANHEMBI	0	1	0	1
ANHANGUERA PIRACICABA	0	1	0	1
FECAF	0	1	0	1
FAIP	0	0	2	2
SÃO JUDAS	0	0	1	1
SAINT PAUL	0	0	1	1
ESEF	0	0	1	1
UFABC	0	0	1	1
MEDICINA SANTA CASA	0	0	1	1
Total Medalhas	215	195	193	603

Fonte: FUPE

Resultados e Discussão

Primeiro, se apresenta o caráter de cada uma das instituições, onde se identificou que as instituições de caráter privado têm um domínio sobre o esporte universitário (pelo menos na fase JUBs Regional 2019), ocupando cerca de 11 (73%) posições dos 15 primeiros colocados.

Mandarino et al (2013, p.79) afirma que “a principal razão para utilização do esporte está focada na mídia e na visibilidade da marca através dos meios de comunicação de modo a promover um retorno institucional”, o que provavelmente justificaria um melhor desempenho de instituições de caráter privado no Esporte Universitário. As instituições de caráter público ocuparam cerca de 4 (27%) posições.

Em seguida, as organizações foram divididas em 4 blocos. O primeiro bloco foi o da Gestão Institucional (GI) e o segundo, da Gestão Discente (GD). Ambos previstos no estudo. Entretanto, durante a coleta de dados, identificaram-se outros tipos de gestão. O terceiro bloco foi caracterizado por uma Gestão Híbrida e o quarto, pela Gestão Terceirizada, onde se contrata um “terceiro” para gerir o Esporte Universitário. Também foram apontadas as IES/AAs que por algum motivo não informaram seu tipo de gestão. Esses resultados são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2. Blocos de classificação das IES considerando sua gestão.

GESTÃO INSTITUCIONAL	GESTÃO DISCENTE	GESTÃO HÍBRIDA	GESTÃO TERCEIRIZADA	NÃO INFORMARAM
MACKENZIE	UNINOVE	UFSCAR	UNIFAE	UNG
UNIP	SANTA CASA	USP	-	UNAERP
UNISANTANNA	UNICAMP	-	-	MED ABC
-	-	-	-	MED SANTOS
-	-	-	-	UNISANTA
-	-	-	-	MED MOGI

Na Tabela 3, são apresentados o desempenho de acordo com o tipo de gestão e o desempenho conquistado.

Tabela 3. Quantidade e porcentagem de medalhas obtidas.

	Total medalhas	Total medalhas (%)
GESTÃO INSTITUCIONAL (GI)	328	55%
GESTÃO HÍBRIDA (GH)	122	20%
GESTÃO DISCENTE (GD)	34	6%
GESTÃO TERCEIRIZADA (GT)	8	1%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Instituições de Ensino com Gestão Institucional

As instituições que possuem este tipo de gestão obtêm um total de 328 medalhas de 603 medalhas possíveis (considerando o quadro de medalhas inteiro), o que representa aproximadamente 55% das medalhas disputadas no JUB's regional do ano de 2019. Desta forma, podemos identificar um indício de que este tipo de gestão tem melhor desempenho do que as demais formas de gestão. As principais características deste tipo de gestão é a presença de profissionais / docentes, possivelmente com dedicação exclusiva e maior continuidade de trabalho para a organização do Esporte Universitário na IES (PALMA; INÁCIO, 2010).

Vale ressaltar que todas as universidades que possuem a Gestão Institucional são de caráter privado. Madarino et al (2013) apresenta que universidades privadas possuem uma vantagem de optarem em investirem no esporte como uma possibilidade de se obter algum tipo de retorno. E para este tipo de ação, apostam em uma Gestão Institucional do Esporte Universitário. Nas Universidades Públicas a Gestão Institucional também existe e é possível (mas aqui no estudo nenhuma se encaixou nesse perfil). Entretanto, é dependente de realização de concursos públicos e/ou de profissionais / docentes tanto específicos para função quanto profissionais que terão essa função designada nessas atribuições.

Instituições de Ensino com Gestão Híbrida

Esse tipo de gestão foi identificado em duas universidades públicas do nosso estudo, a UFSCAR e a USP. A Gestão híbrida pode ser definida como uma mistura entre uma gestão discente e uma gestão institucional (OLIVEIRA; PEREIRA; ALMEIDA, 2008). De acordo com Campos (2017), a gestão híbrida é a junção de gestores voluntários com os gestores remunerados. Nesse tipo de gestão, no esporte universitário, as IES têm seus Departamentos de Esportes (Gestão Institucional), que atuam regulando os ambientes esportivos na universidade. Esses departamentos disponibilizam para as atléticas (gestão discente) a estrutura física para que as mesmas organizem treinamentos e competições, auxiliam também com o material esportivo, e dependendo da ocasião auxiliam essas as atléticas com um apoio financeiro. As atléticas são independentes do Departamento de

esportes, e possuem autonomia para escolherem campeonatos, jogos e eventos para participarem.

Essa gestão apresenta um bom desempenho e é constituída somente em universidades públicas. O desempenho pode ser justificado pelo auxílio da universidade com o departamento junto aos alunos. Pode-se observar que comparado a Gestão discente o desempenho desse tipo de gestão é o três vezes mais eficiente, tornando-se assim o modelo de gestão mais viável para as universidades públicas.

Instituições de Ensino com Gestão Discente

As universidades que utilizam exclusivamente a gestão discente apresentaram um desempenho esportivo menor, e possuem cerca de 6% do total de medalhas. A gestão discente tem seus pontos positivos e pontos negativos, mas talvez se abra uma reflexão sobre o fato dos alunos, muitas vezes iniciando sua vida universitária e profissional, estarem “sozinhos” a frente de decisões e recursos, emplacando na identificação de despreparo para lidar com burocracias associativas, bancárias e burocráticas. Se leva tempo para entenderem de suas funções e quando esse tempo se completa, geralmente os discentes estão concluindo seus cursos e deixando as IESs. O que condiz com a afirmação de Maroni (2012), que critica esse modelo de gestão, pois ele acredita que é prejudicial para alguns aspectos, onde a falta de experiência e conhecimento acabam por sobreporem o desenvolvimento do Esporte Universitário nas IESs. Entretanto, sabe-se que as experiências em AAAs e demais organizações estudantis são valiosas e agregam no engajamento dos discentes no contexto universitário (NETTO, 2018).

Instituições de Ensino com a gestão “terceirizada”

Esse bloco foi adicionado a partir de um caso (UNIFAE), onde a gestão do esporte foi terceirizada para uma organização distinta do contexto interno da IES. Essa organização é a responsável pelo esporte universitário, se apresentando como um modelo “inovador”, mas com o objetivo de fomentar mais o esporte universitário dentro dessa instituição a partir de uma equipe especializada nessa área. As AAAs permanecem ativas na IES, mas acabam por realizar parte da prática esportiva para os alunos, enquanto que a empresa terceirizada cuida de outras demandas (esporte participação). É um modelo

bem próximo ao existente em grandes universidades dos Estados Unidos, onde a oferta de serviços (inclusive de esporte e fitness) é levado em consideração pelos candidatos, já que as IES neste país são pagas e com valores semelhantes (VANCE; NASSIF; MASTERALEXIS, 2015).

Conclusão

O objetivo deste artigo foi de identificar a forma de gestão de AAAs e IES, e com isso analisar o impacto dessa forma de gestão e se pode ser considerada um FCS. A partir dessa identificação foi constatado o domínio do esporte universitário paulista pelas Universidades que possuem uma Gestão Institucional (GI), onde abrangem cerca de 55% das medalhas.

As universidades que possuem Gestão Institucional (GI) são de caráter privado, tem uma maior força esportiva por investirem e poderem utilizar o esporte possivelmente como ferramenta de marketing (MANDARINO et al, 2013). As universidades que apresentam uma Gestão Híbrida são instituições de caráter pública, e possuem um bom desempenho esportivo, sendo considerado o tipo de gestão possivelmente mais vantajoso que a gestão discente.

Então conclui-se que uma gestão com profissionais capacitados, experientes e com possibilidades de continuidade de um trabalho, o que não é muito comum de ser divulgado, classificado aqui como Gestão Institucional (GI), proporciona um bom desempenho esportivo. Deste modo, podemos afirmar que a forma de gestão pode ser considerada um FCS. Como limitação, constata-se o número de IESs/AAAs que não retornaram o contato para responder à pesquisa. Também há a necessidade de se aprofundar os estudos sobre os diferentes tipos de gestão do esporte identificados para que se discuta métodos e ações que possam contribuir para o desenvolvimento do esporte universitário no país, sendo base para o gerenciamento do esporte pelas IES. Lembrando que o intuito deste artigo, que é parte de um projeto, é identificar fatores de gestão que levam algumas IESs/AAAs a terem êxito em suas ações com o Esporte Universitário, principalmente no que se relaciona ao desenvolvimento e/ou desempenho esportivo de forma efetiva. Desta forma, será possível propor modelos de gestão e novas

práticas que se possam promover o esporte nas universidades. Sendo assim, futuras pesquisas serão feitas para que possa preencher algumas lacunas e questionamentos deixados nesse artigo, como por exemplo, uma análise de como funciona essas gestões na prática, e quais ações são desenvolvidas que contribuem diretamente para o seu sucesso. Vale ressaltar que essa pesquisa é uma parte de um projeto em andamento que aprofundará os FCSs das IESs e AAAs.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, C. G. A gestão pública do esporte universitário brasileiro: a bola não deve entrar por acaso. 2017. 95 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Desenvolvimento Humano e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2017.

BORGES, E. de C.; BUONICORE, A. C. Memória do Esporte Educacional Brasileiro: Breve história dos Jogos Universitários e Escolares. São Paulo, Centro de Estudos e Memória da Juventude, 2007.

BORGES, J. da S. Gerenciamento de projetos na realização de jogos universitários. 2018. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Engenharia de Produção, Coordenação de Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

BRASIL. Lei no 9.615, de 24 de Março de 1998: Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, 1998. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm

CAMARGO, P. R. de; MEZZADRI, F. M. A organização e configuração do esporte universitário no Brasil (1940-1980). *Motrivivência*, [s.l.], v. 30, n. 53, p.52-68, 19 abr. 2018. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2018v30n53p52>

CAMPOS, J. G. de. Competências empreendedoras na gestão de conflitos: um estudo exploratório em clubes esportivos sociais. 2017. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração - Gestão do Esporte, Universidade Nove de Julho - Uninove, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/1594/2/Joao%20Gurgel%20de%20Campos.pdf>. Acesso em: 09 out. 2020.

COELHO, S. L. Cópia da palestra proferida em mesa redonda sobre alocação de recursos públicos para o esporte promovida pelo CENDEC - Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: CBDU, 1984

COLAUTO, R. D. et al. Os fatores críticos de sucesso como suporte ao sistema de inteligência competitiva: o caso de uma empresa brasileira. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 5, n. 2, p. 120–146, 21 mar. 2004.

CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativos, Quantitativo e Misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

- DE BOSSCHER, V. et al. Successful Elite Sport Policies: An international comparison of the SportsPolicy factors Leading to International Sporting Success (SPLISS 2.0) in 15 nations. Aachen: Meyer & Meyer Verlag, 2015.
- HATZIDAKIS, G. S. Perfil da atividade esportiva principal de atletas universitários participantes de competições esportivas universitária oficiais. Monografia UNIFEC São Caetano do Sul, 1993.
- HATZIDAKIS, G.. Esporte Universitário. In: DACOSTA, L. (Org). Atlas do Esporte no Brasil. [S.L.: S.N.], 2006, p. 403–406.
- MALHOTRA, N. K. Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada. 6a ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- MANDARINO, J. D. B. et al. Esporte e marketing nas IES: o caso dos gestores participantes das olimpíadas universitárias. Salusvita, Bauru, v. 32, n. 1, p. 63-85, 2013.
- MARCHIORI, F. B. Conhecendo o passado para planejar o futuro:: um plano de relações públicas para a associação atlética acadêmica Unesp Bauru baseado em seu histórico institucional. 2015. 149 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Comunicação Social: Relações Públicas, FAAC - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2015.
- MARONI, F. C. Gestão do esporte universitário. In: MAZZEI, Leandro Carlos; BASTOS, Flávia da Cunha (org.). Gestão do Esporte no Brasil: desafios e perspectivas. Desafios e perspectivas. São Paulo: Ícone, 2012. p. 139-162.
- MAZZEI, L. C.; BOSSCHER, V.; JULIO, U. F.; CURY, R. L.; BÖHME, M. T. S.. High-performance judo: identification of the organizational factors influencing international sporting success. *Managing Sport and Leisure*. 2020, p. 1-18. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/23750472.2020.1773297?casa_token=MAAsZJmU9O0sAAAAA:R30JgrPVk5woHsE0-PWnlVobaeyAenN-mkiI0fAEkzYfYLcOgMYWM0KI01x71vTZpoyjeaU0X9J85g
- MAZZEI, L. C.; ROCCO JÚNIOR, A. J. Um ensaio sobre a Gestão do Esporte: um momento para a sua afirmação no Brasil. *Revista de Gestão e Negócios do Esporte*, v. 2, n. 1, p. 96–109, 2017.
- NETTO, C. G. Engajamento na graduação aumenta permanência e conclusão, revela estudo I Unicamp. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/07/16/engajamento-na-graduacao-aumenta-permanencia-e-conclusao-revela-estudo>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- OLIVEIRA, G. C. de. Gestão organizacional nas Atléticas: um estudo sobre gerenciamento das Associações Atléticas Acadêmicas do DF. 2016. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- OLIVEIRA, R. S. DE; PEREIRA, I. C. DE S.; ALMEIDA, M. A. B. DE. A gestão esportiva de categorias de bases de basquetebol masculino em clubes da cidade de Campinas – SP. *Conexões*, v. 6, p. 609-619, 11, 2008.
- PALMA, D. D.; INÁCIO, S. L. Perfil dos gestores do esporte universitários da região metropolitana de São Paulo. *Coleção Pesquisa em Educação Física*, v.9, n.2, p.215-222, 2010.

PIRES, G. M. V. DA S.; SARMENTO, J. P. S. DE R. L. Conceito de Gestão do Desporto. Novos desafios, diferentes soluções. Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, v. 1, n. 1, p. 88–103, 2001.

PRICE, A. O que os livros de benchmarking não dizem. HSM Management, v. 1, n. 3, p. 56, jul.– ago. 1997.

ROCHA, C. M.; BASTOS, F. C. Gestão do esporte: definindo a área. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 25, n. especial, p. 91–103, 2011.

TARAPANOFF, K. (Org.). Inteligência organizacional e competitiva. Brasília: UNB, 2001

VANCE, P. DE S.; NASSIF, V. M. J.; MASTERALEXIS, L. P. (Orgs). Gestão do Esporte: casos brasileiros e internacionais. Rio de Janeiro: LTC - Grupo Gen, 2015.

Os jogos escolares brasileiros e as manifestações do esporte: uma revisão

Temática: Gestão de eventos no ambiente do esporte e do lazer – Comunicação Oral

João Carlos Da Rocha Pinheiro Junior
(Jcpinheiro30@gmail.com; Universidade de Brasília – UnB, Brasília/DF, Brasil); Leonardo Peixoto Arêas da Silva (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF, Brasília/DF, Brasil); Paulo Henrique Azevêdo (Universidade de Brasília – UnB, Brasília/DF, Brasil)

Resumo

A Educação Física Escolar é um componente curricular obrigatório da Educação Básica e o esporte é uma das ferramentas utilizadas pelos professores para a prática pedagógica. Os Jogos Escolares Brasileiros, atualmente nominados Jogos Escolares da Juventude são uma competição escolar de âmbito nacional, compostos de diversas modalidades esportivas. O objetivo do presente estudo foi o de analisar a produção científica nacional acerca dos Jogos Escolares Brasileiros, examinando a predominância das manifestações esportivas (Participação, Rendimento e Educacional). Trata-se de um trabalho que se caracteriza como uma revisão bibliográfica. Dentre os resultados encontrados pode-se observar que das doze obras analisadas oito delas tiveram uma predominância da manifestação esportiva de rendimento, sendo que, com base no marco legal, esperava-se encontrar uma predominância da manifestação esportiva educacional. Como conclusão, espera-se que medidas sejam adotadas na busca do equilíbrio, para que se possa obter mais sucesso tanto pedagógico como esportivo, pois a promoção universal do esporte não prejudica o desempenho do esporte competitivo.

Palavras-Chave: Jogos Escolares, Jogos Estudantis, Olimpíadas Escolares, Manifestações do Esporte e Manifestações Esportivas.

Abstract

The Physical Education at Schools is a mandatory curricular subject of Basic Education and the sport is one of the tools used by teachers for pedagogical practice. Jogos Escolares Brasileiros are currently known as Jogos Escolares da Juventude, a nationwide school competition that is composed by several sports. The aim of the present study was to analyze the national scientific production about the Jogos Escolares Brasileiros, examining the predominance of sporting manifestation (Participation, Performance and Education). This work is characterized as a bibliographic review. Among the results found, it can be observed that of the twelve works analyzed, eight of them had a predominance of the sports manifestation of performance, but based on the legal framework, it was expected to find a predominance of educational sports manifestation. It is concluded that a balance

should be sought in order to achieve more success, both pedagogical and sports because the search for a more democratic sport does not in any way cancel competitive sport.

Keywords: School Games, Student games, School Olympics, Sport Manifestations e Sporting Events.

Os jogos escolares brasileiros e as manifestações do esporte: uma revisão

Introdução

Os Jogos Escolares são um evento que possibilita uma ótima oportunidade dos alunos vivenciarem a participação numa competição esportiva e ingressarem no mundo do esporte. As competições esportivas ocorrem no ambiente educacional e, portanto, envolvem duas subáreas da Educação Física, que são o Esporte Escolar e a Educação Física Escolar.

A Educação Física é uma disciplina que compõe o currículo básico da formação escolar, assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que, em seu Art. 26, Parágrafo 3, estabelece que a Educação Física, “integrada à proposta pedagógica da escola é componente obrigatório da Educação Básica”. Ao conjunto de conteúdos desenvolvidos por esta disciplina na escola denomina-se: Cultura Corporal de Movimento e, dentre as várias possibilidades, o esporte constitui uma delas. Portanto, o esporte se apresenta nesta atuação profissional como um meio pedagógico. De outro lado, há o Esporte Escolar, que é a prática de determinadas modalidades esportivas com a finalidade de desenvolver e aperfeiçoar os gestos motores e toda a cultura relativa a uma determinada modalidade específica. Diferencia-se, portanto, das aulas de Educação Física Escolar utilizando o esporte como um fim e não como um meio e por ser realizado, na maioria das vezes, em turno contrário aquele destinado aos estudos curriculares obrigatórios.

Uma questão que surge quando se estuda o esporte como meio ou como fim na escola é a diferenciação entre o “esporte da escola” e o “esporte na escola.” O coletivo de autores (1992, p.37) afirma que: “essa influência do esporte no sistema escolar é de tal magnitude que temos, então, não o esporte da escola, mas sim o esporte na escola. Isso indica a subordinação da Educação Física aos códigos/sentido da instituição esportiva, fazendo com que a Educação Física reproduza o esporte de alto rendimento nas escolas.” Autores como: Bôas et.al (2000, p.92) e Santos et.al (2006) defendem a ideia de se buscar

um ensino da escola que apresentam as regras mais flexíveis e maleáveis, buscando uma participação coletiva. Por outro lado, Gaya (2000, p.10) “não compartilha da ideia de que o desporto como conteúdo da Educação Física Escolar necessite ser reformulado”. E ainda faz a seguinte indagação: “ao concordarmos que o esporte é uma expressão da cultura, assim como a pintura, as artes plásticas, a música, porque devemos subverter esta prática ao transportá-la para a escola?” (GAYA, 2000, p.10).

A partir desse debate e da análise do contexto histórico é possível identificar as diferentes formas de vivência para a realização das práticas esportivas no ambiente escolar. A Lei nº 9615/98, batizada como “Lei Pelé”, e os demais documentos que formam o marco regulatório do esporte no Brasil trabalham com a ideia de que há três manifestações esportivas: a) o esporte participação que visa contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social; b) o esporte de alto rendimento que seguem normas e regras cujos objetivos são os resultados, as vitórias, recordes, os títulos, as projeções na mídia e os prêmios financeiros, em muitos casos e; c) o esporte educacional praticados nos sistemas de ensino com base a alcançar o desenvolvimento integral do aluno. É neste último que se encontra circunscrito todo o debate supramencionado que envolve os Jogos Escolares. O Comitê Olímpico Brasileiro (COB) é o principal organizador dos Jogos Escolares Brasileiros que, atualmente são denominados Jogos Escolares da Juventude e que, pela observação empírica, parece ter uma orientação para o esporte de rendimento e não para o esporte educacional. Surgem, então, os seguintes questionamentos: qual a manifestação do esporte que predomina nos Jogos Escolares Brasileiros? O que a produção científica especializada no tema tem a dizer sobre essa questão? Portanto, o objetivo geral dessa pesquisa foi o de analisar a produção científica nacional acerca dos Jogos Escolares Brasileiros à luz das manifestações esportivas. Os objetivos específicos foram: (a) Identificar a predominância da manifestação esportiva relacionada aos Jogos Escolares Brasileiros nos estudos pesquisados; (b) Comparar a divulgação de artigos sobre o tema em três (3) bases de dados de pesquisa em língua portuguesa ou no Brasil; e, (c) Categorizar os estudos realizados nessas bases de dados sobre a temática pelo tipo de pesquisa realizada.

Materiais e métodos

Para o estudo foi realizada uma pesquisa básica, exploratória com abordagem qualitativa e quantitativa. Este trabalho caracteriza-se como uma revisão bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é segundo Vergara (2016, p.50):

O estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma.

Foram escolhidas três (3) bases de dados para comporem a pesquisa. São elas: 1) Google Acadêmico; 2) Periódicos CAPES e 3) Scielo. As bases de dados foram selecionadas a partir dos seguintes critérios: a) facilidade na realização da pesquisa e; b) bases de dados amplas e confiáveis. Foi realizada, também, uma filtragem para a definição dos descritores (palavras-chaves) que seriam utilizados em cada uma das Bases de Dados e após a conclusão dessa etapa os descritores que melhor se encaixavam para responder o objetivo proposto foram: “Jogos Escolares” OR “Jogos Estudantis” OR “Olimpíadas Escolares” AND “manifestações do esporte” OR “Manifestações esportivas”. A partir dos resultados gerais encontrados em cada uma das bases de dados, foi realizado um refinamento a partir dos títulos de cada pesquisa. Após a seleção de alguns artigos, um novo refinamento foi realizado a partir dos resumos das pesquisas e as obras selecionadas foram tabuladas nas seguintes categorias: título da obra, autores, classificação e tipo de pesquisa.

A amostra da pesquisa contou com um total de 333 estudos. Eles foram tabulados e selecionados a partir dos seguintes critérios: 1) Artigos de revistas com os descritores nos títulos dos estudos; 2) Dissertações (teses de doutorado, mestrado, trabalho de conclusão de curso, dentre outros.) com os descritores nos títulos dos estudos; 3) Pesquisas que contivessem os descritores e retratassem os Jogos Escolares ou as Manifestações Esportivas em seus resumos; 4) Pesquisas que mencionassem a predominância de alguma manifestação esportiva em determinado período dos Jogos Escolares ou em determinado estado ou região do Brasil e; 5) Trabalhos publicados em língua portuguesa. Os critérios de exclusão foram: 1) Pesquisas em que o seu objetivo fossem a análise de um programa ou uma política pública de esporte específica; 2) Pesquisas que contassem a historicidade do esporte e; 3) Pesquisas que fizessem análise da condição financeira dos alunos atletas para a participação nos Jogos Escolares.

Resultados

Na tabela 1 são identificados os resultados obtidos em cada uma das bases de dados levando-se em consideração os seguintes aspectos: buscas pelos descritores, filtros pelo título e filtros pelo resumo. Após a busca pelos descritores e a filtragem foram

selecionadas 12 obras para análise.

Tabela 1 – Resultados encontrados nas Bases de Dados para a Revisão de Literatura

	Google Acadêmico	Periódicos CAPES	SciELO
Busca pelos descritores	251	78	4
Filtros pelo título	14	7	1
Filtros pelo resumo	6	6	0

No quadro 1, as obras foram numeradas de forma aleatória de 1 a 12 (O1 a O12), ou seja, obra 1 (O1), obra 2 (O2) e assim sucessivamente, e, além disso, foram descritos os títulos de cada uma das obras, os autores, a classificação da pesquisa e o tipo de pesquisa.

Quadro 1 – Distribuição científica sobre os Jogos Escolares Brasileiros observando-se autor, ano de publicação, título, classificação e tipo de pesquisa

Número da obra	Título da Obra	Autores	Classificação	Tipo de Pesquisa
O1	Análise dos Jogos Escolares Brasileiros: um estudo documental.	Lucas Cainã Borges de Souza.	Trabalho de Conclusão de Curso (licenciatura).	Pesquisa de Revisão Bibliográfica Documental (análise qualitativa).
O2	Esporte e Escola: as competições escolares e as disputas que estão em jogo dentro e fora da escola.	Mestre Billy Graeff e Mestre Micheli V. Ghiggi.	Artigo Científico.	Pesquisa Bibliográfica (análise qualitativa).
O3	As diferentes abordagens dadas ao esporte escolar: um estudo de caso dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul.	Rodrigo José dos Santos.	Trabalho de Conclusão de Curso (licenciatura).	Estudo de Caso (análise qualitativa).
O4	Megaeventos esportivos, legados, Educação Física e escola: a perspectiva de acadêmicos de Educação Física.	Allan Fernando Zardo da Silva e Fernando Augusto Starepravo.	Artigo Científico.	Pesquisa de Campo (análise quantitativa).
O5	Diferentes olhares sobre os jogos escolares brasileiros: retrospectiva, perspectiva dos gestores, nível técnico e atletas olímpicos.	André Almeida Cunha Arantes.	Tese de Doutorado.	Estudos de Caso.
O6	Políticas públicas e esporte educacional: adeus ao atleta na escola?	Edriane Lima do Nascimento.	Tese de Mestrado.	Pesquisa social (análise quantitativa e qualitativa).
O7	Esporte Escolar: aspectos pedagógicos e de formação humana.	Rosalvo Luis Sawitzki.	Artigo Científico (análise qualitativa).	Estudo de Caso.
O8	Jogos escolares brasileiros: Reconstrução Histórica.	Arantes; Martins e; Sarmento.	Artigo Científico.	Revisão de Literatura.
O9	Os jogos escolares como mecanismos de manutenção e eliminação: Uma crítica à lógica esportiva na escola.	Giovanni Frizzo.	Artigo Científico (análise qualitativa).	Pesquisa de Campo e Revisão de Literatura.
O10	“O marco de 1989”: uma reflexão sobre os XVIII jogos escolares brasileiros.	Taiza Daniela Seron Kiouranis, Leila Salvini, Wanderley Marchi Júnior.	Artigo Científico.	Pesquisa Exploratória (Estudo de Caso).
O11	Competições escolares: reflexão e ação em pedagogia do esporte para fazer a diferença na escola.	Riller Silva Reverdito et.al.	Artigo Científico.	-
O12	Jogos escolares e Educação Física Escolar: investigando esta (des) articulação.	Derli Juliano Neuenfeldt e; Jaqueline Luiza Klein.	Artigo Científico.	Pesquisa Exploratória (análise qualitativa).

Discussão

Para a análise minuciosa de cada uma das doze obras foi levada em consideração os objetivos, a metodologia empregada e as considerações finais dos trabalhos e, a partir disso, observou-se que a manifestação predominante foi a de rendimento. Ela destacou-se em oito obras (O1, O2, O3, O5, O6, O9, O11 e O12). A manifestação educacional destacou-se em duas (O7 e O10) e em outras duas (O4 e O8) houve equilíbrio entre ambas manifestações (rendimento e educacional).

Frizzo (2013), Santos (2016) e Neuenfeldt (2020), partem do pressuposto de que a Educação Física Escolar tem se tornado esportivizada e que, além disso, os Jogos Escolares têm forte influência no modelo desenvolvido pelos professores de Educação Física dentro das suas aulas. São contrários aos conteúdos abordados em sala de aula e a forte influência dos esportes nas aulas de Educação Física, pois trata-se de uma Educação Física tecnicista que visa basicamente melhora no desempenho dos alunos e que essa influência faz com que se torne uma disciplina engessada, reproduzindo o esporte de alto rendimento e reforçando não só a competitividade exacerbada como a “exclusão” de alguns alunos das suas práticas esportivas. Por isso, são a favor e reforçam a ideia de uma Educação Física Escolar que aborde o esporte no sentido pedagógico, procurando compreender, respeitar e incluir os alunos nas aulas práticas de Educação Física e nos Jogos Escolares de modo a proporcionar experiências através do esporte para todos.

Por outro lado, Reverdito (2008) reforça a ideia da importância de se possibilitar o acesso ao esporte de rendimento para os estudantes e que a competição é elemento fundamental para o esporte e que sua essência deve ser preservada. Além disso, o esporte pode ser educativo sem perder a sua essência, pois existem valores e virtudes que são ensinados a partir da prática esportiva.

E ainda existe um terceiro debate que levanta a ideia de equilíbrio entre o esporte educacional e o esporte rendimento. Na terceira obra (O3) apresentada, o autor faz algumas indagações sobre o sentido que essas práticas assumem e na quinta obra (O5) o autor reforça a ideia de que: “nas quatro fases, independentemente da ênfase da opinião,

sempre existiram aspectos relacionados à competição e ao esporte educacional que não devem ser ignorados” (ARANTES, 2019, p.104). E na sétima obra (O7), o autor ainda apresenta sugestões para os modelos de esporte praticados na escola e entre escolas, possibilitando o acesso às práticas esportivas a todos. Desde a formação de atletas até a prática pedagógica. O autor sugere:

A realização dos jogos esportivos escolares na escola e entre escola serem realizadas em duas fases. A primeira de forma interna e a outra externa. Na atividade interna, os jogos se constituiriam de atividades esportivas, de caráter lúdico/recreativo, de formação e de orientação. A fase (atividade) externa dos jogos escolares, ou seja, os realizados entre escolas, deverão compreender atividades esportivas de caráter competitivo ou de caráter não competitivo (por exemplo, encontros festivos, convivência entre escolas) (SAWITZKI, 2008, p.139).

Na análise dos artigos apenas na obra nove (O9) foi possível observar os Jogos Escolares sendo realizados e fugindo dos padrões impostos que visam a seletividade e a competitividade exacerbada. Apesar disso, os agentes que propuseram essas mudanças na forma como os Jogos seriam conduzidos não obtiveram o êxito esperado, pois não se teve continuidade no processo de desconstrução dos Jogos Escolares. Os autores Kiournis, Salvini e Marchi (2017) discorrem em sua pesquisa sobre o relato de um dos agentes do Ministério do Esporte e as críticas realizadas tanto por professores, como por alunos ao modelo empregado no XVIII Jogos Escolares ocorridos no ano de 1989.

Considerações finais

Partindo do pressuposto do marco legal, esperava-se encontrar uma vinculação dos Jogos Escolares Brasileiros com os princípios do Esporte Educacional e com o Esporte Escolar sendo a base que alimentaria os jogos. Contudo, analisando os resultados, constatou-se a predominância da ideia de que os jogos são voltados para o alto rendimento e que os jovens atletas que participam das competições são os melhores dos seus estados ou municípios. Entende-se que os Jogos Escolares não são universais e educativos e que apesar dos regulamentos do mesmo terem como objetivos a formação humana e o desenvolvimento integral dos alunos, na prática, esses objetivos ficam à mercê das vontades e desejos dos organizadores, professores e alunos que participam das competições escolares.

Reduzida parcela de estudos aponta a realização de Jogos Escolares que não contemplam a seletividade e a competitividade exacerbada, demonstrando que, por padrão, esse tipo de disputa prevalece.

Fazem-se necessárias mais pesquisas e indagações acerca da temática e, dessa forma, sugere-se que os professores levem esse debate para dentro de sala de aula e sejam intermediadores dos alunos nas propostas, para que suas ideias sejam analisadas e apresentadas às instituições/organizações/comitês responsáveis pela organização das competições.

A busca por um esporte mais universal não exclui o esporte competitivo e o equilíbrio pode assegurar mais sucesso pedagógico e esportivo.

Referências bibliográficas

- ARANTES, A.; MARTIN, F.; SARMENTO, P. Jogos Escolares Brasileiros: Reconstrução histórica. Revista Motricidade, v. 8, n. S2, p. 916-924, 2012.
- BÔAS, M. S. V.; FONTANELLA, F. C.; PEREIRA, V. R. As faces do esporte e a educação física. Revista da Educação Física/UEM. Maringá, v. 11, n. 1, p. 87-96, 2000.
- BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 27 abr. 2020.
- BRASIL. Lei 9.615, de 24 de março de 1998^a. Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm>. Acesso em: 21 abr. 2020.
- COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino da Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992. Coleção Magistério 2º grau – série formação do professor.
- FRIZZO, G. Os Jogos Escolares como mecanismos de manutenção e eliminação: uma crítica à lógica esportiva na escola. Revista Movimento, Porto Alegre, v. 19, n. 4, p. 163-180, 2013.
- GAYA, A. Sobre o esporte para crianças e jovens. Revista Movimento, ano VII, nº 13, 2000/2.
- KIOURANIS, T. D. S.; SALVINI, L.; MARCHI, W. J. “O marco de 1989”: uma reflexão sobre os XVIII Jogos Escolares brasileiros. Revista Movimento, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 907-918, 2017.
- SANTOS, E. A.; et al. As Diferenças Entre o Esporte da Escola e o Esporte na Escola. Revista Treinamento Desportivo, v. 7, n. 1, p. 21-28, 2006.
- SANTOS, Rodrigo. As diferentes abordagens dadas ao esporte escolar: um estudo de caso dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul. 2016. p. 39-40. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Regional do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Santa Rosa, 2016.
- SAWITZKI, R. L. Esporte Escolar: aspectos pedagógicos e de formação humana. Revista Motrivivência, ano XX, n. 31, p. 132-142, 2008.
- VERGARA, Sylvia. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 16º ed. São Paulo: atlas, 2016.

Tipos, potenciais alvos e condições de suscetibilidade para a manipulação de resultados no futebol brasileiro.

Temática: Economia e indústria do esporte e do lazer – Comunicação Oral.

Felippe Marchetti (Doutor em Ciências do Movimento Humano pela UFRGS; Integrante do Centro de Estudos Olímpicos e Paralímpicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; fmarkss@hotmail.com); Alberto Reinaldo Reppold Filho (Professor titular na UFRGS; Coordenador do Centro de Estudos Olímpicos e Paralímpicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Resumo

Este estudo teve como objetivo compreender o conjunto de circunstâncias que rodeiam a manipulação de resultados em partidas de futebol de competições profissionais no Brasil, naipes masculino. O estudo foi do tipo exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, sendo realizado por meio de pesquisa documental e de entrevistas semiestruturadas. A pesquisa documental foi realizada junto a organizações esportivas nacionais e internacionais e órgãos governamentais, intergovernamentais e não governamentais. Foram realizadas 16 entrevistas com representantes de três segmentos: a) profissionais do futebol: árbitros, atletas, treinadores e dirigentes de clubes e de federações; b) representantes de instituições que atuam na coibição da manipulação de resultados no Brasil: polícia civil, Ministério Público, Comitês de Integridade da Confederação Brasileira de Futebol - CBF e da Federação Paulista de Futebol, Superior Tribunal de Justiça Desportiva e empresa de monitoramento de mercado de apostas; c) representante do poder legislativo: membro da Câmara de Esportes do Senado Federal. Para análise das informações foi empregada análise de conteúdo. Os resultados mostram que o futebol brasileiro está suscetível há dois tipos principais de manipulação de resultado: a) visando vantagens ilícitas no âmbito esportivo e b) relacionada às apostas esportivas. Devido ao aspecto de envolver elevadas movimentações financeiras e à maior dificuldade de detecção, o segundo tipo parece ser mais perigoso à integridade da modalidade. Os principais alvos parecem ser os atletas, principalmente aqueles que atuam em clubes pequenos e disputam ligas menos importantes. Árbitros, membros da comissão técnica, dirigentes e intermediários de atletas também podem ser suscetíveis. Foram identificadas oito condições principais que tornam o futebol brasileiro suscetível à manipulação de resultados: má remuneração e/ou atrasos salariais; partidas não monitoradas; má governança nas entidades esportivas; dificuldade para investigar e aplicar punições; falta de confiança nos mecanismos de denúncia; falta de regulação do mercado de apostas esportivas; falta de compreensão sobre o tema; e contratos de curta duração. Sendo a manipulação de resultados um problema que afeta tanto indivíduos quanto organizações e

que ameaça à integridade do futebol - um dos pilares fundamentais para sua boa governança - destaca-se a necessidade de maior atenção ao fenômeno por parte das autoridades responsáveis pela gestão do futebol brasileiro, sendo importante a tomada de medidas que visem proteger a modalidade dessa ameaça global.

Palavras-chave: Governança esportiva, Manipulação de resultados, Futebol, Apostas, Brasil.

Abstract

The aim of this study was to understand the scenario related to the match-fixing in competitions organized by the Brazilian Football Confederation (CBF) and by regional football federations of Brazil, male category. This study was exploratory and descriptive type, with a qualitative approach, being realized through documentary research and semi-structured interviews. The documentary research was carried out with national and international sports organizations and governmental, intergovernmental and non-governmental bodies. Sixteen interviews were conducted with people who represent three segments: a) sports professionals: referees, athletes, coaches and club's and federation's managers; b) members of institutions that act in the control of the match-fixing in Brazil: civil police, Public Prosecutor, CBF Integrity Committee, Paulista Football Federation Integrity Committee, Superior Court of Sport Justice and betting market monitoring company; c) responsible for drafting laws: Member of the Sports Chamber of the Federal Senate. Content analysis was used to analyze this information. The results show that Brazilian football is susceptible to two main types of match-fixing: a) aiming at illicit advantages in the sports field and b) related to sports betting. Due to the aspect of involving high financial amounts and the greater difficulty of detection, the second type seems to be more dangerous to the integrity of the sport. Regarding the main targets, athletes appear as the main actors sought by the match-fixers in Brazilian football. Athletes who work in small clubs and play in minor leagues are more susceptible to match fixing. Referees, members of the coaching staff, managers and soccer agents may also be susceptible to these offers. Eight main conditions were identified that make Brazilian football susceptible to manipulation of results: poor pay and / or salary delays, unmonitored matches; poor governance in sports entities; difficulty investigating and applying punishments; lack of confidence in reporting mechanisms; lack of regulation of the sports betting market; lack of understanding about the topic; and short term contracts. Match-fixing being a threat to the integrity of football – one of the fundamental pillars for its good governance – it shows the need for greater attention to the phenomenon by the authorities responsible for the management of Brazilian football in order to take measures to protect the sport from this global issue.

Keywords: Sports governance, Match-fixing, Football, Bets, Brazil.

Tipos, potenciais alvos e condições de suscetibilidade para a manipulação de resultados no futebol brasileiro.

Introdução

Este estudo trata da manipulação de resultados de partidas de futebol em competições organizadas pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e pelas federações estaduais de futebol no Brasil, naipes masculino. Apesar da manipulação de resultados esportivos ser uma prática antiga, o que ocorre atualmente é um fenômeno novo, impulsionado pelo crescimento dos mercados de apostas esportivas.

A falta de regulação desses mercados - 80% das operadoras são ilegais (INTERNATIONAL CENTRE FOR SPORT SECURITY, 2014) - aliada ao elevado volume financeiro que movimentam - apenas o mercado ilegal movimenta aproximadamente 1 trilhão de euros ao ano (ANDREFF, 2016) - despertou a atenção do crime organizado, que explora as vulnerabilidades do esporte para influenciar os resultados de partidas. Nesse contexto, o futebol tem sido o alvo principal por ser a modalidade que movimenta maior volume financeiro - estima-se que represente entre 70 a 85% do montante total de apostas colocadas nos mercados legal e ilegal (INSTITUT DE RELATIONS INTERNATIONALES ET STRATÉGIQUES, 2012).

O futebol brasileiro já foi alvo de manipuladores no passado; o caso mais famoso ocorreu no Campeonato Brasileiro de 2005 e ficou conhecido como Máfia do Apito. Em 2016, surgiram novas denúncias que culminaram com a deflagração da operação Game Over. A Polícia Federal identificou atuação de uma quadrilha internacional na manipulação de resultados esportivos em São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Em 2018, houve denúncias de mais cinco casos: na Copa São Paulo de Futebol Junior, envolvendo a equipe do Estanciano, de Sergipe; na Paraíba, com a Operação Cartola; no Paraná, com a equipe do Rio Branco; e no Rio de Janeiro, com a equipe do Barra Mansa.

A manipulação de resultados vem atraindo a atenção de autoridades governamentais e de federações esportivas com o objetivo principal de desenvolver ações para prevenção de tais práticas. Até o presente momento, todavia, há poucos estudos que examinem o contexto único do futebol brasileiro, deixando um vazio na compreensão

desse fenômeno no cenário nacional. Sendo assim, este estudo foi realizado tendo por motivação contribuir para a compreensão da manipulação de resultados no futebol brasileiro.

Objetivos do estudo

Objetivo geral: compreender o conjunto de circunstâncias que permeiam a manipulação de resultados em partidas de futebol no Brasil.

Objetivos específicos: caracterizar os tipos de manipulação passíveis de ocorrer em partidas de futebol no Brasil; identificar os potenciais alvos da manipulação de resultados de partidas de futebol no Brasil; caracterizar as condições que tornam o futebol brasileiro suscetível à ocorrência de manipulação de resultados.

Referencial teórico da literatura

A corrupção no esporte pode ser entendida como qualquer ação ilegal, imoral ou não ética visando obter ganho pessoal material para um ou mais envolvidos na atividade (GORSE, 2013). Dentre suas formas existentes, a manipulação de resultados é uma das mais lesivas à integridade do esporte (PARLIAMENTARY ASSEMBLY OF THE COUNCIL OF EUROPE, 2012), principalmente por ser uma forma de crime com altas margens de lucro, difícil detecção e sentenças criminais brandas (BOZKURT, 2012).

A manipulação de resultados é definida como uma combinação ou acordo para arranjar o resultado final e/ou interferir em determinados eventos de uma competição esportiva, removendo todo ou parte do grau de incerteza associado à partida (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2013). Há duas correntes principais que discutem os tipos de manipulação de resultados existentes. Na primeira, é considerada manipulação toda influência no resultado final ou em outro aspecto da partida visando lucro financeiro através das apostas esportivas (INSTITUT DE RELATIONS INTERNATIONALES ET STRATÉGIQUES, 2012; AQUILINA; CHETCUTI, 2014; COSTA, 2018). Ocorre quando uma terceira parte, geralmente um apostador externo ao evento, suborna os atores do esporte a fim de obter vantagem particular. Esses manipuladores não costumam atuar de forma isolada, possuindo relações com grupos criminosos especializados nesse tipo de prática (COSTA, 2018).

Já para a segunda corrente, há o entendimento de que a manipulação nem sempre possui relação com as apostas esportivas. Ela considera que esse fenômeno pode ocorrer quando se visa algum tipo de benefício, no âmbito esportivo para determinado clube ou atleta, levando uma das equipes a ter desempenho proposital abaixo de seu normal em troca de suborno ou de possíveis vantagens futuras (COUNCIL OF EUROPE, 2014; HILL, 2013; TAK et al, 2018).

Em estudo sobre as principais causas da corrupção no esporte, Kihl (2018) as classifica em três níveis: micro, fatores relacionados ao indivíduo; meso, fatores relacionados às organizações, clubes e federações; e macro, fatores que se referem a aspectos sociais, políticos, jurídicos e do funcionamento dos sistemas de apostas. Já Tak et al (2018) defendem que três causas principais podem ser relacionadas à maior ocorrência de manipulação de resultados: (a) envolvimento de organizações criminosas com apostas ilegais; (b) grande número de indivíduos financeiramente vulneráveis; e (c) má governança das organizações esportivas. Essas classificações, focadas nas condições individuais e estruturais, forneceram importante base para nosso estudo.

Materiais e métodos

Este estudo foi do tipo exploratório e descritivo, com análise qualitativa, sendo realizado por meio de análise documental e de entrevistas semiestruturadas. A pesquisa documental foi realizada nos sites de organizações esportivas nacionais, Governos e federações; organizações esportivas internacionais; organizações intergovernamentais; organizações não governamentais; outras organizações relevantes no combate à manipulação de resultados; entidades de representação e organizações responsáveis pela investigação de casos de manipulação de resultados no futebol brasileiro. No total, foram encontrados 56 documentos emitidos por 30 organizações. Todos os documentos são de domínio público e estão disponíveis nos sites oficiais das organizações¹.

Para a coleta de dados, foram realizadas 16 entrevistas semiestruturadas. O roteiro foi composto por cinco perguntas sobre os tipos de manipulação existentes, os possíveis alvos da manipulação e os fatores de suscetibilidade para sua ocorrência no futebol

1 Exceto os documentos dos casos do futebol brasileiro, que foram disponibilizados por e-mail mediante autorização das autoridades competentes.

brasileiro. Os participantes foram divididos em dois grupos:

a) Segmentos que atuam no sentido de coibir a manipulação de resultados: relacionados à investigação criminal (delegado e procurador do Ministério Público responsáveis pela investigação de casos no Brasil); relacionados ao esporte (membros dos Comitês de Integridade da CBF e da Federação Paulista de Futebol, procurador do Superior Tribunal de Justiça Desportiva e diretor da empresa responsável pelo monitoramento do mercado de apostas esportivas); relacionado à elaboração de leis (membro da Câmara de Esportes do Senado). Nesse grupo foi utilizada uma amostra intencional.

b) Indivíduos suscetíveis à manipulação de resultados: árbitros, treinadores, atletas e dirigentes de clubes e de federações. Os entrevistados foram convidados devido à profissão ou cargo que ocupam, tempo de experiência profissional (no mínimo 10 anos de atuação no futebol brasileiro) e/ou facilidade de acesso para o pesquisador. A quantidade de entrevistas foi definida através de saturação teórica e do critério de redundância (BOWEN, 2008). As entrevistas foram encerradas quando novas condições de suscetibilidade à manipulação de resultados não foram mais mencionadas. Foi realizada triangulação entre os documentos, a literatura da área e as entrevistas. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob número 2.956.972.

Resultados e discussão

Por meio das entrevistas e da análise documental foram identificados dois tipos de manipulação de resultados no futebol brasileiro, estando estes de acordo com a literatura da área:

1. Manipulação relacionada às apostas esportivas: na última década, o caso de manipulação de resultados relacionados às apostas esportivas de maior destaque no Brasil foi a Operação Game Over. A polícia civil e o Ministério Público do Estado de São Paulo identificaram a atuação de quadrilha internacional em três Estados do país. A organização criminosa adotava métodos típicos do crime organizado, tais como divisão das funções, intento de lucro, hierarquia e divisão de tarefas em solo nacional e

estrangeiro (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016). Tal quadrilha possuía relações com grupos asiáticos que se utilizavam de pessoas com boa circulação no meio esportivo - como ex-atletas ou treinadores - para apresentarem suas propostas. Esse modus operandi parece ser o mesmo desvelado em outros casos de manipulação de resultados no futebol internacional, como a Operação SOGA (INTERPOL, 2016). As apostas eram colocadas principalmente nos mercados de vencedor da partida, diferença de gols entre as equipes (chamado de handicap asiático) e número total de gols da partida. Em outro caso de manipulação de resultados no Brasil, envolvendo a equipe do Barra Mansa-RJ, a mesma estratégia foi empregada - os manipuladores ofereceram dinheiro para que a equipe perdesse por quatro gols de diferença em partida válida pela Segunda Divisão do Campeonato Carioca 2017. Os atletas, entretanto, rejeitaram a proposta (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018). Esse cenário sugere que grupos especializados nesse tipo de crime começaram a ver no Brasil um local propício para sua atuação.

2. Manipulação visando vantagens ilícitas no âmbito esportivo: foram identificadas três situações principais nas quais esse tipo de manipulação pode ocorrer no Brasil:

a) Pressão dos dirigentes das federações: nessa prática, dirigentes de clubes e da federação agem conjuntamente, pressionando árbitros a manipularem resultados para favorecer determinada equipe. Em troca, podem facilitar a ascensão profissional dos mesmos. Esse tipo de pressão é possível devido ao sistema de formação dos quadros de arbitragem. Para apitar em nível estadual e ser indicado para o quadro nacional, o árbitro precisa ser escalado pela federação de seu Estado. Segundo os entrevistados, tal cenário cria uma dependência direta dos árbitros com relação aos seus comandantes. Essa situação foi investigada no Estado da Paraíba e chamada de “Operação Cartola”. Dirigentes da Federação Paraibana adulteraram as escalas de arbitragem do Campeonato Estadual 2018 objetivando a escalação de árbitros do interesse de determinados clubes. O esquema envolvia três tipos de benefícios para os árbitros: recebimento de propina, garantia de constante atuação nas partidas locais e possibilidade de indicação para o quadro nacional de arbitragem. Para os clubes a vantagem seria o benefício do resultado

em campo. Para os dirigentes da Federação haveria o pagamento de dinheiro (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2018).

b) Suborno à equipe adversária: ocorre quando uma agremiação esportiva tenta obter resultado esportivo positivo através do pagamento de dinheiro para seu oponente ter desempenho abaixo do normal. Apesar de não haver casos comprovados no futebol brasileiro, as entrevistas realizadas com dirigentes, árbitros e atletas apresentaram indícios de que esse tipo de manipulação de resultados possa ter ocorrido no país.

c) Suborno aos árbitros: ocorre quando uma agremiação esportiva oferece dinheiro ao árbitro para auxiliá-la irregularmente. Apesar de não haver casos comprovados no Brasil, as falas dos entrevistados apresentaram indícios de que esse tipo de manipulação de resultados possa ter ocorrido no país.

3. Alvos da manipulação de resultados no futebol brasileiro: foram identificados cinco alvos principais, sendo eles: atletas, árbitros, treinadores, dirigentes e intermediários de atletas. Dentre os atletas, destacam-se aqueles que atuam em posições chave (goleiros, zagueiros e atacantes), atletas próximos ao fim da carreira (pela influência que possuem sobre os colegas e pelo possível banimento da modalidade não ser tão prejudicial), atletas vulneráveis psicologicamente (com vícios ou outros problemas semelhantes) e, principalmente, que atuam em clubes de menor expressão no cenário nacional. Com relação aos árbitros, a principal ameaça tem relação com a já citada influência direta dos dirigentes e com o fato de não serem profissionalizados. Já dirigentes e intermediários de atletas tornam-se alvos pela capacidade de influência sobre decisões importantes nos clubes e na carreira dos atletas, podendo ordenar que tais práticas ilegais sejam seguidas por seus subordinados.

4. Condições de suscetibilidade à manipulação de resultados no futebol brasileiro: foram identificadas oito condições de suscetibilidade à manipulação de resultados no futebol brasileiro, sendo estas relacionadas a fatores sistêmicos, organizacionais e/ou individuais.

a) Remunerações baixas e/ou atrasadas: em ambientes nos quais os profissionais do esporte recebem baixos salários pode haver maior propensão à aceitação de dinheiro

em troca de manipulação de resultados. De acordo com o delegado entrevistado, as propinas pagas para a realização de manipulações são, em média, de 20 mil dólares por partida. Tais valores tornam-se mais expressivos quando comparados à realidade financeira da maioria dos atletas profissionais de futebol do Brasil: 82,4% deles recebia até 1 mil reais por mês (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, 2016). Outro fator identificado à suscetibilidade dos atletas e treinadores foi o atraso de salários. No Brasil 52% dos atletas sofreram atrasos salariais nos últimos dois anos (FIFPRO, 2016).

b) Partidas não monitoradas: nessa categoria foram encontradas duas situações - partidas com pouca visibilidade e partidas não monitoradas pelos sistemas de monitoramento de apostas esportivas.

- Partidas com pouca visibilidade: todos os casos identificados² no Brasil nos últimos dez anos ocorreram em partidas com pouca divulgação e público, mostrando maior suscetibilidade à manipulação de resultados em partidas menos relevantes. Destaca-se que o Brasil é o país do mundo com mais partidas de futebol disputadas em uma temporada, a maioria envolvendo clubes de pequeno porte.

- Partidas não monitoradas pelos sistemas de monitoramento de apostas esportivas: tais sistemas foram criados para identificar possíveis casos de manipulação, possuindo diferentes níveis de alerta baseados no volume e nos tipos de apostas colocados em uma partida. A maior parte das partidas disputadas no Brasil não possui esse tipo de controle - apenas três federações estaduais e a CBF monitoram seus mercados. O motivo alegado pelos dirigentes entrevistados é o alto custo desses sistemas.

c) Má governança nas entidades esportivas: identificou-se que os manipuladores de resultados podem se sentir atraídos a agir em ambientes nos quais algumas autoridades são notadamente corruptas - como no caso do futebol brasileiro - pois sabem que poderão ter maior receptibilidade às suas ofertas.

d) Dificuldade para investigar e aplicar punições: é necessário que ocorra um trabalho cooperativo entre Estado, entidades esportivas e empresas de monitoramento,

² Operação *Game Over* e os casos envolvendo as equipes do Estanciano-SE, do Rio Branco-PR, do Barra Mansa-RJ e a Federação Paraibana de Futebol.

principalmente devido à complexidade das investigações e ao fato do Brasil possuir um sistema criminal sobrecarregado. No âmbito esportivo, a adoção de políticas de tolerância zero em casos de corrupção é necessidade latente no futebol. Já no âmbito penal, o fato da manipulação de resultados ter se tornado crime no Brasil, a partir de 2010, pode ser considerado um avanço importante.

e) Falta de confiança nos mecanismos de denúncia: quando um profissional expõe irregularidades internas de seu meio de trabalho podem surgir receios de exposição pessoal e profissional, além do medo de retaliações. No Brasil, para reportar casos de manipulação de resultados é preciso procurar a federação responsável pela competição ou o Ministério Público. No primeiro caso, a dificuldade é a falta de confiança na integridade das federações gestoras, fator citado por alguns entrevistados. No segundo, a dificuldade esbarra nos problemas de investigação já referidos. A utilização de aplicativos focados em denúncias de ameaças à integridade do esporte e que garantem a confidencialidade das fontes pode ser uma alternativa interessante e que já funciona em países com Finlândia, Suíça e Nova Zelândia.

f) Falta de compreensão sobre o tema: de acordo com entrevistados do “segmento coibidor”, no Brasil, grande parte dos atletas não possui entendimento acerca do que é manipulação de resultados e de seus desdobramentos, gerando maior propensão à ocorrência desse fenômeno. Outra questão importante no que tange à educação é a discussão da temática com jovens atletas, visto que são pessoas que ainda passam por processo de formação de valores.

g) Falta de regulação do mercado de apostas esportivas: o argumento que defende a regulação das apostas esportivas como medida importante no combate à manipulação de resultados baseia-se em quatro motivos: i) auxílio no controle sobre quem faz as apostas; ii) facilitação na detecção de padrões irregulares pelos sistemas especializados; iii) diminuição do dinheiro que financia os mercados ilegais; iv) reinvestimento dos valores arrecadados com impostos em medidas de combate às manipulações. A legalização do mercado de apostas esportivas online no Brasil poderia auxiliar no financiamento de órgãos de integridade, trazendo possibilidades de investimentos também para o naipe

feminino e para as categorias de base.

h) Contratos de curta duração: o tempo médio de duração dos contratos, no Brasil, é de 11 meses. Essa situação pode criar sensação de insegurança financeira para os profissionais que já recebem remunerações baixas e não tem estabilidade no emprego, tornando-os ainda mais suscetíveis. Dos 267 clubes que disputaram a primeira divisão de seus estados em 2018, por exemplo, 190 encerraram suas atividades no final de junho e somente 46 atuaram toda a temporada.

Conclusão

A manipulação de resultados é, sem dúvida, uma ameaça para a integridade do futebol brasileiro. Entre os tipos identificados, a manipulação relacionada às apostas esportivas é a que apresenta potencial mais lesivo ao futuro da modalidade. Apesar do baixo número de casos comprovados no país até o momento, pôde-se constatar que organizações criminosas estão replicando no Brasil modelo amplamente identificado internacionalmente, como demonstrado pela Operação Game Over. Essa situação acaba por configurar a manipulação de resultados como um problema social que transcende as fronteiras nacionais e que envolve grande gama de atores e instituições.

Com relação aos principais alvos da manipulação de resultados no futebol brasileiro, os atletas parecem ser os mais suscetíveis, principalmente aqueles que atuam em clubes de menor porte e que estão sujeitos a situações de baixas remunerações, de frequentes atrasos salariais e de instabilidade gerada por contratos de curta duração.

No que diz respeito à suscetibilidade do futebol brasileiro, as oito condições identificadas, quando consideradas em conjunto, podem tornar o país um alvo ideal para a atuação de grupos criminosos. Todavia ainda não é possível determinar o alcance da manipulação de resultados no país, visto que polícia, tribunais esportivos e empresas de monitoramento não possuem estimativas de sua dimensão.

Sendo este um dos primeiros estudos realizados sobre manipulação de resultados no futebol brasileiro, sua natureza exploratória apresenta caminhos para futuras pesquisas. Uma análise mais aprofundada sobre cada uma das condições de suscetibilidade é incentivada, com possíveis propostas de solução para tais questões.

Cabe ressaltar a necessidade de maior atenção ao fenômeno por parte das autoridades responsáveis pela gestão do futebol brasileiro, sendo importante a tomada de medidas que visem proteger a modalidade dessa ameaça global.

Referências bibliográficas

ANDREFF, W. Corruption in Sport. In: Contemporary Issues in Sport Management: A Critical Introduction. Los Angeles: Sage, 2016.

AQUILINA, D.; CHETCUTI, A. Match-fixing: the case of Malta. International Journal Of Sport Policy And Politics. v. 6, n. 1, p.107-128, 2013.

BOZKURT, E. (2012). Match fixing and fraud in sport: putting the pieces together. Disponível em: <<http://www.europarl.europa.eu/document/activities/cont/201209/20120925ATT52303/20120925ATT52303EN.pdf>>. Acesso em: jun. 2017.

BOWENN, G. Naturalistic inquiry and the saturation concept: A research note. Qualitative Research. v. 8, n. 1, p. 137-152, 2008.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL (2016). Raio-X do futebol: salário dos jogadores. Disponível em: <<https://www.cbf.com.br/noticias/a-cbf/raio-x-do-futebol-salario-dos-jogadores?ref=featured#.WkptLFWnHDd>>. Acesso em: jan. 2018

COSTA, J. The globalized network of a dirty game: Match-fixing, illegal betting and transnational organized crime in Italian football. Global Crime. v. 19, n. 2, p. 125-145, 2018.

COUNCIL OF EUROPE (2014). Convention on the manipulation of sports competitions. Disponível em: < <https://rm.coe.int/16801cdd7e>>. Acesso em: jan. 2018.

FÉDÉRATION INTERNATIONALE DES ASSOCIATIONS DE FOOTBALLEURS PROFESSIONNELS (FIFPro) (2016). 2016 FIFPro Global Employment Report: Working conditions in Professional Football. Disponível em: <https://www.fifpro.org/attachments/article/6706/2016%20FIFPro%20Global%20Survey%20-%20TopFindings_1128.pdf> Acesso em: dez. 2017.

GORSE, S. Corruption in International Sport: Implications for sponsorship management. 2013. 341 f. Tese (Doutorado em Filosofia). Centre for the International Business of Sport, Coventry University of Business School, Coventry, 2013.

HILL, D. The Insider's Guide to Match-Fixing in Football. Toronto: Anne McDermid & Associates Ltd, 2013.

INSTITUT DE RELATIONS INTERNATIONALES ET STRATÉGIQUES (2012). Sports Betting and Corruption: How to Preserve the Integrity of Sport. Disponível em: <<https://spordiinfo.ee/est/g22s355>>. Acesso em: dez. 2017.

INTERNATIONAL CENTRE FOR SPORT SECURITY (2014). Fighting Against the Manipulation of Sports Competitions. Disponível em: <[---

Laboratório de Pesquisa sobre Gestão do Esporte – GESPORTE](http://sorbonne-icss.univ-paris1.fr/fileadmin/_migrated/content_uploads/Sorbonne-</p></div><div data-bbox=)

- ICSS_Full_Report_-_General_Conclusion_-_6_Dec._2014__01.pdf>. Acesso em: set. 2017.
- INTERPOL (2016). More than 4,100 arrests in INTERPOL-led operation targeting Asian illegal gambling networks. Disponível em: <<https://www.interpol.int/fr/Actualites-et-evenements/Actualites/2016/More-than-4-100-arrests-in-INTERPOL-led-operation-targeting-Asian-illegal-gambling-networks>>. Acesso em: jan. 2018.
- KIHL, L. 2018. Corruption in sport: Causes, consequences and reform. London: Routledge, 2018.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA (2018). Autos nº 0008300-72.2017.815.2002. Disponibilizado por e-mail em: jul. 2018.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (2016). Autos nº 0102578662015. Disponibilizado por e-mail em: mar. 2018.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2018). Autos nº 0014535-78.2018.8.19.0007. Disponibilizado por e-mail em: jul. 2018.
- PARLIAMENTARY ASSEMBLY OF THE COUNCIL OF EUROPE (2012). The need to combat match-fixing. Disponível em: <<https://assembly.coe.int/nw/xml/XRef/Xref-XML2HTML-en.asp?fileid=18102&lang=en>> Acesso em: jun. 2017.
- TAK, M.; SAM, M.; JACKSON, S. The problems and causes of match-fixing: Are legal sports betting regimes to blame? Journal of Criminological Research, Policy and Practice. v. 4, n. 1, p. 73-87, 2018.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (2013). Criminalization Approaches to Combat Match-Fixing and Illegal/Irregular Betting. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/corruption/Publications/2013/Criminalization_approaches_to_combat_match-fixing.pdf>. Acesso em: set. 2017.

Pôsteres

A gestão das atividades esportivas relacionadas aos Jogos do Instituto Federal do Paraná no período de 2010 à 2020

Temática: Gestão de eventos no ambiente do esporte e do lazer – Pôster

Matheus Amaral de Sousa
(matheusamaraldesousa@gmail.com); Andréia Paula Basei
(Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã, Paraná, Brasil)

Resumo

Introdução – Os Jogos do Instituto Federal do Paraná (JIFPR) – estadual, regional e nacional – são uma promoção do governo federal, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC com a finalidade de promover a educação, a integração e a formação por meio do esporte. No Paraná, a primeira edição do JIFPR foi realizada no ano de 2010. Caracterizando-se como um evento esportivo já consolidado, a sua organização envolve um processo de gestão eficaz e condizente com os objetivos, recursos e resultados esperados. **Objetivos** – Compreender os princípios que fundamentam a gestão das atividades esportivas ligadas aos Jogos do Instituto Federal do Paraná no período de 2010 à 2020 em âmbito estadual. **Revisão de literatura** – Para Griffin (2012), gestão é o conjunto de atividades (planeamento, organização, direção e controle) realizadas para alcançar as metas e resultados de forma eficiente e eficaz. A gestão do esporte trata das decisões, processos e práticas eficazes e visa solucionar os desafios com a aplicação de teorias e ferramentas de gestão adaptadas ao universo esportivo (AZEVEDO, 2018). A organização de eventos é uma das principais atividades dos gestores, com papel fundamental nos espaços de planejamento e decisão. O gestor esportivo requer uma carreira fundamentada em cursos cujos pilares de sustentação são Educação Física e Administração, além de possuir liderança, capacidade de negociação, habilidades de comunicação, conhecimento organizacional, entre outros (PARKHOUSE, 2004). **Material e Método** – Esta é uma pesquisa com abordagem qualitativa do tipo descritiva e exploratória. Os dados são oriundos da análise documental dos registros relativos aos Jogos: regulamentos, relatórios, matérias em sites e, de uma entrevista semiestruturada com os gestores dos Jogos no período definido. A análise das informações segue o método de análise de conteúdo. **Resultados e Discussão** – Os resultados preliminares mostram que foram realizadas nove edições dos JIFPR, sendo a primeira em 2010. Foram cidades-sede: Assis Chateaubriand, Cascavel, Palmas, Foz do Iguaçu, São José dos Pinhais e Umuarama. Constatamos na análise dos documentos o aumento no número de alunos-atletas no decorrer das edições, algumas mudanças no planejamento, objetivos e princípios orientadores com a transição dos gestores. O evento possui características de integração, participação e educação que celebra o envolvimento da comunidade acadêmica do Instituto Federal do Paraná - IFPR. Foram criadas oficinas de modalidades esportivas para selecionar os melhores alunos-atletas para representar o estado no evento regional e obter classificação para o evento nacional. Foram quatro gestores que estiveram à frente das ações e houve mudança nas denominações do cargo. Embora todo o processo decisório seja importante, os gestores relatam que enfrentaram desafios: diminuição de recursos financeiros, aumento do número de participantes e necessidade de encontrar formas de amenizar os impactos para alcançar êxito na organização. Destacaram como fundamental instituir uma política esportiva, de caráter permanente, para assegurar as condições e os direitos de acesso ao esporte a todos os agentes envolvidos. **Conclusão** – Os resultados preliminares apontam que os gestores exercem um papel fundamental frente aos eventos esportivos, na sua consolidação e no alcance dos objetivos respeitando a pluralidade dos sujeitos. Assim como, permitiram uma compreensão inicial sobre os motivos, aspirações, crenças e fatores externos que influenciam nas decisões tomadas no processo de gestão.

Referências bibliográficas básicas

AZEVEDO, P. H. Gestão estratégica de instalações esportivas e de lazer. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.
GRIFFIN, R. Management. Boston: Cengage Learning, 2012.
PARKHOUSE, B.L. The management of sport: its foundation and application. 4th ed. Boston: McGraw-Hill, 2004.

Palavras-chaves: Gestão de eventos, Jogos do Instituto Federal do Paraná, Papel dos gestores.

A prática do voluntariado nos eventos desportivos: fatores motivacionais

Temática: Gestão de eventos no ambiente do esporte e do lazer – Pôster

Camila Dalprá Machado Ritter (miladalpra@hotmail.com); Rui Jorge Bértolo Lara Madeira Claudino (Universidade de Lisboa/FMH, Oeiras, Lisboa, Portugal)

Resumo

Introdução – A investigação sobre voluntariado e gestão de voluntários, no contexto de organizações e eventos desportivos, pode ser considerada um dos tópicos de pesquisa com maior destaque, dentro da gestão do desporto. Pesquisadores da referida área tem tentado compreender as razões pelas quais os indivíduos, de forma voluntária, dedicam seu tempo e outros recursos, para as organizações e eventos desportivos (WICKER, 2017). Com uma maior compreensão da motivação dos voluntários em eventos, pode ser possível desenvolver um processo de gerenciamento de voluntários, de forma eficaz, para a realização de um evento desportivo de sucesso (KIM, 2018). **Objetivos** – Identificar a motivação dos voluntários em participar de eventos desportivos, tendo em conta o sexo, a idade e a formação. **Revisão de literatura** – O sucesso operacional de muitas organizações promotoras de eventos desportivos está fortemente associado com a presença de voluntários, independentemente do tipo ou magnitude dos eventos, tornando o voluntariado desportivo um fenômeno reconhecido em todo o mundo (KERWIN et al., 2015). Quanto ao gerenciamento de voluntários nos eventos desportivos Wicker (2017) afirma ser necessário obter informações sobre as características desse público, bem como as razões que os levam a ser voluntários. A gestão de voluntários perpassa pelas estratégias de atrair esses indivíduos, para trabalhar nos eventos, sendo necessário que os gestores reconheçam a motivação dos voluntários relacionada com diferentes aspectos, especificamente a satisfação, comprometimento, retenção e a continuidade (Kim, 2018). **Material e Método** – A presente pesquisa terá delineamento descritivo transversal, com abrangência nacional (Brasil) e abordagem quantitativa. A população alvo será composta por voluntários de organizações promotoras de eventos desportivos, vinculados a plataforma de gerenciamento de competições “Ritmo do Esporte”. A amostra será composta por voluntários associados a essas organizações, onde os eventos estejam a iniciar ou em andamento e será dividida conforme o sexo (masculino e feminino); a faixa etária com variância de aproximadamente 10 anos (18 – 27; 28 – 37; 38 – 47; 48 – 57; 58 ou mais) e a formação. Para participação do estudo, será solicitado aos participantes a assinatura de uma declaração de consentimento informado, livre e esclarecido. Quanto ao instrumento de pesquisa será validado e utilizado o questionário Escala de Motivação para Voluntários em Eventos Especiais (SEVMS), que segundo Kim (2018) é uma das escalas mais amplamente utilizadas nas pesquisas atuais, proporcionando uma melhor compreensão sobre a motivação de voluntários. Os dados serão analisados no programa estatístico IBM-SPSS, utilizando-se a estatística descritiva com valores de frequência relativa (%). Além disso, empregar-se-á a média e o desvio padrão dos escores, para cada um dos fatores motivacionais, de acordo com o sexo, idade e formação. Para comparar a motivação dos voluntários em função do sexo, idade e formação será aplicado, respectivamente, o teste t para amostras independentes, a análise de variância one way, com teste de comparações múltiplas de Bonferroni e o teste Correlação de Pearson. Em todas as análises será considerado o nível de significância de 5% e respectivos intervalos de confiança de 95%.

Referências bibliográficas básicas:

KERWIN, S. et al. Exploring sense of community among small-scale sport event volunteers. *European Sport Management Quarterly*, EUA, v.15, n.1, p. 77-92, 2015.

KIM, E. A systematic review of motivation of sport event volunteers. *World Leisure Journal*. Austrália, v.60, n. 4, p. 306-329, 2018.

WICKER, P. Volunteerism and volunteer management in sport. *Sport Management Review*. Alemanha, v.20, n. 4, p. 325-33, 2017.

Palavras-chaves: Voluntários, Eventos Esportivos, Motivação.

Comparação dos níveis de satisfação de sócios-torcedores com serviços ofertados pelos clubes pernambucanos das séries “b” e “c” do campeonato brasileiro de 2019

Temática: Marketing e negócios no esporte e do lazer – Pôster

Mykaelly Beatriz da Costa Silva (mykaelly.beatriz@upe.br); Jorge Eduardo Maciel Gonçalves da Silva; Julia van Rooijen Oliveira; Ivens Cordeiro Alves; Carlos Augusto Mulatinho de Queiroz Pedroso
Universidade de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

Resumo

Introdução: O futebol é considerado um esporte com alta aceitação nacional e seus torcedores são considerados leais na participação em competições do seu clube (FERREIRA, 2010). Segundo Yoshida e James (2010) é desafiador para o gestor satisfazer o seu consumidor e conseqüentemente levá-lo ao estádio. **Objetivo:** Analisar e comparar os níveis de satisfação dos sócios-torcedores com serviços ofertados pelos clubes de Pernambuco no Campeonato Brasileiro das séries “B” e “C” em 2019. **Revisão de literatura:** A satisfação do torcedor para Yoshida e James (2010) caracteriza-se como uma resposta positiva ocasionada pelo evento e/ou serviços prestados durante as partidas. Por exemplo, a percepção de qualidade dos serviços gera a satisfação do torcedor. A satisfação com os serviços depende de como o cliente sente-se sobre os serviços que experimentou no evento esportivo (YOSHIDA; JAMES, 2010). **Material e método:** O estudo é quantitativo, descritivo e survey. A amostra foi não probabilística por conveniência, composta por 249 torcedores com idade mínima de 18 anos, que frequentou ao menos um jogo do Campeonato. Utilizou-se um questionário adaptado de Carvalho et al. (2013) e Biscaia et al. (2013) e os dados foram coletados online em 2019. Analisou-se a normalidade dos dados, consistência interna e posteriormente ANOVA, por meio do SPSS 20, adotando nível de significância de $p < 0,05$. **Resultados e Discussão:** Os resultados apontam uma distribuição normal na amostra (Skewness e Kurtosis $< 0,2$), consistência interna nos dados ($\alpha = 0,7$) e que não houve diferença significativa entre os clubes ($p > 0,05$). Essa não significância pode apontar que a diferença de divisão não obrigatoriamente significa diferença na satisfação do torcedor com os serviços. Kotler (2012) expressa que a satisfação do consumidor depende de sua experiência referente ao produto ou serviço consumido. Uma boa qualidade nos serviços ou bens ofertados pelo clube ocasiona maior satisfação de seus clientes e os torcedores se mantêm fiéis ao clube (CRONIN; TAYLOR 1992). **Conclusão:** Conclui-se que não houve diferença significativa da satisfação dos torcedores com os serviços a depender do clube e que os gestores precisam realizar um mapeamento para entender melhor o que satisfaz o torcedor e atender suas expectativas.

Referências bibliográficas básicas

- BISCAIA, R. et al. The role of service quality and ticket pricing on satisfaction and behavioural intention within professional football. *International Journal of Sports Marketing & Sponsorship*, v. 14, n. 4, 2013.
- CARVALHO, W. G. et al. Estudo sobre a satisfação do sócio-torcedor do paraná clube. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*, v. 3, 2013.
- CRONIN JR, J. J.; TAYLOR, S. A. Measuring service quality: a reexamination and extension. *Journal of marketing*, v. 56, n. 3, 1992 p. 55-68.
- FERREIRA, E. J. C. A utilização de técnicas de marketing esportivo como forma de fortalecimento da relação torcedor-clube. Um estudo sobre o CRB. Trabalho de Graduação. Maceió: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade Federal de Alagoas, 2010.
- KOTLER, P. *Kotler on marketing*. Simon and Schuster, 2012.
- YOSHIDA, M.; JAMES, J. D. A satisfação do cliente com as experiências de jogos e serviços: Antecedentes e conseqüências. *Journal of Sport Management*, v. 24, n. 3, 2010, pág. 338-361.

Palavras-chaves: futebol, consumo, satisfação.

Análise das federações esportivas baianas na ótica da gestão do conhecimento

Temática: Mídia e novas tecnologias no esporte e no lazer – Pôster

Ronny Vieira Brayner (ronny.brayner@gmail.com); Gabriel Goulart Tavares da Silva (Faculdade de Educação Física e Desportos – FAEFID / Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF); Prof. Ddo. Temístocles Damasceno Silva; Prof. Dr. Luiz Carlos Pessoa Nery (Pesquisador do Centro de Estudos em Política e Gestão do Esporte e Lazer – CEGEL / Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB)

Resumo

Introdução – A gestão do conhecimento se apresenta como uma ferramenta para a nova dinâmica estabelecida pelas mudanças na estrutura organizacional e no crescimento da tecnologia da informação (NERY, 2017). Nesta perspectiva, despertou-se o interesse em compreender sua aplicabilidade no que se refere à comunicação dialógica. **Objetivo** – Analisar o processo comunicacional nas ações de gestão das federações esportivas baianas. **Revisão de literatura** – Para Toledo, Ferreira e Brazil (2014) a gestão do conhecimento promove um contexto organizacional que favorece o uso e compartilhamento das informações para a construção do conhecimento através das interações individuais ou grupais. Neste sentido, Nery (2017) entende que a comunicação dialógica dentro de uma organização torna-se um diferencial qualitativo, tendo em vista que ao estabelecer os processos dialógicos e a criação de grupos de conhecimento possibilita-se a geração das unidades de discurso e práticas. Segundo o referido autor, o aperfeiçoamento das organizações em face às demandas atuais de um mundo conectado em redes indica a necessidade de aprimoramento dos seus referenciais teóricos e metodológicos tradicionais, considerando-se que, a partir dos instrumentos comunicacionais, as organizações podem desenvolver funções administrativas visando a otimização das tomadas de decisões. **Material e método** – Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo, exploratória e quanti-qualitativa. Na coleta de dados, será aplicado um questionário fechado com vistas ao diagnóstico do processo comunicacional entre os atores envolvidos nos cargos de comando das 18 federações esportivas, assim como a compreensão do modelo organizacional utilizado pelas mesmas. A organização e tratamento dos dados serão realizadas a partir dos pressupostos teóricos delineados na gestão do conhecimento. **Resultados**: Acredita-se que os resultados inexpressivos em nível nacional apresentados pelo esporte baiano podem em geral ter relação com a ausência ou ineficiência do processo de comunicação dialógica entre os dirigentes no âmbito da gestão das federações baianas, dificultando a geração do conhecimento que favoreça melhor desempenho das mesmas. Este fato pode estar relacionado ao status dos emissores e receptores das informações circulantes no ambiente organizacional, por meio da incapacidade técnico-operacional dos agentes inseridos nesse processo, bem como as restrições estruturais das entidades analisadas. **Considerações finais** – Trata-se de uma pesquisa em andamento que almeja colaborar com a ampliação do conhecimento científico acerca da temática em questão.

Referências bibliográficas básicas:

NERY, L. C. P. Gestão do conhecimento como ferramenta para a gestão do esporte: o fluxo do conhecimento como agente potencializador de inovação organizacional. 2017. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TOLEDO, H.C.; FERREIRA, G.N.P.; BRAZIL, G.P.P. Desenvolvimento da Análise de Desempenho Esportivo no Voleibol de Alto Rendimento no Contexto da Gestão do Conhecimento. Podium v.3 n.3: 36.44 (2014).

Palavras-chaves: Comunicação Dialógica, Gestão do conhecimento, Gestão do Esporte, Federações Esportivas.

Desafios dos clubes sociorrecreativos em época de pandemia COVID-19

Temática: - Gestão de empresas no ambiente do esporte e do lazer - Poster

Marcos Ruiz da Silva (Centro Universitário Internacional – UNINTER – Curitiba – Paraná – Brasil; LAGEL – Laboratório de Gestão do Lazer; mruiz4@hotmail.com); Laura Alice Rinaldi Camargo (Universidade Federal do Paraná – UFPR – Curitiba – Paraná – Brasil; LAGEL – Laboratório de Gestão do Lazer; mruiz4@hotmail.com)

Resumo

Introdução: A Pandemia provocada pelo Corona Vírus – COVID-19 – é um desafio para toda a sociedade. Passar por esse período de contágio demanda a aplicação de conhecimentos para encontrar soluções mais adequadas para reduzir, minimizar ou mesmo anular os impactos negativos deste surto que assola todo o mundo. O domínio dos riscos eminentes com a crise da pandemia, exigiram dos clubes sociorrecreativos a adoção de medidas que garantissem a menor taxa de inadimplência, ou mesmo a menor evasão possível dos seus associados. Considerando que apesar dos clubes contarem com diversas receitas para sua manutenção e desenvolvimento, como a locação de salões para eventos, por exemplo, a taxa paga mensalmente pelos seus associados representa a maior fonte de renda. **Objetivo do estudo:** O objetivo deste trabalho é apresentar o estudo inicial da análise do impacto da crise provocada pelo Corona Vírus COVID-19, surgido na China em dezembro de 2019, e ainda em andamento, nos clubes sociorrecreativos de Curitiba, PR. **Referencial teórico:** O domínio do risco é um fator decisivo à sobrevivência das empresas. Para isto, é indispensável que os clubes considerem a gestão de riscos, conforme destaca Silva (2008) como um processo contínuo de identificação e análise para a produção de respostas às ameaças. No princípio da pandemia, os clubes de Curitiba e Região Metropolitana, em reunião com o Sindicato dos Clubes Esportivos, de Cultura Física e Hípicos do Estado do Paraná - SINDICLUBES-PR, resolvem paralisar as atividades por um período de 15 dias para atender as recomendações das autoridades sanitárias, considerando que essas entidades não estão dentro do conjunto de atividades consideradas essenciais (BEM PARANÁ, 2020). Este foi o princípio das diversas medidas que os clubes adotaram para atender às medidas de distanciamento social e quarentena, determinadas pelos organismos de saúde. **Material e método:** Para compreender o movimento dos clubes, durante esse período, foi elaborado um estudo exploratório, com análise qualitativa a partir de reportagens em websites, informativos dos clubes, divulgados no site das próprias instituições. O grupo estudado é composto por clubes da cidade de Curitiba – e região metropolitana – filiados ao SINDICLUBES-PR. **Resultados:** Como primeiros indicativos, foi possível observar que a crise da pandemia provocou uma tensão entre associados e os clubes. Isto demandou da diretoria dos clubes a elaboração de um conjunto de estratégias para administrar sua relação com os associados. Entre elas a redução da taxa de manutenção e a realização de atividades via mídia digital, por exemplo. **Discussão e Conclusão:** As atividades oferecidas pelos clubes sociorrecreativos não foram consideradas essenciais – durante o período pesquisado - e desta forma, não poderiam funcionar de forma regular. Assim, encontramos de um lado, os associados com reivindicação para a redução ou suspensão da taxa de manutenção e do outro, as instituições buscando alternativas para equilibrar as despesas e receitas, com um esforço de assegurar que os associados realizassem sistematicamente o pagamento da taxa de manutenção.

Referências bibliográficas básicas

SILVA, W. C. Metodologia de gestão de riscos: viabilidade de aplicação no enfrentamento da COVID 19. Revista gestão, inovação e negócios, v. 6, n.1 junho/julho, 2020. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/327145286.pdf> Acessado em 24/10/2020.

BEM PARANÁ. Clubes Sociais de Curitiba se reúnem e decidem paralisar todas as atividades por 15 dias. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/clubes-sociais-de-curitiba-se-reunem-e-decidem-paralisar-todas-as-atividades-por-15-dias#.XsAU0mhKjIU> Acessado em 04/05/2020.

Palavras-chaves: pandemia; clubes sociorrecreativos; gestão de crise

Motivação e comportamento de consumo nos e-sports: uma revisão sistemática

Temática: “Economia e Indústria do esporte e do lazer” - Pôster

Ivens Cordeiro Alves (Ivens.alves@upe.br); Julia van Rooijen Oliveira;
Mykaelly Beatriz da Costa Silva; Jorge Eduardo Maciel Gonçalves da
Silva; Carlos Augusto Mulatino de Queiroz Pedroso
Universidade de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

Resumo

Introdução – A difusão dos e-sports torna-se cada vez mais evidente pelo aumento de público e audiência em seus eventos. Como exemplo, o Campeonato Mundial de League of Legends de 2016 reuniu 47,7 milhões de espectadores (Kresse, 2016). Neste sentido, entender os motivos que levam os espectadores a frequentar os seus eventos é um elemento essencial para compreender a melhor forma de gerir o relacionamento entre as organizações de e-sports e os seus espectadores. **Revisão de literatura** – O crescimento dos e-sports afeta os padrões de consumo e destaca a indústria do esporte. Sendo os e-sports um gênero emergente, que passa por um marcante aumento de popularidade (JENNY et al., 2016;). **Objetivo** – Realizar uma revisão sistemática sobre motivação e comportamento de consumo dos e-sports. **Material e Método** – O estudo caracteriza-se como uma revisão sistemática da literatura. A busca por artigos originais, publicados até 19 de agosto de 2020, foi realizada nas bases de dados eletrônicas: Scopus, Web of Science e EBSCOHost. Os descritores e as ferramentas de busca avançada (i.e. Operadores Boleanos) foram utilizados de acordo com a base para otimizar os achados. Como critérios de exclusão adotou-se: falta de relação com o tema e estudos repetidos. Após uma triagem inicial, baseada na leitura dos títulos e resumos dos 235 artigos identificados, sete estudos foram lidos na íntegra e posteriormente incluídos na revisão por investigarem a motivação de espectadores de e-sports. **Resultados e Discussão** – Os resultados sugerem que podem haver diversos motivos para o consumo dos e-sports, como a fuga da rotina, socialização e drama (emoção). Então, nos estudos de Lee et al. (2018) o telespectador de e-sports é engajado a consumir, pois acredita em um alívio ou fuga da rotina estressante ao assistir. Pizzo et al. (2018) e Choi (2019) mostraram que os espectadores de esportes tradicionais e eletrônicos tem motivos de consumo semelhantes, mas no contexto de eventos esportivos, motivações distintas, que vêm da frequência de participação em jogos, vício, paixão e interação social. **Conclusão** – Existem poucos estudos referentes a motivos ou motivações de quem consome os e-sports, sendo um tema que pode ser bem explorado em diversas perspectivas. Assim, é possibilitado à gestão do esporte a compreensão e possíveis formas de lidar com os consumidores e seus comportamentos nesse cenário emergente.

Referências bibliográficas básicas:

- CHOI, C. Understanding media consumption of electronic sports through spectator motivation, using three different segmentation approaches: the levels of addiction, passion, and fan identification. *Sport Mont*, v. 17, n. 1, 2019. p. 3-8.
- JENNY, S. et al. Virtual (ly) athletes: where eSports fit within the definition of “Sport?” *Quest*, v. 69, n. 1, 2017. p. 1-18.
- KRESSE, C. 43 Million Unique Viewers Reached Throughout League of Legends World Championship 2016, Esports marketing blog. 2016. Disponível em: <http://esports-marketing-blog.com/43-million-unique-viewers-reached-throughout-league-legends-world-championship-2016/#>. Acessado em 05/10/2020.
- LEE, S. et al. Discussion on The Consumers Motivation to Watch E-sports Game and The Follow-up Behaviors Intention. *Proceedings of the 2018 2nd International Conference on Education and E-Learning*. 2018. p. 181-186.
- PIZZO, A. et al. eSport vs. Sport: A Comparison of Spectator Motives. *Sport Marketing Quarterly*, v. 27, n. 2. 2018.

Palavras-chaves: Esportes eletrônicos, Motivos de consumo, Indústria do esporte.

Dupla carreira esportiva: diagnóstico sobre barreiras e facilitadores encontrados pelos estudante-atletas de elite da Universidade de Brasília

Temática: Gestão e marketing do esporte universitário – Pôster

Vinicius Pereira dos Santos (viniciussantosdf@hotmail.com); Iuri Scremin de Miranda; Felipe Rodrigues da Costa
Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil

Resumo

Introdução – A formação esportiva de um atleta de elite, de modo geral, parte desde a infância com a iniciação, perpassando estágios de especialização e aperfeiçoamento, com o objetivo de alcançar o auge (RAMOS; NEVES, 2008; ALFERMANN; STAMBULOVA, 2012). Durante este processo e a partir de uma visão holística (WYLLEMAN; REINTS; DE KNOP, 2013; WYLLEMAN; ROSIER, 2016), os atletas enfrentam transições, que recorrentemente relacionam-se ao estresse e a incerteza das novas demandas de âmbito esportivo, pessoal e educacional (SOARES; CORREIA; MELO, 2016). Conciliar a formação/carreira esportiva e educacional (ou trabalho) torna-se um desafio, entendido como Dupla Carreira Esportiva (DC) (CAPRANICA et al., 2015). **Objetivos** – Identificar e analisar as barreiras e os recursos apontados pelos estudantes-atletas de elite da instituição. **Revisão de literatura** – Durante a carreira, os atletas enfrentam mudanças de fases chamadas de transições. Classificadas em normativas, as transições mais previsíveis e antecipadas; e não normativas, as menos previsíveis e involuntárias. Habitualmente estão relacionadas ao estresse e incerteza das novas demandas, as quais terão que lidar (STAMBULOVA et al., 2009). Ademais, também passam por transições em âmbito pessoal, devendo se considerar que estes eventos ocorrem de maneira interativa, fazendo-se importante o entendimento holístico do desenvolvimento do atleta (WYLLEMAN; LAVALLEE, 2004). Entender as transições durante o desenvolvimento da carreira e pós-carreira dos atletas é de fundamental importância para que sejam criadas estratégias e mecanismos para uma conciliação entre o esporte e a formação acadêmica (ou de trabalho), entendida como DC (RYBA et al., 2015). A importância de trilhar a DC é demonstrada em estudos, como Pallarés et al (2011) e Torregrosa et al (2015), os quais apontam que os atletas de elite que seguiam DC, apresentavam múltiplas identidades pessoais e uma visão antecipada da aposentadoria, levando-os a se planejarem para esta etapa, facilitando a retirada voluntária do esporte, além de favorecer a transição para uma carreira profissional fora do esporte. Dessa forma, é de grande relevância oferecer subsídios para que os estudantes-atletas possam desenvolver a DC no contexto universitário. **Material e Método** – Estudo exploratório de cunho qualitativo. A identificação da população específica (comunidade esportiva da Universidade de Brasília - UnB), ocorreu através do Censo Esportivo UnB – formulário elaborado na plataforma Google Forms pelo Grupo de Pesquisa sobre Dupla Carreira Esportiva - DuCa-UnB divulgado no site da instituição. Foram obtidas 59 respostas no período de 19/11/2019 a 17/12/2019 entre estudantes e servidores. A amostra será composta por cinco estudantes-atletas de elite do curso de Educação Física identificados no censo. Critérios de inclusão: a) ser aluno da instituição; b) ter participado de competição internacional em sua carreira esportiva em modalidades que compõe o programa olímpico e/ou Jogos Universitários Brasileiros - JUBs. Realizar-se-á entrevista semiestruturada individual com os atletas, que será gravada e posteriormente transcrita. A análise dos dados será realizada a partir da teoria fundamentada (MASCARIN; VICENTINI; MARQUES, 2019) e do Software IRAMUTEQ.

Referências bibliográficas básicas

- ALFERMANN, D.; STAMBULOVA, N. Career Transitions and Career Termination. In: Handbook of Sport Psychology. Hoboken, NJ, USA: John Wiley & Sons, Inc., 2012. p. 712–733.
- CAPRANICA, L. et al. The European Athlete As Student Network (“EAS”): Prioritising Dual Career of European Student- Athletes. Kinesiologia Slovenica, v. 21, n. 2, p. 5–10, 2015.
- MASCARIN, R. B.; VICENTINI, L.; MARQUES, R. F. R. Brazilian women elite futsal players’ career development: Diversified experiences and late sport specialization. Motriz, v. 25, n. 2, p. 1–10, 2019.
- RAMOS, A. M.; REZENDE NEVES, R. L. A iniciação esportiva e a especialização precoce à luz da teoria da complexidade - notas introdutórias. Pensar a Prática, v. 11, n. 1, p. 1–8, 2008.

Palavras-chaves: dupla carreira, esporte universitário, atleta de elite.

Estilos de Liderança em Gestão do Desporto: Estudo do impacto na motivação dos técnicos superiores de desporto dos municípios portugueses

Temática: Gestão de políticas públicas para o esporte – Pôster

André Dionísio Marquilha Sesinando
(andredmsesinando87@gmail.com); Mário Rui Coelho Teixeira
(Universidade de Évora, Évora, Portugal; mario.teixeira@uevora.pt)

Resumo

Introdução – No âmbito da Gestão do Desporto, pretendemos avaliar a relação entre estilos de liderança e a influência na motivação. Estudos recentes apontam, para uma maior relevância atual da liderança enquanto ferramenta de motivação nas pessoas, procurando constantemente elevados desempenhos e uma preocupação com o seu bem-estar pessoal. O papel dos gestores é hoje, complexo e exigente, assim como a relação com os outros. **Objetivos** – Analisar a relação entre os estilos de liderança dos dirigentes municipais responsáveis pelas unidades orgânicas de desporto e qual a influência na motivação dos técnicos superiores de desporto em função do contexto de cada município. **Revisão de literatura** – Os municípios assumem o papel fundamental enquanto motor da promoção e valorização da Atividade Física e do Desporto, sendo reconhecida a sua enorme importância. (TEIXEIRA; RIBEIRO, 2016) É por isso necessário que continuem a ser alvo de investigação científica, principalmente nas áreas onde ainda persiste alguma relutância em aceitar o contributo fundamental do conhecimento científico no funcionamento das organizações desportivas, sejam elas públicas ou privadas, como é o caso da Gestão do Desporto e os seus profissionais. (GARCIA et al, 2018). **Material e método** – O estudo é quantitativo-descritivo, tratando-se de uma análise efetuada aos 308 municípios portugueses com recurso a revisão de bibliografia existente e pesquisa de campo para recolha de dados, sendo estes de carácter primário. A amostra incidiu sobre os técnicos superiores de desporto e os dirigentes responsáveis pela área municipal do desporto. Os dados serão recolhidos com recurso a dois questionários de forma a obter a visão de ambos, encontrando-se dividido em quatro partes: Caracterização da amostra; Estilos de liderança; Motivação; e, Liderança Transformacional. Serão utilizadas técnicas estatísticas para descrever os estilos de liderança predominantes nos dirigentes municipais; a influência na motivação dos técnicos superiores; a correlação entre a visão líderes vs. liderados; e, teste de hipóteses para validar as hipóteses formuladas. **Resultados e Discussão** – Após a realização do estudo, pretendemos compreender melhor uma realidade pouco conhecida. Existem estudos que caracterizam o perfil dos técnicos superiores de desporto, mas poucos abordam questões sobre a liderança aplicada nos municípios e as suas implicações na motivação dos seus profissionais. Recorreremos a perguntas fechadas para identificar as razões que apontam para maiores ou menores índices motivacionais, em função do contexto pessoal e profissional dos técnicos, mas também analisaremos a relação entre as duas visões – líderes vs. liderados – estabelecendo algumas ligações entre possíveis causas e tendências, que indiquem maiores ou menores índices de motivação. Pretendemos, também, avaliar a liderança transformacional como estilo mais próximo para se obter uma liderança de excelência no futuro do desporto. **Conclusão** – Este estudo permitirá identificar os estilos de liderança predominantes nos serviços de desporto dos municípios portugueses, evidenciados pela opinião dos técnicos superiores de desporto e dos próprios dirigentes municipais, assim como a influência nos índices de motivação em função dos estilos de liderança aplicados.

Referências bibliográficas básicas

GARCIA, J., SARAGOÇA, J. & TEIXEIRA, M. Uma comunidade desportiva e as redes de cooperação entre organizações promotoras de desporto. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, 32(4), 621-31, 2018.
TEIXEIRA, M.; RIBEIRO, T. Sport Policy and Sports Development: Study of Demographic, Organizational, Financial and Political Dimensions to the Local Level in Portugal. The Open Sports Sciences Journal, 9(1) 26-34, 2016.

Palavras-chaves: Gestão do Desporto, Municípios, Liderança, Técnicos Superiores.

Análise da gestão do esporte de alto rendimento para a dupla carreira nas Universidades Públicas Federais Brasileiras

Temática: Gestão e marketing do esporte universitário – Pôster

Gláucia Dias Maciel (glauciadiasmaciel@gmail.com); Iuri Scremin de Miranda; Felipe Rodrigues da Costa (Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil)

Resumo

Introdução – Esporte e ensino são duas instituições formadoras que exigem muita dedicação para que resultados significativos sejam alcançados. Quando um estudante opta também por sua formação esportiva, este se encontra em uma situação de dupla carreira, que consiste na combinação exitosa das demandas esportivas, juntamente com as demandas estudantis e/ou de trabalho (MIRANDA; SANTOS; COSTA, 2020). A rotina desse indivíduo é marcada pela tensão e desequilíbrio, o que exige articulação para um melhor aproveitamento dessas jornadas. Considerando esse desafiador cenário, é relevante explorar a gestão da dupla carreira no ensino superior. **Objetivos** – Esta pesquisa tem como objetivo geral explorar o contexto das universidades federais brasileiras sobre a gestão da dupla carreira, identificando a existência de estratégias que facilitam o acesso, permanência e finalização dos estudos de seus atletas e analisando as já existentes. **Revisão de literatura** – A pesquisa aborda os principais aspectos da dupla carreira analisando e discutindo diferentes fases e transições da carreira esportiva e os diferentes modelos de dedicação do atleta com o esporte (HERNÁNDEZ et al., 2015). Mencionada a formação holística do atleta (WYLLEMAN; ROSIER, 2016) um dos pontos relevantes de constituir-lo a partir dessa perspectiva é a possibilidade de melhor direcionamento de políticas esportivas, pois as fases e transições da vida do atleta ficam mais explicitadas, conseqüentemente direcionando melhores resoluções para suas principais demandas. Também será feita uma discussão acerca da limitada legislação esportiva, que, não prevendo a condição do estudante atleta, deixa a critério das instituições de ensino a adoção de mecanismos internos que promovam condição mínima de atendimento a estes jovens atletas. (MIRANDA; SANTOS; COSTA, 2020). Por fim, a revisão de literatura pretende apresentar os principais aspectos e dificuldades que os atletas enfrentam no ensino superior (LAGOS, 2014; MARTINS; ROCHA; COSTA, 2020). **Material e método** – A pesquisa consiste em um estudo exploratório dividido em duas etapas. Primeiramente será feita uma análise documental de propostas institucionalizadas, buscando verificar as características presentes nos editais de bolsa atleta das universidades federais públicas do Brasil. Na segunda parte da pesquisa será feita a distribuição de um questionário para os gestores/diretores das 69 universidades federais visando abordar os principais aspectos da gestão da dupla carreira nas universidades. Será utilizada análise do conteúdo (YIN, 2016).

Referências bibliográficas básicas

HERNÁNDEZ, C. L. DE S. et al. Análisis de las barreras percibidas por los deportistas de élite españoles para acceder a los estudios. Cuadernos de Psicología del Deporte, v. 15, 1, pp. 265–274, 2015.

LAGOS, D. Acceso, Permanencia Y Finalización De Estudios En Deportistas De Alto Rendimiento. Ludica pedagógica, n. 19, pp. 77–89, 2014.

MARTINS, F. B.; ROCHA, H. P. A. DA; COSTA, F. R. DA. Uma revisão narrativa sobre o estudante-atleta no ensino superior. Revista Internacional de Educação Superior, v. 6, p. e020038, 17 jan. 2020.

MIRANDA, I. S. DE; SANTOS, W. DOS; COSTA, F. R. DA. Dupla carreira de estudantes atletas: uma revisão sistemática nacional. Motrivivência, v. 32, n. 61, p. 01–21, 2020.

YIN, R. K. Pesquisa qualitativa: do início ao fim. Porto Alegre: Penso, 2016.

WYLLEMAN, P.; ROSIER, N. Holistic Perspective on the Development of Elite Athletes. [s.l.] Elsevier Inc., 2016.

Palavras-chaves – Dupla carreira, estratégias, estudante-atleta.

Gestão escolar: entendimento da equipe de gestão das escolas estaduais do Paraná a respeito da educação física escolar

Temática: Gestão da educação física escolar – Pôster

Tamires Fernanda Ferreira (tamiresf25@gmail.com); Eduard Angelo Bendrath; Andréia Paula Basei (Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã, Paraná, Brasil)

Resumo

Introdução – A gestão escolar tem como foco possibilitar que as instituições tenham condições para realizar seu papel educativo com êxito, garantindo a aprendizagem contínua do estudante. Para isso, é necessário que o gestor tenha claro o papel das disciplinas que compõe o currículo, e especificamente, da educação física escolar. **Objetivos** – Analisar a compreensão dos gestores das escolas estaduais do Paraná com relação ao papel da educação física, assim como as concepções sobre atividade física, educação física e esporte no contexto escolar. **Revisão de literatura** – A gestão educacional ganhou espaço e status na literatura a partir da década de 1990, ao se disseminar o discurso a respeito da necessidade de um sistema de orientação, organização e mobilização de pessoas e processos educacionais, a fim do bom funcionamento, desenvolvimento e qualidade do ensino e ambiente escolar (LUCK, 2007). É necessário apontar e esclarecer questões básicas de organização para que as ações sejam claras, consistentes e efetivas no direcionamento educacional. Conforme Silva (2010) a educação física tem sido trabalhada de maneira equivocada na escola, não atendendo aos objetivos educacionais, o que pode estar relacionado ao processo de gestão escolar, da disciplina e com a compreensão da educação física enquanto componente curricular. **Material e Método** – Esta é uma pesquisa qualitativa do tipo descritivo, realizada nos 32 Núcleos Regionais de Educação (NRE) do Paraná, contemplando todas as suas regiões administrativas. De cada NRE foram selecionadas duas escolas a partir do procedimento amostral não probabilístico intencional. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 64 gestores, de forma presencial, a partir da adaptação do instrumento da Unesco (2015) para análise de gestão em educação física de qualidade. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas com a utilização do software IRAMUTEQ. **Resultados e Discussão** – Os gestores não possuem clareza quanto ao papel da educação física escolar. Isso pode estar relacionado à educação física ser considerada, principalmente, por aqueles que não possuem formação na área, como “terra de ninguém”, onde seu próprio objeto de estudo se perde em meio a várias abordagens e tentativas de identificação com outras áreas, desconsiderando a sua legitimidade dada pela sua construção histórica. Os gestores também não possuem clareza sobre as distinções entre atividade física, educação física e esporte o que pode influenciar na qualidade das ações propostas pela equipe gestora no espaço escolar, uma vez que, a gestão e o ensino são processos que interagem para a eficácia escolar (SOARES, 2007). **Conclusão** – Concluímos que se o gestor que não tem clareza sobre estes conceitos poderá, por exemplo, “esportivizar” as iniciativas propostas de modo que as relações entre a Educação Física como componente curricular e outras ações da área caminhem em sentidos contrários. Portanto, o gestor possui um papel fundamental no direcionamento das ações no contexto escolar. Assim, é necessário que ele tenha claro o papel das disciplinas curriculares, neste caso específico da educação física, para direcionar o processo de gestão voltado ao alcance dos objetivos educacionais.

Referências bibliográficas básicas

- LUCK, H. Gestão educacional: Uma questão de paradigma. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- MACHADO, T. S. et al. As práticas de desinvestimento pedagógico na Educação Física escolar. Revista Movimento, v. 16, núm. 2, abr./jun., 2010, pp. 129-147.
- SOARES, T. M.; TEIXEIRA, L. H. G. Efeito do perfil do diretor na gestão escolar sobre a proficiência do aluno. Revista Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 17, n. 34, maio/ago. 2006.
- UNESCO. Diretrizes de Educação Física de Qualidade (EFQ) para gestores de políticas. Brasília, 2015, 86p
- Palavras-chaves:** Gestão escolar, Educação Física, Qualidade educacional.

O papel da atmosfera dos estádios e do preço dos ingressos sobre as intenções comportamentais de torcedores de futebol: uma revisão sistemática

Temática: Marketing e negócios no esporte e do lazer - Pôster

Jorge Eduardo Maciel Gonçalves da Silva (jorge.maciел@upe.br);
Mykaelly Beatriz da Costa Silva; Julia van Rooijen Oliveira; Ivens
Cordeiro Alves; Carlos Augusto Mulatinho (Universidade de
Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil)

Resumo

Introdução: As organizações esportivas possuem a venda de ingressos como uma fonte de receita importante (PARK, LEE; MILLER, 2012). Sendo assim, é fundamental direcionar ações para o aumento dos espectadores, dentre elas melhorar a atmosfera do estádio (WAKEFIELD; BLODGETT, 1996). **Objetivo:** Identificar o papel da atmosfera do estádio e do preço dos ingressos nas intenções comportamentais de espectadores de futebol. **Revisão de Literatura:** Moe e Fader (2009) estabelecem que a localização do assento e a sua qualidade possuem relação na estruturação dos preços dos bilhetes. Sendo o preço dos ingressos e a atmosfera dos estádios, quando positiva, entendidos como um preditor de recompra de ingressos. Para Park et al. (2012), a forma em que o clube está disposto a modelar o preço dos ingressos impacta diretamente na sua venda. Segundo Biscaia (2016), as intenções comportamentais dizem respeito às intenções futuras dos torcedores para com seu clube. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma revisão sistemática, seguindo sugestões do protocolo PRISMA (GALVÃO, PANSANI; HARRAD, 2015), recorrendo-se as bases de dados Scopus, Web of Science e EBSCOhost. Utilizou-se um modelo de busca com descritores para os grupos referente ao preço dos ingressos e atmosfera do estádio, somado a um grupo decorrente das intenções comportamentais e o futebol. Foram considerados estudos originais empíricos publicados em inglês ou português até 30 de setembro de 2020, o ano de publicação não sofreu restrição. Ao todo 732 estudos foram encontrados, 225 foram descartados por não obterem relação com o tema, 60 por serem duplicados e 426 por não serem artigos originais. Assim, 21 estudos restaram para uma leitura na íntegra, sendo apenas três incluídos para esta revisão. **Resultados:** Dentre as diferentes dimensões que compõem a atmosfera do estádio, aspectos como entretenimento e estrutura do estádio desenvolvem um efeito indireto nas intenções comportamentais, sendo facilmente motivados pelas emoções sentidas, em contexto asiático. Na Europa, a capacidade e estrutura do estádio aumentam a procura, já o preço dos ingressos demonstrou-se significativo sobre as intenções comportamentais. **Discussão:** Proporcionar uma ambientação de estádio com conforto, boa acústica e entretenimento predizem uma intenção de recompra dos ingressos. Somado a isso, podem utilizar a estratégia de preços de ingressos dinâmicos, baseado na demanda da partida, para aumentar as chances dos torcedores irem aos jogos. **Conclusão:** A atmosfera dos estádios e os preços dos ingressos, são dimensões que estão inseridas nas partidas de futebol. Nesta revisão sistemática evidenciou-se a sua certificação como um papel importante nas intenções comportamentais dos espectadores de Futebol.

Referências Bibliográficas básicas:

- BISCAIA, R. Revisiting the role of football spectators' behavioral intentions and its antecedents. *The Open Sports Sciences Journal*, v.9 n.1,2016.
- GALVÃO, T. F., PANSANI, T. S. A.; HARRAD, D. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v24, p.335-342,2015.
- MOE, W.; FADER, P. S. The role of price tiers in advance purchasing of event tickets. *Journal of Service Research*, v.12 n.1, p. 73-86,2009.
- PARK, K.; LEE, S.; MILLER, P. Ticket pricing per team: The case of major league baseball (MLB). *Economic Education*, v.15 n.2,2012.
- WAKEFIELD, K. L.; BLODGETT, J. G. The effect of the servicescape on customers behavioral intentions in leisure service settings. *Journal of Services Marketing*, v.10,1996.

Palavras-chaves: Fãs, Futebol, Marketing Esportivo.

Turismo de Aventura em Morretes-PR: Gestão do Lazer e do Risco

Temática: Gestão do Lazer – Pôster

Laura Alice Rinaldi Camargo (Universidade Federal do Paraná – UFPR – Curitiba – Paraná – Brasil; LAGEL – Laboratório de Gestão do Lazer; (laurarinaldi@hotmail.com); Marcos Ruiz da Silva (Uninter- Curitiba – Paraná – Brasil; Lagel – Laboratório de Gestão do Lazer)

Resumo

Introdução – A atividade turística está imersa em um campo de estudos e de atuação profissional, abrangente e interdisciplinar. Para analisar o Turismo de Aventura (TA) podemos indicar, entre as diversas possibilidades, o diálogo com a Educação Física, tanto pela ótica das atividades esportivas, quanto sob o olhar da gestão das atividades de lazer. **Objetivos** – O objetivo é descrever como circunscreve a promoção do TA em um determinado locus de intervenção; interpretar as práticas de TA e como se conformaram dentro de um cenário imerso no discurso da gestão do lazer e risco das atividades realizadas. **Revisão de literatura** – Foi estudada a cidade de Morretes em virtude de sua vocação para a realização do TA, localizada na Região Turística do Litoral do Paraná. Os segmentos turísticos, necessitam de um planejamento global de suas ações e neste caso de uma análise detalhada da relação com o espaço, o ambiente, a comunidade e os turistas. Deste modo, a contribuição do Turismo é despertar o sujeito para a experiência, construindo novos olhares sobre a relevância das práticas de lazer e aventura. A ampliação do entendimento do TA fortalece a sua discussão para além das atividades físicas, reforçando elementos como a preservação e interação com a natureza e a cultura local. Essas atividades que contemplam as experiências, e evidenciam o TA como um meio de entrar em sintonia com um conjunto de atividades que proporcionam experiências mais autênticas e significativas (EASTO; WARBURTON, 2010; BAZZOTTI, 2012; Mtur, 2018). **Materiais e método** – Foi realizado um estudo de caso, em duas etapas concomitantes de uma pesquisa qualitativa. Na primeira, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental do município, a seguir, o levantamento das agências e operadoras de TA que atuam no município. Logo após a identificação, foi efetuado um levantamento descritivo exploratório no site da única agência e operadora, reconhecendo os produtos de TA ofertados, além das informações fornecidas sobre esses produtos. Foram analisadas nas informações elementos que indicassem como as atividades de TA se desenvolvem na gestão e normalização. **Resultados e discussão** – Evidenciou-se que o discurso do risco e da gestão do lazer, é relevante para a estruturação e comercialização da atividade turística. Os resultados da pesquisa apontam que o processo de gestão do lazer e risco alteraram o uso do Rio Nhundiaquara para a realização do bóia cross, principal atividade realizada em Morretes. A utilização das Normas de Segurança para o Turismo de Aventura e as Leis criadas no município estabeleceram uma relação de organização e planejamento das ações de turismo. Porém, inibiu a população de usufruir das experiências de lazer no rio. **Conclusão** – Nesse sentido, envolver a população no processo de ordenação dos usos dos espaços é primordial para consolidar uma política para as atividades de TA da região. A gestão do Lazer e Turismo ocorre oficialmente, pelas leis municipais e pela normalização da atividade, porém existe uma ausência de formalização e estruturação das empresas que atuam com essas atividades em Morretes.

Referências bibliográficas básicas:

BAZZOTTI, L.S. Cronologia do turismo de aventura no Rio Grande do Sul. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo. Atrativos naturais e ecoturismo atraem cada vez mais estrangeiros ao Brasil: pesquisa aponta aumento de 23% no interesse de turistas internacionais por atividades na natureza. Dados e Fatos. Brasília: Mtur, 2016. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/ultimas-noticias/2619-atrativos-naturais-e-ecoturismo-atraem-cada-vez-mais-estrangeiros-ao-brasil.html> Acessado em 08/02/2018.

Palavras-chaves: Morretes-PR, Turismo de Aventura, Lazer, Gestão de segurança.

Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola (UAARE): modelo de gestão e impactos nas carreiras duais

Temática: Gestão de políticas públicas para o esporte e do lazer – Pôster

Sónia Isabel Parreira Picamilho (soniapica@hotmail.com); José Manuel Leal Saragoça; Mário Rui Coelho Teixeira (Universidade de Évora, Évora, Portugal; mario.teixeira@uevora.pt)

Resumo

Introdução – O desporto de alto rendimento é reconhecido na Europa como um importante fator de desenvolvimento desportivo e as exigências para a sua prática são um desafio para estudantes-atletas que procuram compatibilizar os estudos com a prática desportiva, numa carreira dupla. Portugal tem, desde 2016, Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola (UAARE) que procuram conciliar a escola com a prática desportiva de estudantes-atletas do ensino básico e secundário enquadrados no regime de alto rendimento, em seleções nacionais e com potencial talento desportivo. O nosso estudo pretende colmatar a falta de estudos que nos permitam compreender este modelo de compatibilização do sucesso escolar com o sucesso desportivo. **Objetivos** – Pretendemos avaliar o modelo de gestão do programa UAARE considerando três grandes dimensões (gestão escolar, gestão desportiva e contexto social) e compreender os seus impactos. **Revisão de literatura** – Os processos de carreira dupla têm sido amplamente estudados. Vários estudos europeus (p. e. Aquilina et al., 2010; Aquilina, 2013; Henry, 2013) identificam diferentes políticas aplicadas à carreira dual e a Comissão Europeia tem vindo a definir linhas orientadoras e recomendações para apoiar estes estudantes-atletas de alto rendimento desportivo (European Commission, 2007; European Commission, 2012). O modelo UAARE, regulamentado em Portugal no ano de 2019, estabelece um conjunto de sinergias assentes em três pilares - a gestão desportiva, a gestão escolar e a saúde e bem-estar dos estudantes-atletas, através de um sistema de inputs e outputs, como refere De Bosscher et al. (2006), cuja finalidade é o sucesso escolar e o sucesso desportivo. **Material e Método** – Serão aplicadas técnicas de recolha de dados quantitativas (através da aplicação de um questionário a alunos) e técnicas qualitativas, com recurso a entrevistas semi-estruturadas aplicadas a outros intervenientes no modelo que possibilitarão a análise comparada dos resultados da aplicação de questionários, a estudantes-atletas integrados e não integrados nas Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola, complementados com os resultados da realização de entrevistas a outros intervenientes no modelo (treinadores, professores, encarregados de educação, outros agentes). **Conclusão** – Esperamos que os resultados obtidos possam ser refletidos pelos alunos, pelo Ministério da Educação, pelas Federações Desportivas e outros parceiros, de forma a poderem contribuir para melhorar as condições da carreira dupla em Portugal.

Referências bibliográficas básicas

AQUILINA, D.; HENRY, I. Elite athletes and university education in Europe: a review of policy and practice in higher education in the European Union Member States. *International Journal of Sport Policy*. 2010. v.2, p.25-47.

AQUILINA, D. A study of the relationship between elite athletes' educational development and sporting performance. *International Journal of the History of Sport*. 2013. v. 30, p. 374–392.

DE BOSSCHER, V.; DE KNOP, P.; VAN BOTTENBURG, M; SHIBLI, S. A conceptual framework for analysing sports policy factors leading to international sporting success. *European Sport Management Quarterly*. 2006. v. 6, p.185–215.

EUROPEAN COMMISSION. Guidelines on dual careers of athletes recommended policy actions in support of dual careers in high-performance sport. 2012 Disponível em http://ec.europa.eu/sport/news/20130123-eu-guidelines-dualcareers_en.htm. Acessado em 03/10/2020.

EUROPEAN COMMISSION. White paper on sport. Brussels: Directorate-General Education and Culture. 2007. Disponível em <https://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/2/2007/EN/2-2007-935-EN-1-0.Pdf>. Acessado em 03/10/2020.

Palavras-chaves: Gestão do desporto, Carreira dupla, Alto rendimento, Impactos.



Evento e realização



Laboratório de Pesquisa sobre Gestão do Esporte – GESPORTE

Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Educação Física – FEF

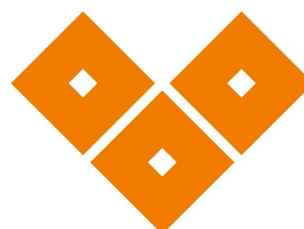
<http://www.gesporte.net/> – <http://gesporte.blogspot.com>

Parceiro técnico-científico



Instituto de Desenvolvimento do Esporte

Parceiros institucionais



cev.org.br

Laboratório de Pesquisa sobre Gestão do Esporte – GESPORTE

Centro Olímpico da Universidade de Brasília – Campus Darcy Ribeiro – Brasília – DF – CEP: 70.919-970 Tel: +55 61 3107-2553
Email: gesporte@gesporte.net – Site: www.gesporte.net – Blog: www.gesporte.blogspot.com.br – Facebook: Gesporte